



**MAHMOUD MOFTAH
TAMER ALFERJANI**

**PERSPETIVAS SOBRE O FENÓMENO DA
PRIMAVERA ÁRABE NA LÍBIA E NA TUNÍSIA**



**MAHMOUD MOFTAH
TAMER ALFERJANI**

**PERSPETIVAS SOBRE O FENÓMENO DA
PRIMAVERA ÁRABE NA LÍBIA E NA TUNÍSIA**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências Políticas, realizada sob a orientação científica da Doutora Patrícia Silva, Professora Auxiliar convidada do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro.

Dedico este trabalho à minha família.

o júri

presidente

Prof. Doutor. Varqá Carlos Jalali

Professor Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro

Doutora. Edalina Rodrigues Sanches

Investigadora de pós-doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Prof. Doutora. Patrícia Catarina de Sousa e Silva

Professora Auxiliar Convidada do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro

agradecimentos

A realização desta tese contou com o apoio e confiança de diversas pessoas sem elas este trabalho não teria sido possível. Fica agora o meu obrigado a todas elas.

Deste modo, gostaria de fazer um agradecimento especial à minha orientadora Professora Doutora Patrícia Silva pela sua excelente orientação, infinita disponibilidade e o apoio no desenvolvimento deste trabalho humilde. Eu me considero sortudo por ter muito aprendido com ela, sinceramente sem a sua orientação nada seria possível.

De mesma forma, queria fazer um agradecimento ao meu Professor Doutor Carlos Jalali por estar sempre pronto a me ajudar e pelos incentivos ao longo de mestrado.

Ao meu Tio, Issa Alferjani pela amizade, apoio, dedicação e por ser o meu segundo pai.

À minha mãe pelo carinho, oração para mim, paciência e por nunca deixar de acreditar em mim.

Ao meu pai, que me cuidou da melhor forma possível e por estar sempre ao meu lado.

Ao meu avô Tamer Alferjani o melhor exemplo de vida, que descanse em paz.

À minha avó pelas orações e por me fazer feliz.

Aos meus Tios e irmãos pelo apoio, companheirismo e pelos aconselhamentos.

Aos meus colegas e amigos, sempre presentes, pela ajuda e pelo apoio constantes durante os tempos difíceis neste caminho.

Aos meus Professores da licenciatura que foram uma parte importante na elaboração deste trabalho.

Aos meus Professores da UA pelo conhecimento, colaboração e pelos momentos especiais nas aulas.

Aos funcionários de Jornal de *La Presse* e à Faculdade de Direito e Ciências Económicas e Políticas, Universidade de Sousse por todo apoio que tinham dado para mim.

palavras-chave

Primavera Árabe; Revolução popular; Líbia; Tunísia; transição democrática; instabilidade política; guerra civil.

resumo

Desde 2010, várias transformações políticas foram testemunhas no Médio Oriente e norte do continente africano. A primavera árabe passou a designar os movimentos populares contra a ausência de democracia, de liberdade de expressão e corrupção institucional. Estes protestos populares visavam a deposição de regimes ditatoriais e repressivos que controlavam o poder político ao longo de várias décadas na maioria dos países árabes, como por exemplo, na Tunísia, Egito, Síria, e Líbia. Contudo, o mesmo fenómeno não produziu resultados semelhantes nestes casos. Enquanto o caso da Tunísia tem sido considerado um caso de sucesso de transição democrática, o caso da Líbia tem sido reconhecido como uma das revoluções mais sangrentas da Primavera Árabe, e onde a revolta popular acabou por gerar o estabelecimento de um conflito generalizado no país.

A comunidade internacional e a literatura académica não ficaram imunes a este processo e vários têm sido os estudos que têm procurado analisar as variáveis que explicam estes diferentes comportamentos. Contudo, poucos estudos têm analisado as perspetivas de observadores privilegiados destes movimentos nos dois contextos. Esta dissertação pretende, assim, elencar os fatores que motivaram estas revoluções, a forma como estas decorreram e os seus efeitos. Pretende-se, ainda, apresentar as perspetivas de elites sobre a Primavera Árabe no caso da Tunísia e da Líbia e o modo como estas perspetivas o cenário resultante das revoltas populares, bem como as suas expectativas em termos de evolução futura para a consolidação democrática nestes contextos.

keywords

Arab Spring; popular revolution; Libya; Tunisia; democratic transition; political instability; civil war.

abstract

Since 2010, several political changes were witnessed in the Middle East and North Africa. The Arab Spring was renamed as the popular movements against the lack of democracy, freedom of expression and institutional corruption. These protests were aimed at the overthrow of dictatorial and repressive regimes that controlled the political power over many decades in most of Arab countries, such as Tunisia, Egypt, Syria, and Libya. However, the same phenomenon has not produced similar results in all these cases. For example, the case of Tunisia has been considered a success story of democratic transition, while the case of Libya has been recognized as one of the bloodiest revolutions of the Arab Spring, and where the popular uprising finally led to the establishment of a generalized conflict in the country.

The international community and the academic literature were not immune to this process. Several studies and several have sought to analyse the variables that explain these different behaviours. However, few studies have examined the prospects of privileged observers of these movements in both contexts. Thus, this dissertation seeks to list the factors that led these revolutions, how they took place and their effects. It is also intended to present the elite prospects on the Arab Spring in the case of Tunisia and Libya. Moreover, this research also explores how these actors perceive the resulting setting of popular revolts and their expectations in terms of future developments for democratic consolidation in these contexts.

الكلمات الرئيسية

الربيع العربي ؛ الثورة الشعبية ؛ ليبيا ؛ تونس ؛ التحول الديمقراطي ؛ عدم الإستقرار السياسي ؛ الحرب الأهلية.

الملخص

منذ سنة 2010 شهدت منطقة الشرق الأوسط وشمال أفريقيا، العديد من المتغيرات السياسية وذلك نتيجة الحركات الشعبية داخل أنظمة الدول العربية، حيث ظهرت موجة أطلق عليها أسم الربيع العربي، فأصبحت ترمز إلى الحركات الشعبية ضد غياب الديمقراطية وحرية التعبير والفساد المؤسسي، هذه الإحتجاجات الشعبية كانت تهدف إلى الإطاحة بالأنظمة الدكتاتورية والقمعية التي كانت تمسك بزمام السلطة على مدى عدة عقود في العديد من الدول العربية، على سبيل المثال تونس ومصر وسوريا وليبيا، ولكن نتائج هذه الحركات الشعبية اختلفت من دولة إلى دولة أخرى في الدول المذكورة مسبقا، ففي تونس صنفّت هذه الظاهرة كمثال ناجح في التحول الديمقراطي، أما في ليبيا نجد ان هذه الظاهرة اخذت ابعادا غير مسبقة وتحولت إلى نزاع مسلح في البلاد.

المجتمع الدولي والدراسات الأكاديمية لم تكن في منأى عن دراسة هذه الظاهرة ولكن كانت قليلة تلك الدراسات التي تناولت آراء النخب حول هذه الحركات، عليه فإن هذه الأطروحة تسعى إلى تسليط الضوء على أسباب هذه الثورات واليتمها وتأثيرها، إضافة إلى ذلك تسعى هذه الأطروحة إلى تناول آراء ووجهات نظر بعض النخب من سياسيين وأكاديميين حول الأوضاع في تونس وليبيا من حيث الوضع الحالي والرؤية المستقبلية في هذا السياق.

Índice

Índice de Tabelas	iii
Índice de Gráficos	iii
Capítulo 1 – Introdução	1
Metodologia	7
Estrutura do trabalho	10
Capítulo 2 – Uma visão geral sobre o processo de transição democrática	11
Notas introdutórias	11
Transição democrática.....	11
Igualdade	14
Liberdade.....	14
Controlo.....	15
Formas e mecanismos de transição democrática.....	15
Sucesso ou falhanço da democracia	16
Notas conclusivas.....	19
Capítulo 3 – O fenómeno da Primavera Árabe	21
Notas introdutórias	21
O contexto	21
As principais causas da Primavera Árabe	22
Primavera árabe, onde?	23
Tunísia.....	23
Egito	23
Líbia	24
Síria	25
Primavera Árabe e a Comunidade Internacional.....	25
As consequências da Primavera Árabe	28
Notas conclusivas.....	28
Capítulo 4 – A Primavera Árabe na Tunísia como um caso de sucesso	31
Notas introdutórias	31
A Revolução da Tunísia	31
A situação económica entre a recessão e a prosperidade	34
O cenário político tunisiano após a Revolução	35
Avaliação Freedom House	39
Notas conclusivas.....	41
Capítulo 5 – A Primavera Árabe na Líbia	43

Notas introdutórias	43
Breve Histórico da Líbia	43
A Revolução da Líbia.....	44
A situação económica do país após a Revolução	49
A União Europeia e a Revolução na Líbia	51
Repercussões da Primavera Árabe na Líbia	53
Surgimento dos grupos armados e a proliferação de armas	53
A intervenção externa.....	54
A diversidade étnica e o conflito tribal	55
A divisão interna e o conflito político	57
Avaliação da Freedom House	58
Notas conclusivas.....	60
Capítulo 6 – Perspetivas sobre a primavera árabe na Tunísia	63
Notas introdutórias	63
Perspetivas sobre os fatores que despoletaram a revolução	63
Os efeitos da primavera árabe na Tunísia	65
A manutenção da estabilidade democrática na Tunísia.....	67
Perspetivas sobre os resultados diferentes da revolução da Tunísia e da Líbia	68
Notas conclusivas.....	69
Capítulo 7 – Perspetivas sobre a Primavera Árabe na Líbia	71
Notas introdutórias	71
Perspetivas sobre os fatores que despoletaram a revolução	71
O efeito da primavera árabe	74
Perspetivas sobre os resultados diferentes das revoluções no contexto árabe.....	76
O efeito da intervenção externa.....	78
O perpetuar da instabilidade na Líbia	81
O futuro da Líbia.....	81
Notas conclusivas.....	83
Capítulo 8 – Conclusões e trabalho futuro.....	85
Referências Bibliográficas	91
Anexos	97
Anexo 1- Guião de entrevistas da Líbia	97
Anexo 2- Guião de entrevistas de Tunísia.....	99

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Variáveis comparativas entre Líbia e Tunísia	5
Tabela 2 – Dimensões, funções e componentes da qualidade da democracia.....	13
Tabela 3 – As formas de transição democrática.....	16
Tabela 4 – A ajuda financeira dos EU para a Tunísia.	35
Tabela 5 – Os resultados das eleições da Assembleia Nacional Constituinte em 2011.	36
Tabela 6 – Os resultados das eleições legislativas de 2014.	37
Tabela 7 – as eleições presidenciais (primeira volta).....	38
Tabela 8 – A evolução das liberdades política, social e da imprensa, Tunísia (2010-2015).....	40
Tabela 9– Os Resultados das eleições do Congresso Geral Nacional em 2012.	48
Tabela 10 – A evolução das liberdades política, civil e da imprensa, Líbia (2010-2015)	59
Tabela 11 – Primavera Árabe na Líbia e na Tunísia	86

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Taxa de Crescimento do Produto Interno Bruto, Tunísia (2005- 2015).....	32
Gráfico 2 – Índice de liberdades civis, Tunísia (2006-2014)	33
Gráfico 3 – Índice de Liberdades civis, Líbia (2006-2014)	44
Gráfico 4 – Taxa de Crescimento do Produto Interno Bruto, Líbia (2006- 2014)	51

Capítulo 1 – Introdução

A Primavera árabe foi a designação atribuída à onda de protestos e revoltas populares pró-democracia que surgiram devido aos problemas demográficos e estruturais enfrentados pelos povos árabes no Médio Oriente e no norte do Continente Africano. Estas revoluções, iniciadas em finais de 2010, na Tunísia, visavam depor regime com ditadores autocráticos, que permaneciam no poder há várias décadas (Ramos, 2013).

A autoimolação de um cidadão tunisiano (Mohamed Bouazizi) inflamou os protestos populares em dezembro de 2010 em toda a Tunísia contra o regime ditatorial do presidente Ben Ali. Esta revolução ressoou em todo o mundo árabe em geral (Deane, 2013). A revolução na Tunísia rapidamente gerou um efeito dominó, afetando países como o Egito, Líbia, Argélia, Síria, Marrocos, Jordânia.

O movimento revolucionário de Primavera árabe na Tunísia provocou a saída do presidente Ben Ali do poder e o fim de ditadura na região. Pouco tempo depois, a comunidade internacional elogiou a revolução tunisiana pelo sucesso histórico. A Tunísia começou a primeira fase de sua vida democrática através de realização das primeiras eleições justas pós-revolução em outubro de 2011.

A Líbia foi um dos países árabes que foram fortemente afetados pelo fenómeno da Primavera Árabe. No início de 2011, os protestos populares espalharam-se de forma muito rápida na Líbia contra o regime do Coronel Muammar al-Kaddafi que governou o país durante 42 anos. Em 17 de fevereiro de 2011, estes protestos e manifestações começaram em todo o país nomeadamente na região leste, onde que um grupo de jovens desfavorecidos saiu à rua exigindo os seus direitos, liberdades civis, a melhoria das condições de vida e uma abertura do governo.

Embora tenham tido motivações similares e processos de demonstração de descontentamento similares, os casos da Tunísia e da Líbia revelaram efeitos substancialmente diferentes. Com efeito, as forças armadas na Líbia apoiaram o regime e reprimiram brutalmente os protestos populares no país (Luz, 2014). O porta-voz da oposição da Líbia pediu ao Conselho de Segurança das Nações Unidas para apoiar a oposição da Líbia contra o regime¹. Em resposta, a comunidade internacional tomou as

¹ Da Agência Lusa (2011) Oposição a Kadhafi pede apoio da ONU para adoção de reação aérea contra ataques. In. <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2011-03-02/oposicao-kadhafi-pede-apoio-da-onu-para-adocao-de-reacao-aerea-contra-ataques>. Acesso em 23 Maio de 2016.

medidas necessárias contra o regime. Em 17 de março de 2011, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a Resolução 1973, que decretou zona de exclusão aérea e autorizou ataques aéreos contra as forças armadas do governo, como medida para proteger a população civil. Consequentemente, os EUA, a Grã-Bretanha e a França iniciaram os ataques contra alvos do governo. Esta luta, que durou cerca de oito meses, terminou com a morte do Coronel Muammer al-Kaddafi a 20 de outubro de 2011 (McQuinn, 2012). A intervenção externa militar que apenas se verificou no caso da Líbia, permitiu a deposição do regime. Contudo, a deposição de um longo regime de mais de quatro décadas, altamente personalizado e centralizado, deixou um vazio institucional e administrativo, com a inexistência de quadros qualificados e não-alinhados com o anterior regime. Adicionalmente, as milícias ganharam poder interno após a deposição do ditador e os sucessivos governos têm revelado incapacidade de controlar estas milícias e as agendas. Estas milícias tomaram o controlo de campos de petróleo da Líbia, permitindo o seu acesso a uma posição financeira privilegiada, tornando ainda mais complexo o seu controlo. Além do risco de uma divisão em várias regiões. A Líbia precisa de soluções urgentes para reconstruir o estado sob uma liderança unida².

Tal cenário converteu-se num contexto de guerra civil, que conta já com cinco anos de conflito interno entre as diferentes frações. A guerra civil na Líbia entre as fações rivais na região destruiu o país com elevadas perdas humanas. Adicionalmente, o conflito armado na Líbia afeta negativamente a todos os países e regiões vizinhas, por exemplo Europa, bem como no Norte da África e no Médio Oriente. O fluxo de migrantes irregulares para a Europa aumentou devido ao problema de insegurança na Líbia. Para além disso, o fluxo de armas da Líbia para o Egito tem contribuído para um aumento nos ataques terroristas naquele país (Paul Rivlin, 2015). Assim, de uma forma geral, o conflito na Líbia provoca uma deterioração política e insegurança para além das suas fronteiras, dado tratar-se de uma das principais rotas que ligam o oriente médio ao continente Europeu.

Tendo em conta o cenário político e social na Líbia e na Tunísia, esta dissertação pretende contribuir para a compreensão dos fatores que motivaram as revoluções populares através da análise de uma bateria de indicadores relativos à situação económica, política e social nestes dois países. Para além desta contextualização, pretende-se elencar

² Euronews (2013) Países da Primavera Árabe. In <http://pt.euronews.com/2013/12/20/paises-da-primavera-arabe/>. Acesso em 30 abril de 2016.

as variáveis que podem ajudar a compreender a diferença nos resultados da Primavera Árabe na Tunísia e na Líbia. Esta dissertação utiliza, assim, o *most similar systems designs*, na medida em que se pretende comparar dois países com características similares e sujeitos ao mesmo processo de revolução popular, mas que gerou efeitos diversificados. O *most similar systems designs*, permite abordar e comparar dois casos que têm fatores e variáveis semelhantes, mas com resultados diferentes. Por outras palavras, segundo Ankar (2008) o *most similar systems designs* requer o escolher os países que são semelhantes em várias variáveis e diferentes em um aspeto.

A Tabela 1 apresenta algumas variáveis que permitem comparar o caso da Líbia e o da Tunísia. Tal como se pode verificar, os dois países partilham a mesma religião; língua oficial; e a revolução da Primavera Árabe ocorre em períodos muito próximos. De igual modo, as condições sociais e económicas são aproximadas. Apesar das taxas de crescimento anuais positivas, os dois países apresentavam taxas de desemprego consideráveis (acima dos 18 por cento).

A homogeneidade cultural e tribal nos dois países apresenta-se, contudo, como uma variável que permite contrastar os dois países. Enquanto na Líbia existem cerca de 150 tribos que, por sua vez, se dividem em inúmeras ramificações locais (Boutaleb, 2012). Algumas destas tribos são bastante influentes, como a tribo Warfalla, que representa mais de um milhão de líbios. Potencialmente, esta diversidade impediu que a revolução da Líbia tivesse o apoio da sociedade civil organizada – amplamente reprimida durante o regime de al-Kaddafi. Como veremos, embora as existentes diferenças tribais não se tenham manifestado durante o regime ditatorial, a sua queda permitiu renascer e reacender antigos conflitos. O posicionamento das diversas tribos relativamente ao processo da revolução e ao apoio a uma nova ordem democrática reforçariam as diferenças existentes. De resto, como destaca Boutaleb (2012) o apoio declarado das tribos era instrumentalizado pelas diferentes posições políticas como uma forma de reforçar a sua posição. A título de exemplo, o Conselho Nacional de Transição reclamava, em maio de 2011, ter o apoio declarado de 60 tribos; enquanto na mesma data o regime de al-Kaddafi reclamava ter o apoio de mais de 2000 tribos. Contudo, como Boutaleb (2012) destaca, este apoio, era o resultado de apoios de famílias ou indivíduos e que poderiam não vincular, necessariamente, toda a tribo.

O caso da Tunísia é, igualmente, caracterizado por algumas diferenças tribais. Contudo, ao contrário do caso da Líbia, o período ditatorial da Tunísia parece ter

provocado a fragmentação das tribos, o que pode ter minado as suas bases políticas e militares (Boutaleb, 2012). Desta forma, embora existam reminiscências de uma sociedade estruturada por tribos (particularmente no centro e no sul do país), a verdade é que esta não se afigura como uma “ameaça à estrutura da sociedade” que é caracterizada “por uma cultura de integração política, cultural e social” (Boutaleb, 2012: 28). Pode, inclusivamente, considerar-se que o processo de modernização e os esforços de desenvolvimento de instituições democráticas foi estabelecido sobre uma “identidade nacional” e não sobre laços tradicionais ou tribais. Desta forma, esta variável emerge, naturalmente, como um fator distintivo entre os dois países, potencialmente clarificando os diferentes resultados em termos de sucesso dos movimentos da Primavera Árabe.

Também existem semelhanças consideráveis em termos políticos. Os dois países experienciaram períodos relativamente longos de ditadura; embora o caso da Tunísia, a sua duração tenha sido de cerca de 23 anos. Em ambos os casos, a perceção da corrupção era considerável e, inversamente, o funcionamento da justiça de forma independente (*rule of law*) e a responsabilização dos governantes (*accountability*) eram percecionados como fracos. Neste sentido, uma das dimensões mais importantes de um estado democrático não estava a funcionar, não assegurando a igualdade e dignidade de todos os cidadãos perante a lei. Naturalmente, estas dimensões estão relacionadas. Como Carothers (2006: 4) destaca, sem o bom funcionamento deste princípio democrático, as “principais instituições económicas não funcionariam, e o envolvimento do governo na economia torna-se injusto, ineficiente e opaco”. De igual modo, Diamond & Morlino (2005: 15) destacam que esta variável é crucial para assegurar a participação dos mais pobres, e que a sociedade civil tem maiores dificuldades em organizar-se gerando, em consequência, diferenças no acesso à justiça e permitindo maior corrupção e abuso do poder. Como veremos adiante, as precárias condições de vida e estas condicionantes políticas estimularam os movimentos populares que estiveram na origem da Primavera Árabe.

Tabela 1 – Variáveis comparativas entre Líbia e Tunísia

Variáveis	Tunísia	Líbia
<i>Variáveis socioeconómicas</i>		
PIB à data da revolução	3% (2009)	5% (2010)
Taxa de desemprego	21,9% (2009)	18,5% (2010)
Língua oficial	Árabe	Árabe
Religião	Islamismo	Islamismo
Taxa de literacia ³	77.6% (2008)	88.9% (2009)
Heterogeneidade tribal/ cultural	Integração política e cultural	Heterogeneidade tribal
<i>Variáveis políticas</i>		
Regime ditatorial de longa duração	23 Anos	42 Anos
Accountability ⁴	-1.34 (2010)	-1.911 (2010)
Rule of law ⁵	0.11 (2010)	-0.97 (2010)
Corrupção ⁶	4,2(2009)	2,2(2010)
Revoltas populares	17 Dezembro de 2010	17 Fevereiro de 2011
Deposição do regime	14 Janeiro de 2011	20 Outubro de 2011
<i>Intervenção externa</i>		
Intervenção económica	Apoio económico de várias entidades internacionais	
Intervenção militar	Não teve intervenção militar	O país foi o primeiro caso de intervenção militar
<i>Cenário pós-revolução</i>		
	Transição democrática	Clivagem política e uma guerra civil

Já num contexto de revolução, os dois países receberam apoios económicos da comunidade internacional – como a União Europeia – para fazerem frente à necessidade de reposição da ordem social e económica. Deve, no entanto, ser reforçada a ideia de que as questões financeiras foram utilizadas como uma estratégia para limitar a violação dos direitos humanos por parte do regime Líbio. Com efeito, face aos conflitos iniciais, os fundos líbios depositados fora do país, foram congelados, numa sanção imposta pelo Conselho de Segurança da ONU para isolar al-Kaddafi. A comunidade internacional, começou, em Agosto de 2011, a apelar ao desbloqueamento destes montantes para financiar uma ajuda de emergência à reconstrução da Líbia⁷.

³ Dados do Banco Mundial

⁴ Dados da Transparency International . O índice da Accountability pode variar entre -2.5 e 2.5, os valores mais altos correspondem a melhor governança

⁵ Dados da Transparency International . O índice da Rule of law pode variar entre -2.5 e 2.5, os valores mais altos correspondem a melhor governança.

⁶ Dados da Transparency International, disponíveis em <http://www.transparency.org/country/#LBY> , acesso em 9 junho de 2016. O índice de percepção da corrupção pode variar entre 0 (indica uma percepção de elevada corrupção) e 10 (que indica níveis baixos de corrupção). Níveis de percepção de corrupção abaixo de 5 indicam a existência de sérios problemas de corrupção.

⁷ Ver “EUA apelam ao desbloqueio de fundos líbios”, In Jornal de Notícias, disponível em <http://www.jn.pt/mundo/interior/eua-apelam-ao-desbloqueio-de-fundos-libios-1962617.html> (Acesso em 1 Maio de 2016).

Contudo, é a intervenção militar externa que cria um grande contraste no cenário da revolução da Líbia e da Tunísia. Enquanto esta questão não se colocou no último caso, tratou-se, no caso da Líbia, da primeira intervenção militar no contexto da Primavera Árabe. Esta decisão, embora tenha sido solicitada e apoiada pelo principal líder da oposição a al-Kaddaffi, a verdade é que, como veremos, não se tratou de uma decisão que tenha reunido o consenso de toda a comunidade líbia.

Apesar das inúmeras semelhanças entre os dois casos em análise nesta dissertação, o resultado das revoluções populares no âmbito da Primavera Árabe foi consideravelmente diferente. Enquanto o caso da Tunísia é frequentemente retratado como um caso de sucesso na transição para a democracia, o que se reflete nos relatórios da *Freedom House*, que consideram a Tunísia um país livre e em progresso democrático⁸. Pelo contrário, a Líbia é hoje um país socialmente fragmentado, a braços com uma guerra civil e com fortes clivagens políticas, visíveis, por exemplo, na duplicação de centros de poder no país.

Assim, face à análise destas variáveis, esta dissertação pretende compreender a perspectiva de atores privilegiados sobre os fatores que podem justificar as diferenças entre os dois casos.

A motivação para o estudo desta temática emerge, naturalmente, do facto de ser Líbio. Para além de preocupações com o contexto político e social da Líbia, a minha nacionalidade – e o facto de falar e escrever em árabe – facilitou o acesso a elites destes dois países. O acesso a elites, que testemunharam as revoluções populares, a transição para a democracia no contexto tunisino e que vivenciam o momento atual nestes países, permite explorar, nesta dissertação a perspetiva sobre o fenómeno da Primavera Árabe, os seus efeitos e perspetivas de evolução futura. Além disso, entre as razões que nos levaram a realizar um trabalho comparativo entre a Tunísia e a Líbia é a proximidade geográfica e a semelhança cultural entre os ambos povos (os países são vizinhos). Naturalmente, estes dois países estão unidos pelas aspirações semelhantes a um país democrático.

A secção que se segue apresenta com maior pormenor os objetivos das entrevistas, a estrutura do guião utilizado e a forma como as entrevistas foram conduzidas.

⁸ Ver “A Tunísia, o Nobel da Paz e a democracia que está a chegar” in *Observador*, disponível em <http://observador.pt/2015/10/09/tunisia-nobel-da-paz-democracia-esta-chegar/> Acesso em 1 Março de 2016.

Metodologia

Neste trabalho, para além de análise documental e recolha bibliográfica essenciais para o estudo das variáveis que potencialmente explicam o sucesso e o insucesso da Primavera Árabe no contexto da Tunísia e da Líbia, foram realizadas entrevistas semiestruturadas a elites com conhecimento privilegiado sobre a evolução destas revoluções.

Estas entrevistas, especialmente as entrevistas a elites, configuram-se como um passo altamente relevante para o processo de recolha de dados para uma pesquisa de estudo de caso. As entrevistas de elites são, uma fonte importante de dados para pesquisadores políticos. As entrevistas de elites permitem que os entrevistadores discutam longamente sobre as suas perspetivas e as ideias-chave relativas ao objetivo de pesquisa (Tansey, 2007).

Para Richards (1996), as elites são pessoas que ocupam cargos importantes ou figuras proeminentes gozam uma posição privilegiada em uma sociedade. Entre as vantagens de entrevistas de elites é que elas podem fornecer informação não registrada abertamente, ou ainda não está disponível (ou nunca será). Estas elites podem, ainda, ajudar a aceder a outros indivíduos, o que é designado de estratégia de *snowball*. Para além das vantagens, este tipo tem também uma série de desvantagens. Às vezes, não é possível obter a oportunidade de realizar um entrevista, e com muita frequência certos indivíduos ou figuras recusam um pedido para uma entrevista (ausência de disponibilidade para as entrevistas). Os entrevistados podem dizer coisas e ideias diferentes sobre o mesmo ponto. Por vezes, as entrevistas são feitas com pessoas mais velhas, que podem esquecer de alguma informação devido a falha de memória.

O objetivo das entrevistas é o de identificar e compreender os fatores que tornam complexa a governação da Líbia e aqueles que têm contribuído para a manutenção da instabilidade no país após a Revolução de 2011, particularmente tendo em conta o cenário de guerra civil. No caso das elites Tunisinas, interessa compreender o processo que deu origem à revolução da primavera árabe, o seu processo de transição e consolidação democrática e os principais fatores que diferenciaram a revolução tunisiana da líbia.

O guião das entrevistas de a Líbia encontra-se estruturado em oito perguntas. O guião começa com uma pergunta sobre o fenómeno da Primavera árabe que se verificou em vários países árabes no médio oriente e no norte da África para sabermos as

perspetivas dos entrevistados sobre esse movimento. A segunda pergunta procura compreender até que ponto a Revolução da Líbia alterou o cenário político e social. A terceira pergunta visa abordar o cenário político e social na Líbia após a Revolução de 2011. A quarta pergunta pretende identificar os fatores que permitem diferenciar os resultados identificados na Revolução Líbia relativamente a outros países como a Tunísia e Egito. A pergunta seguinte é inteiramente dedicada para o efeito da intervenção OTAN na Líbia. De mesma forma, a sexta pergunta analisará o efeito da União Europeia na Líbia. Na sétima pergunta, solicita-se aos entrevistados que identifiquem alguns fatores que potencialmente tiveram um impacto negativo na situação atual na Líbia. A última questão pretende perceber de que forma os entrevistados perspetivam as soluções e medidas que poderiam ser tomada para resolver o problema do país. O guião destas entrevistas encontra-se disponível no Anexo 1.

Foram seleccionados vários observadores privilegiados dos processos em causa em ambos os países. No caso da Líbia, os entrevistados foram seleccionados por conveniência, tratando-se de contactos pessoais do autor desta dissertação. Embora se reconheçam as limitações em termos do processo de amostragem – nomeadamente face à possibilidade das suas perspetivas não coincidirem com a perspetiva geral das elites nacionais e locais daqueles países – deve ser salientado que o processo utilizado era o mais viável no contexto atual dos países sob estudo. Os observadores seleccionados são, contudo, elites com perspetivas privilegiadas sobre os fenómenos em estudo, dado que se mantiveram em funções desde o início do processo de revolução. Os entrevistados são os que se enumeram de seguida, juntamente com a data em que responderam às questões:

- Eshweiter Moammer, Professor Auxiliar na Faculdade de Direito da Universidade de al Zitouna, 6 abril de 2016;
- Mohammed Albaragothy: Membro da Comissão da Reconciliação Nacional e o Antigo Presidente do Conselho Superior das Tribos Líbias (Conselho de Dignitários da Líbia), 23 fevereiro de 2016. Este conselho é considerado uma das organizações sociais que tem como objetivo profundar as relações sociais entre as diferentes tribos na Líbia e manter as relações dessas tribos com as autoridades e o governo líbio;
- Amir Fath Alha: Professor Auxiliar no Departamento da Economia e Ciência Política na Universidade de al Zitouna, 21 fevereiro de 2016;

- Doutor: Mohammed Al Alam: Professor Auxiliar no Departamento da Economia e Ciência Política na Universidade de al Zitouna e Diretor da Estação de Rádio local de Cidade de Bani Walid, 2 março de 2016;
- Mohammed Ali Alzobaidi: Professor Auxiliar e o Antigo Diretor de Departamento de Direito Internacional na Faculdade de Direito, Universidade de 7 Outubro, 10 março de 2016.

O guião das entrevistas foi enviado por *email*, em árabe, juntamente com um texto explicativo dos objetivos gerais desta investigação. As respostas foram traduzidas para português pelo autor dessa dissertação.

Em relação às entrevistas de Tunísia, o guião organiza-se em seis perguntas. O guião inicia-se com uma questão relativa ao fenómeno de Primavera Árabe em geral, procurando entender as perspetivas dos entrevistados sobre este movimento. A segunda pergunta pretende saber a opinião de cada entrevistado relativamente ao cenário político e social na Tunísia antes de Primavera Árabe. A terceira irá relevar as diferentes perspetivas no que se refere à relevância principal da revolução para a Tunísia. Já a quarta pergunta procurará saber as perspetivas dos entrevistados sobre o cenário político e social na Tunísia depois de Primavera Árabe. A quinta pergunta vai clarificar as diferentes visões dos entrevistados sobre as características e os fatores principais que têm contribuídos para a manutenção da estabilidade no país pós-revolução. Na última questão, procuramos obter as perspetivas dos entrevistados relativamente aos fatores que potencialmente diferenciam o caso da Tunísia do caso da Líbia. O guião destas entrevistas encontra-se disponível no Anexo2.

Para a seleção dos entrevistados no contexto da Tunísia foi utilizada a técnica de *snowball*. O primeiro contacto foi estabelecido com o Editor-chefe principal do jornal *La Presse* na Tunísia. Este cedeu o nome o contacto de possíveis entrevistados. Os entrevistados são enumerados de seguida, juntamente com a data a que responderam às questões:

- Mohammed Bououd: Escritor tunisiano e jornalista no jornal *La Presse*, 30 de março 2016;
- Ziad El-Hani: Editor-chefe principal do jornal *La Presse*, 1 de abril de 2016;
- Hala Boujne: Investigadora de direito público na Faculdade de Direito e Ciências Económicas e Políticas, Universidade de Sousse, 16 de abril de 2016;

- Marrwa Neji: Investigadora de Ciência Política na Faculdade de Direito e Ciências Económicas e Políticas, Universidade de Sousse, 19 de abril 2016.

Estas entrevistas serão analisadas respeitando a forma como estas foram transcritas.

Estrutura do trabalho

Esta dissertação está organizada em seis capítulos. O segundo capítulo apresenta o contexto teórico desta dissertação. Em particular, é analisado o processo da transição democrática de acordo a literatura. O terceiro capítulo detém-se na análise do fenómeno da Primavera Árabe, com a contextualização dos países onde o fenómeno se verificou. O quarto capítulo desta dissertação será inteiramente dedicado à análise do caso da Tunísia como um caso bem-sucedido e o quinto capítulo analisa o caso da Líbia e os fatores que têm sido identificados como geradores de maior instabilidade política e social. Os capítulos seguintes – sexto e sétimo – analisam as perspetivas dos entrevistados. A dissertação termina com algumas notas conclusivas.

Capítulo 2 – Uma visão geral sobre o processo de transição democrática

Notas introdutórias

O presente capítulo tem como objetivo estudar o processo da transição democrática. Para este efeito, na primeira secção deste capítulo analisam-se os conceitos relevantes para entender e clarificar a o conceito de democracia e a transição democrática. Na segunda secção, analisam-se as formas e mecanismos de transição democrática. Para além disso, a última secção neste capítulo irá destacar os fatores que facilitam o processo de transição democrática. A secção final deste capítulo pretende clarificar os principais fatores que, potencialmente, levam ao falhanço dos processos de transição democrática.

Transição democrática

Mainwaring (1989) definiu o processo de transição democrática como um intervalo entre dois regimes políticos. As transições democráticas podem acontecer por um lado pelo lançamento do processo de dissolução de um regime ditatorial. Por outro lado podem acontecer, com a criação alguma forma de democracia dentro do regime. Para Monclaire (2001:62) “uma transição é um período muito aberto, um momento crítico no decorrer do qual a natureza e a direção da mudança dependem, antes de tudo, das estratégias adotadas pelos grupos de atores implicados nesses processos”.

De acordo com Powers (1992) uma transição bem-sucedida necessita de algumas reformas do Estado com intenção de restabelecer a estabilidade económica e requer, também, ter em conta as questões económicas e sociais em uma tentativa para impedir as tensões resultantes desta transição.

O processo de transição e consolidação democrática requer abolir todos os procedimentos velhos que são incompatíveis com a democracia e reconstruir novas instituições que fazem a democracia funcionar (Valenzuela, 1990)

Segundo Rustow (1970) para consolidar a democracia, os democratas devem ser promovidos pela pregação, propaganda, educação e mudar as suas crenças através do processo de racionalização ou adaptação. Rustow (1970) defende que a base fundamental para se pensar na transição democrática e consolidação democrática é a coesão nacional

(a condição de unidade nacional) esta condição principal deve preceder todas as outras fases da democratização.

Nas últimas décadas o mundo testemunhou três vagas de democratização. A primeira vaga inicia-se 1820 e continuou por quase um século até 1926 que trouxe cerca de 29 democracias (Huntington, 1991). Como foi dito há pouco, esta vaga começou em 1820, depois de Revolução Francesa e do Império napoleónico, e quando Europa começou a derrubar os regimes ditatoriais e libertar-se (Machado, 2014:20-21). Entretanto, a chegada de Mussolini ao poder na Itália em 1922, levou à surgir de primeira onda inversa, em 1942 o número dos países democráticos baixou para 12 democracia (Huntington, 1991).

Segundo Machado (2014: 21) a vitória dos aliados na segunda guerra mundial trouxe a segunda vaga de democracia 1962 com cerca de 36 países democráticos no mundo. No entanto, esta vaga enfrentou-se com uma segunda onda inversa entre 1960-1975, que reduziu o número dos países democráticos para 30 países (Huntington, 1991).

A terceira vaga de democratização ocorreu entre 1974 e 1990 em pelo menos, 30 países: A Comunidade Europeia desempenhou um papel fundamental na consolidação da democracia nesta terceira vaga, nomeadamente nos países de Sul da Europa, tal como Grécia, Espanha e Portugal (Huntington, 1991). Neste contexto, quando se fala sobre a terceira vaga de mudanças no mundo de democracia existem vários fatores ajudaram para ocorrer a terceira vaga de democratização, em muitos países. O primeiro fator que teve contribuído para manutenção da transição para a democracia na terceira vaga, foi o papel da Igreja Católica, as mudanças interessantes que aconteceram nas atividades e doutrina da Igreja Católica contra o autoritarismo que aconteceram no segundo concílio vaticano entre 1963-1965 (Huntington, 1991).

De acordo com Huntington (1991: 13), o segundo fator que potencialmente explica esta terceira vaga de democratização foi o crescimento económico global na década de 60 que ajudou bastante para melhorara as condições de vida, e o aumento o nível educação em vários países. Além destes, devem ser referidas as mudanças políticas dos atores externos, como por exemplo os Estados Unidos, a União Soviética e a União Europeia.

A ideia fundamental da democracia é que as pessoas têm o direito de determinar quem são os governantes e determinar as suas responsabilidades. Além disso, as

democracias impõem limites legais para a autoridade do governo por garantir os direitos e liberdades dos seus cidadãos (Campbell, 2008). A democracia é um regime em que os governantes são escolhidos através de eleições livres e justas (Przeworski, 2004).

A boa democracia é um regime através do qual os cidadãos e associações gozam os seus direitos, liberdade e igualdade de acordo com o Estado de direito. A boa qualidade de democracia é aquela política que procura alcançar os seus fundamentais objetivos por olhar às aspirações dos cidadãos. Para além disso, a democracia é um regime pelo qual os cidadãos podem avaliar o desempenho de governo e ver se o governo garante a liberdade e a igualdade para os seus cidadãos (Pinto et al, 2011).

De acordo com Diamond & Morlino (2004: 22), podemos definir democracia da seguinte forma:

“Uma boa democracia concede aos seus cidadãos ampla liberdade, igualdade e controlo sobre as políticas públicas através do funcionamento legítimo e legal de instituições estáveis. Nestas democracias, o regime procura satisfazer as exigências dos cidadãos. Também o regime permitirá que os cidadãos, associações e comunidades desfrutem de grande liberdade e igualdade política”

De facto, o processo de medição da qualidade democrática é baseado nos princípios fundamentais, neste contexto definimos três princípios fundamentais: igualdade, liberdade e controlo (Bühlmann et al, 2007). Na Tabela 2 são identificadas algumas dimensões e funções da qualidade da democracia.

Tabela 2 – Dimensões, funções e componentes da qualidade da democracia

<i>Princípios</i>	<i>Dimensões</i>	<i>Funções</i>	<i>Componentes</i>
Liberdade	Direitos civis	Liberdade individual Proteção dos direitos	Igualdade indivíduos Igualdade perante a lei Igual acesso à justiça
Igualdade	Direitos políticos	Participação Reatividade Transparência	Igual direito de participação. Liberdade de associação. Liberdade de opinião. Esfera pública aberta.
Controlo	Participação eleitoral. Accountability horizontal. O poder efetivo de governação.	Accountability Representação Limite à autonomia executiva Autonomia governativa / controle sobre as políticas	Eleições livres e justas / votes. Sufrágio universal ativo. Sufrágio universal passivo. Independência da justiça. Limites legais. Dimensão territorial nacional. Dimensão funcional nacional. Dimensão global.

Fonte: Bühlmann et al (2007: 39) .

Como já vimos na tabela 2 a qualidade de democracia, é baseada em três os princípios fundamentais: liberdade, igualdade e controlo. Além disso, os princípios da qualidade de democracia se se revêm em diferentes dimensões e funções fundamentais como já mencionado; os direitos civis, direitos políticos e Accountability.

Igualdade

O termo da igualdade é uma das questões mais importantes na vida política, que pode contribuir amplamente no desenvolvimento de uma democracia e construir um governo democrático. Por regra, existem duas razões essenciais pelas quais a igualdade pode ser considerada uma base fundamental na democracia e tem mesmo de fazer parte da sua estrutura. O primeiro é que, a igualdade como uma parte integrante de democracia, pode seguramente satisfazer todos os requisitos morais e os princípios de vida, que através de quais o governo pode apoiar os interesses de cada pessoa igualmente. Em segundo lugar, porque a igualdade significa que todos os cidadãos são gozam os seus direitos igualmente (Bühlmann et al, 2007).

De acordo com Morlino (2009: 18). “A igualdade significa a igualdade perante a lei, e proibição de discriminação com base no sexo, raça, língua, religião, opiniões, e as condições sociais e pessoais”.

Liberdade

A liberdade é considerada o segundo princípio da uma democracia ideal. Segundo Diamond & Morlino (2004:26-27) “a liberdade tem três tipos de direitos: Políticos, civis e socioeconômicos. Direitos políticos incluem os direitos de voto, o exercício de atividades políticos. Estes direitos dão a oportunidade de participação política e da concorrência. Os direitos civis essenciais incluem a liberdade pessoal, segurança e privacidade; liberdade de pensamento, expressão e informação; liberdade de crença ”.

Segundo Bühlmann et al (2007) a liberdade surge como o segundo princípio de democracia. Os direitos de liberdade são aqueles direitos que garantem a proteção para os indivíduos e que previnem qualquer violação por parte do Estado.

Controlo

Para criar algum equilíbrio entre a igualdade e a liberdade e a preservação de ambos os princípios, a democracia deve ter outro princípio-chave. Trata-se do princípio de controlo, ou accountability. “O princípio de controlo é uma base institucional fundamental para uma determinada democracia, porque os indivíduos devem controlar os seus representantes no governo para garantir a liberdade e a igualdade o que basicamente significa a ausência de tirania autoritarismo” (Bühlmann et al, 2007:11).

Podemos distinguir entre accountability vertical e horizontal. “Accountability vertical é a obrigação dos líderes políticos eleitos para responder por suas decisões políticas quando questionado por eleitores ou órgãos constitucionais” (Diamond & Morlino, 2004: 25). Segundo Kenney (2000) a accountability horizontal requer a existência de agências governamentais eficazes e têm capacidade de controlar os agentes do Estado e de tomar todas as medidas possíveis no caso de qualquer erro ou ação ilegal.

Formas e mecanismos de transição democrática

Para Mainwaring (1989) existem três formas de passagem do regime autoritário para uma democracia: transação, colapso e extricação. Na transição através de transação o governo inicia o processo de liberalização e continua a ser um ator decisivo durante a transição. Ele por sua vez promove medidas que eventualmente levam à democratização. No entanto, isto não significa que a oposição desempenhe um papel insignificante no processo de transição. As transições por colapso ocorre quando ou transição através da derrota do regime ocorre quando acontece uma grande derrota de um regime autoritário. (3) A terceira e última forma de transição, é extricação, ocorre através de uma abertura política gradual, mas o regime se mantém no poder durante o processo de transição, e continua a ser um ator decisivo durante a transição e deixa o poder com o passar de tempo (*step by step*). Mas, no mundo contemporâneo não há casos de uma transição gradual contra os líderes de um regime autoritário. Assim, a categoria de transição através da luta revolucionária, ou transição gradual é um conjunto nulo. Isto significa que apenas duas categorias restantes descrevem transições contemporâneas: transição através de colapso e transição pela transação.

A Tabela 3 apresenta os dois mecanismos de transição (Colapso e Transação), de uma forma simples. Também Nessa coluna iremos indicar aos países, como exemplos de cada forma de transição.

Tabela 3 – As formas de transição democrática

A Forma de transição	As características	Os casos de transição
Transição pela transação	É um tipo de transição democrática menos traumática para a população, que acontece normalmente de forma tranquila.	O caso brasileiro em 1964 é mais próximo do modelo de transição pela transação.
Transição através de derrota regime ditatorial (o colapso).	Esta transição acontece quando um regime ditatorial não se pode se proteger e não pode ficar mais no poder neste caso vai diretamente ao colapso.	O caso de Portugal em 1975, Grécia em 1974 e Argentina em 1982-1983.

Fonte: Elaboração pelo autor, com base em Mainwaring (1989).

Sucesso ou falhanço da democracia

A questão da sobrevivência dos regimes democráticos depende de diferentes fatores. O primeiro deles é o nível de desenvolvimento económico, como medido pelo rendimento *per capita*. Com efeito, de acordo com Przeworski (2004) pode-se dizer que as democracias não são suscetíveis de ser estabelecidas em países pobres. Parece existir uma forte relação entre o desempenho da economia e o colapso de democracia, onde que os países com economias fracas ou instáveis, são mais propensos ao falhanço democrático do que outros países que fiquem com uma economia estável e com um bom desempenho (Diskin,2005:293-294).

A maioria dos países desenvolvidos e ricos são democráticos com exceção da Índia. O caso de Índia é a exceção mais dramática neste contexto. Para além disso, a maioria dos países que são pobres e com baixo nível económico não são democráticos, basta atentar nos obstáculos económicos que afetaram a democratização em África na década de 1980 (Huntington ,1991). Há, contudo, casos excepcionais, como o caso da Coreia do Sul, menos desenvolvido economicamente, e que surpreendeu o mundo pela rápida prosperidade económica atingida na década de 1980 (Huntington ,1991).

O segundo fator que influencia a estabilidade e manutenção da democracia é o nível educativo de um país, sobretudo os anos de escolaridade de um membro médio da força de trabalho. Este fator aumenta a possibilidade de que uma democracia poderia sobreviver o maior tempo possível (Przeworski ,2004).

Em terceiro lugar, devem ter-se em conta as relações de forças políticas. A democracia é mais propensa ao colapso quando um partido controla uma grande parte (mais de dois terços), dos assentos na câmara baixa do Legislativo. A democracia pode tornar-se mais estável quando nenhuma força política domina no poder por muito tempo. Portanto, pode-se confirmar que as democracias são mais estáveis quando os chefes de governos mudam regularmente, a cada ciclo eleitoral. Estas observações indicam que a democracia é mais provável de sobreviver quando nenhuma força política domina completa e permanentemente (Przeworski ,2004).

O tipo de sistema político é o quarto fator explicativo. A literatura sugere que o sistema parlamentar tende a gerar maior estabilidade democrática. Com efeito, de acordo com Przeworski (2004), a expectativa de vida de uma democracia parlamentar é 74 anos, e de apenas 24 anos para uma democracia presidencial. Esta diferença entre o sistema parlamentar e o sistema presidencial deve-se ao facto de que os primeiros tendem a surgir na sequência de ditaduras civis; enquanto, os sistemas presidenciais tendem a ser um legado de ditaduras militares e influência militar (Przeworski ,2004).

O quinto fator que parece determinar a sobrevivência da democracia está relacionado com a importância da cultura religiosa para o surgimento e durabilidade das democracias. Przeworski (2004) argumenta que as democracias são mais suscetíveis de surgir nos países em que há mais católicos. Segundo Huntington (1991), historicamente, há uma grande correlação entre o cristianismo ocidental e democracia. Até o início dos anos 1970, a maioria dos países protestantes do mundo já tinham tornado democráticos. A terceira vaga democrática, dos anos 1970 e 1980 ocorre em países católicos começando em Portugal e Espanha. E, em 1990, a maioria dos países católicos já foram democratizados. Para o autor “a real democracia é desadequada nos países que não são ocidentais e apenas pode viver nos países do noroeste e talvez na Europa Central e nas suas colônias. E seja qual for a compatibilidade entre o Islã e a democracia na teoria, na prática eles raramente têm ido juntos para frente”.

Huntington (1991) defende, ainda, que a democracia é apropriada apenas para os países do noroeste e talvez da Europa Central. Para este autor, o islamismo é visto como um obstáculo para uma real democracia devido às suas diferenças culturais. Com efeito, argumenta o autor que o islamismo não aceita nenhuma separação entre a religião e a política. Assim, a participação política está ligada à filiação religiosa, o que implica o afastamento de cidadãos da política se pertencerem a religiões minoritárias. O islamismo

exige que em um país muçulmano os governantes políticos devem ser muçulmanos praticantes. O autor argumenta que os conceitos islâmicos da política discordam das premissas da política democrática. Para além disso, o autor chegou a dizer que o único país islâmico que conseguiu manter um sistema político democrático foi a Turquia, onde o presidente Turco Mustafa Kemal Atatürk rejeitou os conceitos islâmicos da sociedade e também da política.

Em sexto lugar, alguns autores consideram que deve ser tido em conta a história desfavorável, ou melhor a experiência democrática. Neste sentido pode-se afirmar que a experiência democrática historicamente tem um papel tão significativo no sucesso de transição democrática ao contrário do que acontece num país que sofre com falta de experiência democrática. Os países e comunidades com contextos históricos não democráticos por exemplo (Turquia e Peru) são mais propensas ao falhanço democrático do que aqueles com fundos históricos democráticos ou experiência democrática, como por exemplo, o caso da Suíça (Diskin ,2005: 294).

A diversidade (étnica, religiosa, nacional ou linguística) é o sétimo fator que explica o (in) sucesso da democracia. Segundo Diskin (2005: 295), os países que sofrem com grandes clivagens sociais e diversidade étnica, são mais propensas ao colapso democrático do que outros países que são mais estáveis. Segundo o autor os países com grupos étnicos e culturais sentem maior dificuldade em termos de governança e processo de transformação para um regime democrático, ao contrário do que acontece nas comunidades homogêneas.

Por fim, alguns autores consideram que o envolvimento externo ou ameaças graves de países estrangeiros na política interna pode gerar o falhanço da democracia. É considerada uma das razões mais importantes em relação ao colapso ou sucesso de uma de democracia. De acordo com o estudo de Diskin (2005), os países que testemunham níveis graves de intervenção estrangeira e envolvimento de forças estrangeiras – como por exemplo, a intervenção da Alemanha na política interna da Áustria – são mais propensos ao falhanço e colapso democrático do que aqueles com baixo envolvimento externo.

Notas conclusivas

A sobrevivência da democracia depende de um vasto conjunto de variáveis. Por um lado, existem vários fatores seguramente podem ajudar na propagação e consolidação da democracia, como o desenvolvimento económico, o nível de educação, o tipo de regime político e as culturas ocidentais e católicas. Por outro lado, existem também fatores podem levar ao falhanço de processo democrático. Por exemplo, a questão da instabilidade governamental, a existência de clivagens e diversidade étnica, religiosa, nacional ou linguística, a falta de experiência democrática e a intervenção externa, ou estrangeira nos assuntos internos.

Como vimos anteriormente, estas variáveis serão elencadas em capítulos posteriores, com vista à compreensão do seu impacto nos processos de democratização da Tunísia e da Líbia, no contexto pós 2011. O capítulo que se segue dedica-se à análise específica destes processos, designados por Primavera Árabe.

Capítulo 3 – O fenómeno da Primavera Árabe

Notas introdutórias

Este capítulo pretende analisar o fenómeno da primavera árabe. Para este efeito, o capítulo inicia-se com a precisão conceptual, procurando delinear a origem do conceito. É igualmente feita a contextualização histórica do fenómeno nos países em que este se verificou: Tunísia, Egito, Síria e Líbia. Posteriormente, são analisados os fatores que facilitaram este fenómeno. A terceira secção deste capítulo detém-se na análise do impacto das organizações internacionais, como a União Europeia e a OTAN; ou o efeito das ações de países – especificamente os Estados Unidos da América – no desenvolvimento e desfecho dos processos de transição democrática. O capítulo termina com a análise das potenciais consequências da vaga de democratização despoletada pelo fenómeno da primavera árabe.

O contexto

As grandes vagas de transição para a democracia têm sido associadas à estação primaveril, como uma metáfora para explicar a bonança após o inverno. Podemos tomar como exemplos a Primavera dos Povos, relativa às revoluções que ocorreram por toda a Europa durante o ano de 1848; ou a Primavera de Praga, movimento que ocorre na Checoslováquia em 1968 (Luz, 2014: 8). De igual modo, a onda revolucionária dos países árabes do Médio Oriente e norte de África foi apelidada de Primavera Árabe, numa referência implícita à Primavera de Praga (Bijos & Almeida, 2013:59).

A Primavera Árabe é, assim, o termo dado às revoluções árabes contra os regimes e governos ditatoriais através de realização manifestações e os protestos populares nas ruas e praças, devido à deterioração da situação da população que sofrem com falta de oportunidades de trabalho, falta de justiça, falta de democracia e outros serviços necessários (Oufella, 2013:105). Estes protestos populares emergiram, assim, como resultado da, da corrupção e de políticas repressivas ao longo de longas décadas. No final de 2010 e início de 2011 o mundo árabe assistiu a uma grande onda de revoluções contra os regimes ditatoriais e autoritários em vários países por exemplo Tunísia, Egito, Líbia e Síria (Ramos, 2013).

Os meios de comunicações e as redes sociais desempenharam um grande papel durante estes protestos e manifestações. A Internet e as redes sociais, por exemplo o Facebook, o YouTube, o Twitter e outros os canais, tal como canal de Al-Jazeera⁹, tiveram papéis fundamentais nas revoluções árabes (Vieira ,2013:13). As redes sociais foram utilizadas nesses protestos a fim de mostrar ao mundo os crimes cometidos contra os civis (Oufella,2013:105). No caso da Tunísia as redes sociais tiveram um papel tão importante para propagar e mostrar todos os factos que o regime tentava ocultá-los nos primeiros dias da Revolução. O melhor exemplo, foi o da partilha do vídeo que demonstrava a imolação de um cidadão Tunisino, Mohammed Bouazizi, em 17 de dezembro de 2010, depois de ter sido humilhado pelas autoridades tunisianas (Luz, 2014).

As principais causas da Primavera Árabe

O fenómeno da Primavera Árabe surgiu como consequência de condições económicas adversas vivenciadas pelo povo árabe por causa de regimes militares ditatoriais (Aissa, 2012: 2). O despoletar da onda de protestos populares foi dado pela imolação de um cidadão tunisino (Mohammed El Bouzizo), um vendedor de rua, após ter sido pela polícia tunisiana, a 17 de dezembro de 2010. Os protestos surgiram contra o regime militar, a permanência de determinadas eleitas políticas no poder durante longas décadas, através de eleições falsas durante o processo eleitoral em muitos países (Ramos, 2013: 32-33). Na rua, a população protestava contra as elevadas taxas de desemprego (Herlander & Byun, 2015: 34)., a pobreza e falta de liberdade (Oufella, 2013:105); a desigualdade (Herlander & Byun, 2015: 34). De igual modo, os protestos visavam expor os crimes e massacres cometidos pelos regimes autoritários contra alguns grupos políticos ou religiosos, como por exemplo, o massacre de Hama¹⁰ na Síria em 1982. Para além disso, trataram-se de protestos contra a corrupção institucional, abuso de autoridade, sonegação de impostos e outros (Ramos, 2013: 32-33).

⁹ É um canal de televisão por satélite foi criada em 1996 no Qatar para ter mais informações ver <http://www.aljazeera.com>.

¹⁰ É uma cidade síria que já testemunhou um dos massacres humanos na era de ex-presidente sírio Hafid AL-Assad em 1982.

Primavera árabe, onde?

Tal como referido anteriormente, os protestos e revoltas da Primavera Árabe no Médio Oriente começaram na Tunísia no final de 2010. Tais protestos foram rapidamente replicados em vários países árabes contra os regimes autoritários. No entanto, esta secção centraliza-se nos países que foram afetados mais pelo este fenómeno e que tiveram mais expressão mediática na época, como o Egito, a Síria, e a Líbia. Neste trabalho nós não quisermos aqueles casos que foram afetados ligeiramente pelo fenómeno e onde não houve deposição do regime anterior.

Tunísia

A imolação de um jovem vendedor na Tunísia gerou uma forte contestação contra o regime (Ajami, 2012: 58), no final de 2010. Neste período, o povo tunisiano iniciou manifestações pacíficas e protestos sem precedentes contra o regime autoritário com apoio de exército tunisiano, como resultado das situações de pobreza, a elevada nas taxas de desemprego entre os jovens. As manifestações e protestos levaram à queda do Presidente Zine el Abidine Ben Ali (Ramos, 2013). O presidente Zine El Abidine Ben Ali fugiu com a sua família para Arabia Saudita depois de 23 de poder. Depois disso, o Tribunal Constitucional da Tunísia anunciou que o Presidente do Parlamento, Fouad Mebaza, seria nomeado como presidente interino do país¹¹ O caso da Tunísia, será abordado com maior profundidade no capítulo seguinte.

Egito

A Revolução egípcia, localmente conhecida como a Revolução de 25 de janeiro, inicia-se após a queda do Presidente Tunisino, em 25 de janeiro de 2011. As manifestações que decorreram em várias cidades, como no Cairo, Alexandria, Suez e Ismailia, visavam derrubar o regime de Muhammed Hossni Mubarak, que permanecia no poder há 30 anos (Wahba, 2011:1-2). Nos primeiros dias, o regime confrontou estes protestos brutalmente. A polícia tinha recebido ordens para reprimir as manifestações. Para além disso o regime as forças do regime começaram a disparar contra os civis e o

¹¹ Al Jazeera (2011) Tunisia Ben Ali flees amid unrest. In <http://www.aljazeera.com/news/africa/2011/01/20111153616298850.html> . Acesso em 27 Maio de 2016.

regime opta por abrir as prisões e libertar os criminosos e os armados para criar uma estado de terror, numa tentativa de parar os protestos (Ramos, 2013: 42). No final, após 18 dias de agitação o regime do presidente Hussni Mubarak caiu sob uma grande pressão popular (Wahba, 2011:1-2).

Líbia

Os protestos contra o regime na líbia começaram após a eclosão da revolução Tunisiana e Egípcia, em 17 de fevereiro 2011. Foram lançados pela primeira vez na cidade de Benghazi, a segunda maior cidade da Líbia. Rapidamente, os protestos espalharam-se por todos o país contra o regime de Muammer al-Kaddafi. Por outro lado, as forças de regime tomaram todas as medidas de segurança, para impedir estes protestos e reprimir os manifestantes (McQuinn, 2012:10). O Coronel Muammar al-Kaddafi governou a Líbia durante 42 anos desde 1969, altura em que um golpe de estado contra a monarquia o colocou no poder¹². Após o um breve período formou o Conselho Nacional de Transição nas cidades que já foram tomadas pelos opositores, e começou um conflito armado entre o regime de coronel Muammer al-Kaddafi e forças da oposição que foram apoiadas pelo OTAN, com a criação de uma zona de exclusão aérea na Líbia com objetivo de proteger o povo líbio de crimes do regime (Luz, 2014). O Conselho Nacional de Transição foi criado pelo ex-ministro da Justiça líbio Mustafa Abdel-Jalil, que desertou do governo a 21 de fevereiro e declarou a criação de um "governo de transição" no leste do país no dia 26 de fevereiro de 2011. Este conselho teve como objetivo formar oposição armada para lutar contra as forças do regime líbio no oeste do país¹³. O coronel Muammar al-Kaddafi foi morto no dia 21 de Outubro de 2011 depois de ser sitiado pelas forças de oposição (Casas & Furtado, 2011: 3). Desde a queda do regime do Muammar al-Kaddafi em 2011, vários facções políticos e militares da Líbia mergulharam-se numa luta constante pelo controle do cenário político e pelo controle o país no período pós-revolução (Gartenstein-ross & Barr, 2015:7). O caso da Líbia será abordado com mais pormenor no capítulo 5.

¹² BBC(2016) Libya country profile.In <http://www.bbc.com/news/world-africa-13754897> .Acesso em 27 Maio de 2016.

¹³ Stratfor(2011) Libya's Opposition Leadership Comes into Focus. In <https://www.stratfor.com/analysis/libyas-opposition-leadership-comes-focus>.Acesso em 27 Maio de 2016.

Síria

Os sírios têm sofrido com altas taxas de desemprego, os padrões de vida, os abusos dos direitos humanos, e quase 50 anos da ditadura militar. Os protestos e manifestações populares contra o regime de Presidente Bashar Al-Assad começaram no dia 26 de Janeiro de 2011 (Nepstad, 2013: 344). Inicialmente, as tentativas de regime sírio para tentar reprimir os manifestantes nas praças pioraram a posição do governo e levaram à morte e tortura de um grande número de cidadãos. Nos meados de 2011, a União Europeia e os Estados Unidos lançaram algumas sanções contra o Presidente Al-Assad, a sua família e um conjunto de membros que fazem parte do regime como uma reação contra os crimes de guerra por parte do regime contra os manifestantes (Bastos, 2014: 3-4). Essas sanções impostas tinham como objetivo isolar o regime sírio economicamente, secar o acesso do regime sírio a recursos económicos e quebrar sua aliança com os empresários (Hinnebusch, 2012: 7-11). Mesmo assim, todas as sanções internacionais que foram feitas pela União Europeia e Estados Unidos não conseguiram parar o regime de Bashar Al-Assad o que levou à eclosão da guerra civil na região (Bastos, 2014: 4).

Primavera Árabe e a Comunidade Internacional

Há várias décadas que a União Europeia tem procurado exportar e espalhar o seu modelo de democracia para todos os seus vizinhos. Em 1995, o Estados Membros da União Europeia em cooperação com Marrocos, Argélia, Tunísia, Egito, Israel, Jordânia, Síria, Líbano, Turquia, Autoridade Palestiniana, Chipre e Malta, assinaram a Declaração de Barcelona que lançou a Parceria Euro-Mediterrânica (PEM). Nesta declaração, implicava uma parceria com três aspetos essenciais (Hollis, 2012).

A primeira parte da declaração previa a cooperação política e de segurança para criar uma área comum de paz e estabilidade. A segunda parte estabelecia uma parceria económica e financeira entre os países incluindo uma zona de comércio livre. A terceira parte visava reforçar os laços sociais e culturais, desenvolver os recursos humanos, promover a compreensão entre as diferentes culturas (Hollis, 2012: 82).

Para Pinto (2015: 2) no que diz respeito à onda da Primavera Árabe, Catherine Ashton, Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança, em 8 de março de 2011 divulgou abertamente a intenção da União Europeia em apoiar os países árabes, ao mencionar que a União Europeia tinha uma ampla

experiência em relação à promoção da democracia. De acordo com esta representante, a União Europeia estaria disposta a apoiar estes países para alcançar e consolidar a democracia.

A União Europeia continua a apoiar e defender a democracia, como um de seus princípios fundamentais, como a liberdade de expressão e Estado de direito etc. Assim, abraçou a promoção da democracia nos países árabes, como um especto essencial das suas políticas em relação aos seus vizinhos. Neste sentido, a onda de revoltas iniciadas na Tunísia e as reivindicações populares foram consideradas legítimas e necessárias para o povo árabe. E portanto, era necessário apoiar a Primavera Árabe, como uma reivindicação das políticas e dos objetivos centrais da UE (Hollis, 2012: 81).

A União Europeia forneceu ajuda financeira a vários países da Primavera Árabe na fase de transição. No caso do Egito, a Comissão Europeia ofereceu cerca de 100 milhões de Euros, em 17 de agosto de 2011: 20 milhões de euros para melhorar as condições de vida da população pobre residente em zonas mal servidas; 20 milhões de euros para implementar o comércio e as reformas relacionadas com o mercado interno; e 60 para melhorar o abastecimento de energia sustentável através da promoção das energias renováveis. Na Tunísia, a Comissão Europeia ofereceu cerca de 110.000.000 de euros para projetos de ajuda ao desenvolvimento: 90 milhões de euros para apoiar as medidas de recuperação económica; e 20 milhões de euros para políticas de modernização nacionais no sector dos serviços (Isaac, 2012: 11).

Para além do apoio económico no caso da Tunísia, a União Europeia tinha enviado um grupo de observadores para ajudar o governo tunisiano no processo eleitoral (Luz, 2014: 42). No caso Sírio, após a eclosão da Revolução da Síria, a União Europeia, em maio de 2011, declarou uma série de sanções contra o regime sírio por cometer crimes de guerra (Bastos, 2014: 4). As políticas da União Europeia começaram a isolar o regime de Assad através de um aumento das sanções. E lançaram outras novas sanções a título de exemplo, a imposição de embargos sobre armas e os equipamentos que podiam ser utilizados na repressão interna; o congelamento de fundos e recursos económicos de certas pessoas e entidades (Isaac, 2012:10).

Os Estados Unidos tiveram, também, um importante papel neste processo. A Administração de Obama havia defendido consistentemente uma mudança democrática,

posicionando-se contra as políticas repressivas dos regimes nos países da região (Aftandilian,2012:5).

Assim, os EUA apresentaram um forte apoio à Tunísia, divulgando o seu desejo para reforçar as relações económicas entre os países e aprofundar a cooperação de segurança. A nova Estratégia de Segurança Nacional do presidente Barack Obama, que foi lançada em fevereiro de 2015, afirmou que Estados Unidos iriam trabalhar com o governo tunisiano para avançar na questão da construção de instituições democráticas e fortalecer a sua economia. Os Estados Unidos, desde 2011, forneceram mais de \$ 610.000.000 em ajuda ao governo da Tunísia, para este cumprir as suas obrigações de dívida internacionais e para melhorar a situação interna do país (Arieff & Humud,2015: 13- 15).

Para Aftandilian (2012: 6-10) no caso do Egito, a Administração de Obama tentou traçar um caminho médio, com o governo para acomodar algumas exigências dos manifestantes, sem aludir a uma mudança de governo. No entanto após poucos dias de protestos a polícia egípcia começou a exercer violência contra os manifestantes, levando o presidente Obama a declarar publicamente que o governo egípcio deveria respeitar os direitos do povo. O ex-embaixador dos Estados Unidos no Egito foi, então, enviado para conversar com o presidente egípcio sobre uma transição ordenada. Mas com mais manifestações e atos da repressão na rua egípcia, o porta-voz da Casa Branca pediu que as forças de segurança do Egito limitassem o uso da violência. O presidente egípcio viria a renunciar ao cargo em 11 de fevereiro de 2011 (Aftandilian,2012: 6-10).

Os protestos começaram na Líbia após a queda do presidente do Egito, aliado de al-Kaddafi. Rapidamente, a oposição líbia tornou-se num movimento armado contra o regime de Muammer al-Kaddafi. Após a evacuação de cidadãos americanos Líbia em fevereiro de 2011, Obama anunciou uma série de sanções contra o regime da Muammer al-Kaddafi e congelamento cerca de 30 bilhões de dólares de ativos da Líbia nos Estados Unidos. Neste período o presidente americano Obama tentou encontrar um consenso internacional sobre a Líbia. No final de fevereiro, o Conselho de Segurança internacional impôs um embargo de armas à Líbia. Além disso, outras sanções foram lançadas pelo Tribunal Penal Internacional, contra o coronel Muammer al-Kaddafi por crimes de guerra. No início de março, o Presidente Obama afirmou publicamente que Muammer al-Kaddafi tinha perdido a sua legitimidade e deveria deixar o poder (Aftandilian,2012:13-16). Como consequência dos crimes do regime de al-Kaddafi contra os civis na Líbia a

OTAN respondeu a convocatória das Nações Unidas (ONU) para proteger o povo líbio. Em março de 2011, as forças militares da OTAN impuseram um embargo de armas e uma zona de exclusão aérea num esforço para proteger os civis na Líbia ¹⁴. O ponto de intervenção militar da (OTAN) será explicada de forma abrangente no capítulo 5.

As consequências da Primavera Árabe

O movimento da Primavera Árabe alterou significativamente o cenário político nos países afetados. Por um lado, abriu o caminho para a representação política de alguns partidos políticos anteriormente marginalizados. Além disso, os países procuraram encetar novas reformas dentro das instituições públicas para alcançar a justiça e realizar eleições livres longe da ditadura que governou aqueles países por décadas. Surgiram novas leis que ajudaram a construção das constituições democráticas e que permitiram a realização as eleições justas. Um importante efeito destas revoluções reporta-se à consciencialização dos povos relativamente aos seus direitos (Ramos, 2013:35-37).

Não podem contudo, ser negligenciados os impactos negativos destas revoluções. Por um lado, a primavera árabe provocou morte de milhares pessoas inocentes. Cerca de 17 mil pessoas foram mortos nestes acontecimentos. Além de destruição de cidades e infraestruturas, etc. O colapso económico e turístico nos países que testemunharam os protestos populares e o colapso de seus regimes, levou à subida dos preços e à escassez de bens e serviços principais. Além disso, registou-se uma enorme subida nos preços dos produtos naturais, como o petróleo e gás, devido à instabilidade na região. (Ramo,2013:35-37).

Notas conclusivas

A Primavera Árabe, que assolou os países do norte de África e Médio Oriente desde finais de 2010 conseguiu derrubar a maior parte dos regimes autoritários na região. Apesar da alteração do cenário político, as questões sociais e económicas não viram melhorias significativas. Inegavelmente, estas alterações geraram um crescimento do terrorismo, a instabilidade na região, com consequências para a segurança e estabilidade

¹⁴ NATO (North Atlantic Treaty Organization). 2011 , NATO and Libya (Archived).In http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_71652.htm .Acesso em 27 Maio de 2016.

européias. Além disso, não deve ser desconsiderado o número de mortos e as perdas económicas nos países que testemunharam este movimento (Ramos, 2013).

De acordo com vários autores, o apoio que foi dado pela comunidade internacional especialmente os Estados Unidos e a União Europeia, ajudou no sucesso do processo da transição (Luz,2014:28-59; Aftandilian,2012:5-16; Pinto,2015:5; Isaac,2012:10-11; Bastos,2014: 4; Arieff & Humud,2015:13-15). A União Europeia e os Estados Unidos assumiram um papel tão significativo na propagação e promoção da democracia nos países da Primavera árabe, além do apoio político e económico a estes países.

Capítulo 4 – A Primavera Árabe na Tunísia como um caso de sucesso

Notas introdutórias

O presente capítulo analisa o fenómeno da Primavera árabe na Tunísia. O capítulo começa com uma breve introdução histórica da Tunísia desde a sua independência em 1956 até o fim de 2011 e o início de 2011, altura em que a primavera árabe se iniciou. A segunda secção deste capítulo analisa o cenário político da Tunísia no período após a Revolução. Posteriormente, são referidos os papéis da comunidade internacional na situação económica tunisiana - tal como a União Europeia e os Estados Unidos da América. Por último, procura-se compreender como o caso da Tunísia foi considerado um caso bem-sucedido. Para este efeito, o capítulo conclui-se com uma análise, utilizando o Relatório da *Freedom House* desde 2010 até 2015 para verificar a situação de democracia no país após a Revolução.

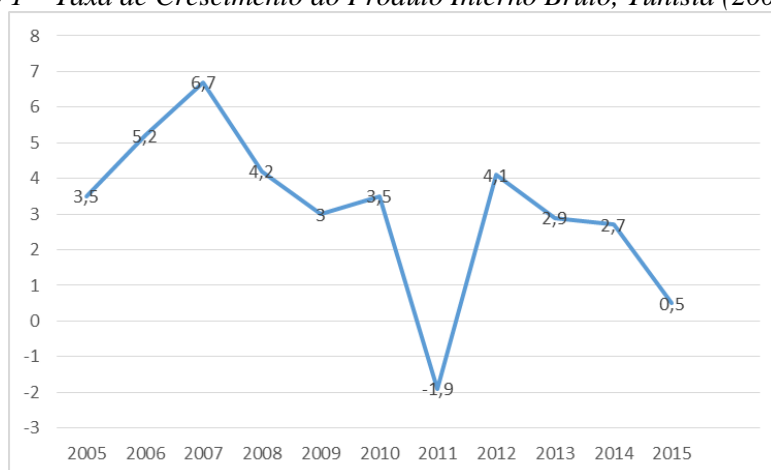
A Revolução da Tunísia

Tunísia é um país pequeno, tem uma população de cerca de 10.9 Milhões de habitantes. 98% São árabes, 1% europeus e 1% judeus e outros. A língua oficial é árabe e a religião oficial do país é o islã sunita (Arieff & Humud,2015:4). A Tunísia era uma colônia francesa até 1956. Em 1959 foi eleito o presidente Habib Bourguiba, formando o seu regime com um único partido (Luz ,2014:26). “Em 1987, o primeiro-ministro Zine ElAbidine Ben Ali conseguiu depor Bourguiba e subir ao poder. ” (Luz,2014:26). O presidente Zine al-Abidine Ben Ali governou o país durante 23 anos, a partir de 1987 até o ano de Revolução em 2011 (Luz,2014)

A Revolução da Tunísia começou com a morte de um cidadão tunisiano Mohammed al Bouazizi (um vendedor de rua) em 17 de dezembro de 2010, quando colocou o fogo em si mesmo depois de ser sido abusado pela polícia tunisiana (Ajami,2012:58). Segundo Schiller (2011:12) as pessoas manifestaram-se contra o regime devido à corrupção no governo nas cidades do interior do país como Sidi Bouzid, Thala e Kasserine. Depois disso, os protestos foram-se espalhando pelas regiões costeiras mais prósperas e pela capital Túnis. Os manifestantes começaram organizar-se através das redes sociais e telefone móvel.

Estas manifestações foram uma revolta popular contra a ditadura de Ben Ali, devido a corrupção, fraude, pobreza e problemas de desemprego entre os jovens (Ramos,2013:8). O povo tunisiano, antes de Revolução, confrontou-se com uma série de desafios socioeconómicos. Um deles, na última década, corresponde ao desemprego entre os jovens com educação secundária e superior. Desde 2006, a taxa de desemprego só tem aumentado, demonstrando que mais de 30% da população, entre 15 e 24 anos de idade, estavam desempregados. A crise financeira global afetou a situação económica na Tunísia e, por isso, a taxa de desemprego continua a aumentar. Em 2007 chegou a 18.2% e, em 2009, a 21.9% (Ayadi et al, 2011: 2). Também o crescimento económico do país registou quebras significativas na altura da revolução popular. Tal como se pode verificar no Gráfico 1, o PIB crescia a uma taxa de 3.5 por cento antes da revolução. Em 2011, o crescimento da economia cai de forma abrupta, aumentando, em 2012 4,1 por cento. Contudo, o crescimento da economia tem registado um declínio acentuado.

Gráfico 1 – Taxa de Crescimento do Produto Interno Bruto, Tunísia (2005- 2015).



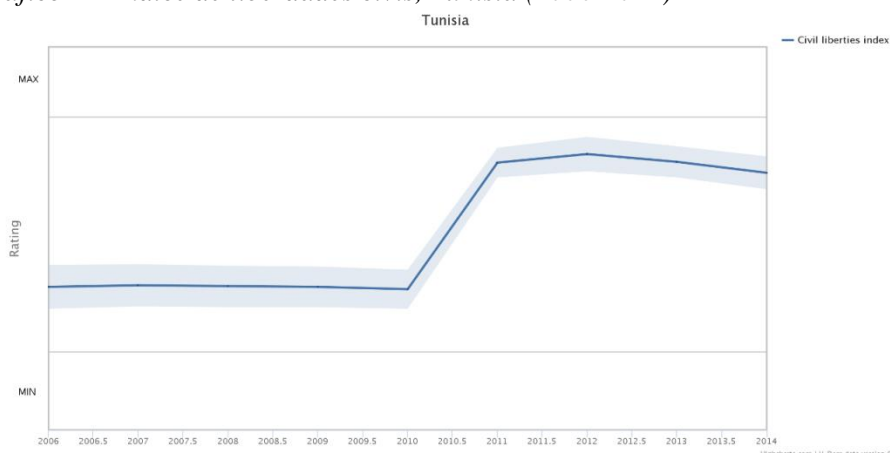
Fonte: Elaboração pelo autor com base nos dados do Banco Mundial¹⁵.

Ao longo dos anos, desde a entrada de Ben Ali ao poder em 1987, a Tunísia tornou-se um dos regimes mais repressivos e autoritários na região. O país nos dias de Bem Ali sofria com a corrupção em vários níveis, a violação dos direitos humanos, a falta de liberdades (Ayadi et al, 2011: 1). Segundo Lutterbeck (2013:1) “A Tunísia sob Ben Ali era considerado um Estado policial por excelência”. Durante o seu governo, vários ativistas dos direitos humanos, advogados, escritores, jornalistas e membros da oposição

¹⁵ The World Bank. Tunísia Annual GDP Growth (%). In <http://data.worldbank.org/country/tunisia> .Acesso em 18 abril de 2016.

política sofreram prisão e outras sanções em razão de terem violado as suas leis¹⁶. O Gráfico 2 apresenta o índice de liberdades civis no país antes e depois de revolução.

Gráfico 2 – Índice de liberdades civis, Tunísia (2006-2014)



Fonte: V-dem (2016). Varieties of democracy¹⁷

De acordo com as informações disponíveis, durante o governo de Ben Ali mais de 10000 pessoas foram arbitrariamente detidas. Algumas confissões foram obtidas através do uso de tortura¹⁸. No ano de Revolução, a satisfação do povo Tunisiano, com infraestrutura básica, o custo de vida, e os serviços básicos diminuíram de modo perceptível¹⁹.

O Presidente Ben Ali encetou vários esforços para controlar a situação no início da Revolução, como por exemplo, num dos seus discursos no início da Revolução, o Presidente prometia oferecer cerca de 300.000 novos empregos para os cidadãos desempregados, promessa que nunca cumpriu (Luz, 2014).

Para além disso, a 13 de janeiro de 2011 o presidente Tunisiano Ben Ali fez concessões mais amplas para a oposição, e disse que ele não iria candidatar-se para um novo mandato e também iria reduzir os preços dos alimentos e reduzir as restrições sobre o uso da Internet no país. Para além disso, o governo declarou que as eleições legislativas seriam realizadas no espaço de seis meses. Entretanto as promessas de Ben Ali não

¹⁶ Tunisia's Repressive Laws The Reform Agenda. DECEMBER 16, 2011, In <https://www.hrw.org/report/2011/12/16/tunisias-repressive-laws/reform-agenda#page> . Acesso em 13 abril de 2016.

¹⁷ V-dem (2016). *Varieties of democracy*. In <https://v-dem.net/en/analysis/CountryGraph/>. Acesso em 10 maio de 2016.

¹⁸ International Center for Transitional Justice (2016). In <https://www.ictj.org/our-work/regions-and-countries/tunisia> . Acesso em 13 abril de 2016.

¹⁹ GALLUP (2011). Tunisia: Analyzing the Dawn of the Arab Spring. In <http://www.gallup.com/poll/157049/tunisia-analyzing-dawn-arab-spring.aspx> . Acesso em 14 abril de 2016.

satisfizeram os manifestantes que continuaram manifestar-se contra o regime²⁰. Segundo Ramos (2013: 31) estes protestos e manifestações levaram à deposição de presidente Ben Ali do poder depois de 23 anos de ditadura.

A situação económica entre a recessão e a prosperidade

Durante o período após a Revolução o país testemunhou uma instabilidade política e uma deterioração das condições económicas e sociais. Nesta altura, o desenvolvimento económico no país tornou-se cada vez mais difícil, sobretudo depois do colapso do sector do turismo devido à situação de segurança no país. Para além disso, os investidores nacionais e externos não estavam dispostos a investir e arriscar em um ambiente instável, o que gerou uma recessão económica, baixo crescimento económico em 2012 e aumento da taxa de desemprego entre os jovens, que chegou a registar 18.9%, em 2011. No ano seguinte a taxa de desemprego no país foi reduzida ligeiramente para 17.0% em 2012 (Stiftung, 2014).

Segundo Arieff & Humud (2015:12) o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e a Millennium Challenge Corporation dos EUA declaram que o governo tunisiano devia fazer reformas rápidas para promover o crescimento económico, por exemplo reformular as leis laborais, tentar reestruturar o sector bancário do país e outras medidas. Por sua vez o Béji Caïd Essebsi líder de partido de Nidaa Tounes prometeu criar um crescimento rápido, embora tivesse destacado que o governo iria ser confrontado com vários obstáculos políticos que podiam afetar a situação económica de alguns cidadãos tunisianos. Em 2013, o Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou um programa de empréstimo de 1.75 bilhões de dólares. Cerca de 1.15 bilhões de dólares em dezembro de 2014 para atingir a estabilização financeira.

Por outro lado, a União Europeia também teve um grande papel na Tunísia. Além de enviar observadores para participarem e auxiliarem no processo eleitoral, a União também ofereceu apoio financeiro de cerca de 240 milhões de euros (Luz,2014). Os Estados Unidos, apoiaram a Tunísia, especialmente na tentativa de promover a situação económica, aprofundar as relações e a cooperação no que toca à segurança entre os dois países. Além de mais, o presidente Obama também apresentou um convite ao presidente

²⁰ Jasmine Revolution (2011). The Editors of Encyclopædia Britannica . In <http://www.britannica.com/event/Jasmine-Revolution> .Acesso em 13 abril de 2016.

Caïd Essebsi para visitar a Casa Branca (Arieff & Humud, 2015:14). A Tabela 4 irá apresentar a ajuda financeira dos Estados Unidos para o governo tunisiano após a Revolução de 2011.

Tabela 4 – A ajuda financeira dos EU para a Tunísia.

Valor	Objetivo
Cerca de 100 milhões de dólares	Para cumprir as obrigações e dívidas internacionais
Cerca de 80 milhões de dólares	Para apoiar o investimento em alguns sectores e para promover a reforma económica
49 Milhões de dólares	Para promover a sociedade civil, os partidos políticos, os média, os processos eleitorais e projetos locais
Cerca de 16 milhões de dólares	Foram dedicados para apoiar os Projetos de Tecnologia da informação e comunicação (TIC).

Fonte: Elaboração pelo autor com base em Arieff & Humud (2015: 15-16).

O Banco Mundial até ao final de Junho de 2011 ofereceu empréstimos no valor total de 541.6 milhões de dólares, distribuídos da seguinte forma: 41,6 milhões para o projeto de desenvolvimento; e 500 milhões de dólares para um empréstimo de política de desenvolvimento (ambiente, desenvolvimento rural, desenvolvimento humano)²¹. De acordo com as previsões da Agência Tunisina para a promoção do investimento estrangeiro, os fluxos de investimento estrangeiro direto (IED) aumentaram 20,7% em 2015 em comparação com 2014. Este IED foi principalmente concentrado no sector da indústria, ao mesmo tempo que diminuiu no setor de serviços²².

O cenário político tunisiano após a Revolução

Em Outubro de 2011, a Tunísia realizou as primeiras eleições livres e justas após um regime ditatorial (Mullin & Shahshahani, 2012: 67). As eleições de 2011 foram para a Assembleia Nacional Constituinte. Vários partidos políticos apresentaram candidaturas a estas eleições: o partido de Ennahda, o Partido do Congresso para a República e o Fórum democrático para o trabalho e liberdades (Stiftung,2014) O partido de Ennahda é um partido islâmico e foi bloqueado pelo antigo regime em 1989, tendo o seu líder Rachid Ghannouchi fugido para Londres (Deane, 2013:10). Já o Partido do Congresso para a

²¹ The world bank (2016) Projects & Programs . In <http://www.worldbank.org/en/country/tunisia/projects> .Acesso em 14 abril de 2016.

²² Santander (2016). TUNISIA: FOREIGN INVESTMENT. In <https://en.santandertrade.com/establish-overseas/tunisia/foreign-investment>. Acesso em 13 abril de 2016.

República foi fundado em 24 de julho de 2001 sob a liderança de Moncef Marzouki²³. Por últimos o Fórum Democrático para o Trabalho e Liberdades, conhecido localmente como o partido de Ettakatol foi fundado em 1994 e é liderado por Mustafa Ben Jaafar²⁴. Na Assembleia Nacional Constituinte tunisina, 217 membros são eleitos utilizando o sistema de representação proporcional²⁵. A Tabela 5 apresenta os resultados das eleições da Assembleia Nacional Constituinte em 2011.

As eleições de 2011 foram organizadas por observadores nacionais e internacionais que avaliaram estas eleições como livres e justas (Stiftung,2014:7). Estas eleições resultaram na criação da Assembleia Nacional Constituinte, encarregada da elaboração da nova constituição para a Segunda República. A constituição nova foi aprovada em Janeiro de 2014²⁶.

Tabela 5 – Os resultados das eleições da Assembleia Nacional Constituinte em 2011.

Partido	Votos %	Assentos	Assentos %
O partido de Ennahda	37.04%	89	41.01%
O Partido do Congresso para a República	8.71%	29	13.36%
O Fórum democrático para o trabalho e liberdades (Ettakatol)	7.03%	20	9.22%
Petição Popular (Aridha Chaabia)	6.74%	26	11.98%
Partido Democrático Progressista (PDP) 16	3.94%	16	7.37%
A Iniciativa (Al-Moubadara)	3.19%	5	2.31%
Democrática modernista Pole (PDM / Al-Qutb)	2.97%	5	2.31%
Afek Tounes	1.89%	4	1.84%
Partido Comunista dos Trabalhadores da Tunísia (Al-Badil al-Tawri)	1.57%	3	1.38%
Outros	27.10%	20	9.20%
Total	100%	217	100%

Fonte: Relatório final de *National Democratic Institute* (2011).

Na sequência destas eleições podem ser destacados três elementos que permitem analisar a consolidação democrática no caso da Tunísia. Em particular, vale a pena considerar a promulgação da nova constituição em 2014; as eleições presidenciais de 2014 e a estabilidade democrática. Quanto à promulgação da Constituição de 2014, trata-

²³ Eymen Gamha, Congress Party for the Republic, In <http://www.tunisia-live.net/2011/09/27/party-profile-congres-pour-la-republique/>. Acesso em 22 Março de 2016.

²⁴ Sam Bollier (2011). Who are Tunisia's political parties. In <http://www.aljazeera.com/indepth/features/2011/10/201110614579390256.html>. Acesso em 22 Março de 2016.

²⁵ BBC NEWS Q&A: Tunisia elections. In <http://www.bbc.com/news/world-africa-15309152>. Acesso em 13 abril de 2016.

²⁶ International Center for Transitional Justice (2016). In <https://www.ictj.org/our-work/regions-and-countries/tunisia>. Acesso em 13 abril de 2016.

se do mais significativo efeito da Revolução de 2011. Este sucesso é produto de muitos esforços e longas discussões entre as forças e partes políticas no país. A constituição foi adotada com a maioria absoluta pela Assembleia Nacional Constituinte, em janeiro de 2014. Assim, a constituição foi elaborada por um órgão eleito com a participação do Partido de Ennahda como o maior bloco em termos de assentos (Arieff & Humud ,2015: 7-8).

Segundo *Constitution of The Tunisian Republic* (2014) a Tunísia é um estado civil e que a sua lei está baseada na cidadania e na vontade do povo (artigo 2º). O artigo 3º refere que o povo tunisiano é a fonte chave de autoridade no país que é exercida pelos representantes escolhidos pelo povo. Embora o artigo 74º mencione que apenas os muçulmanos se podem candidatar à presidência, já que a religião islâmica é a religião oficial do Estado, o artigo 6º mencionou que a liberdade de crença, religião e igualdade de género são garantidas pela lei; para além disso no artigo 31º, a liberdade de opinião, de pensamento, de expressão, de informação e publicação são garantidos também pela lei. Estas liberdades não serão sujeitas à censura prévia. “ Como previsto na Constituição, o sistema político da Tunísia é um sistema semipresidencial ou misto, em que tanto o primeiro-ministro e presidente exercem poderes significativos. O primeiro-ministro é escolhido pelo parlamento e presidente é eleito diretamente”²⁷

Em relação às eleições legislativas de 2014, foi utilizado o sistema de representação proporcional²⁸. A Tabela 6 apresenta cada partido participante com o número de assentos que obteve.

Tabela 6 – Os resultados das eleições legislativas de 2014.

Partido	Assentos	Porcentagem
O Partido de Nida Tunis	85	40%
O partido de Ennahda	69	32%
O partido de União Patriótica Livre (UPL)	16	7%
Frente popular	15	7%
O Partido de Afek Tounes	8	4%
Outros partidos pequenos	24	10%

Fonte: Elaboração pelo autor com base nos dados de the guardian²⁹ (2014) e os dados de Arieff & Humud (2015:5).

²⁷ Duncan Pickard (2014) Tunisian Politics after Constitution Making. In <http://muftah.org/getting-alternance-tunisian-politics-constitution-making/#.V0g6zbgrLIU>. Acesso em 27 Maio de 2016

²⁸ Quota Project (2015) In. <http://www.quotaproject.org/uid/countryview.cfm?country=220> . Acesso em 24 Março de 2016.

²⁹ The guardian (2014) Tunisia election results: Nida Tunis wins most seats, sidelining Islamists. In <http://www.theguardian.com/world/2014/oct/30/tunisia-election-results-nida-tunis-wins-most-seats-sidelining-islamists> . Acesso em 22 Março de 2016

Como já vimos o Partido de Nida Tunis obteve o maior número de assentos. O Partido de Ennahda obteve o segundo maior número no parlamento. Detalhadamente, o Partido de Nida Tunis que foi fundado pelas figuras políticas secularistas em 2012 sob a liderança de Béji Caïd Essebsi. (Arieff & Humud, 2015). Para além das eleições legislativas foram realizadas, no fim de 2014, as primeiras eleições presidenciais na Tunísia pós-revolução. A Tabela 7 apresenta os resultados das eleições presidências na primeira volta.

Tabela 7 – as eleições presidenciais (primeira volta).

Candidato	Votos	% Voto
Beji Caid Essebsi	1,289,394	39.5
Moncef Marzouki	1,092,418	33.4
Himma Hammadi	255,529	7.8
Hachemi Hamdi	187,923	5.8
Slim Riahi	181,407	5.6
Kamal Murjan	41,614	1.3
Ahmed Najib Chebbi	34,025	1.0
Mustafa Ben Jaafar	21,929	0.7

Fonte: Elaboração pelo autor com base nos dados de Redissi & Chekir (2015: 3)

Estas eleições apenas ficaram decididas na segunda volta (Arieff & Humud, 2015), que se realizou em dezembro de 2014. O candidato Beji Caid Essebsi venceu a segunda volta com 55,7 por cento dos votos contra Moncef Marzouki, que obteve 44,3 por cento de votos. Estas eleições foram as primeiras eleições presidenciais diretas, livres e justas da Tunísia após a Revolução. Para além dos observadores nacionais estas eleições foram feitas sob a supervisão dos observadores internacionais³⁰.

De acordo o discurso do Secretário de Estado dos Estados Unidos John Kerry, depois das eleições presidenciais, a Tunísia mostrou um exemplo claro de que a democracia pode ser alcançada através de trabalho unido, e que as realizações da Revolução da Tunísia em 2014 são prova clara de que a Tunísia começou construir as bases para um futuro melhor e mais democrático. John Kerry mostrou a solidariedade dos Estados Unidos com a Tunísia e que o seu governo continuará apoiar a Tunísia no seu caminho³¹.

³⁰ The Carter Center (2016). Tunisia: Election Monitoring Reports. In http://www.cartercenter.org/news/publications/peace/democracy_publications/tunisia-peace-reports.html. Acesso em 27 Maio de 2016.

³¹ Ahmed (2014). Tunisia Has A Democracy, If They Can Keep It. In http://www.huffingtonpost.com/2014/12/22/tunisia-elections-john-kerry_n_6368620.html . Acesso em 14 abril de 2016.

Para além da promulgação de uma nova Constituição e realização das eleições presidenciais em 2014, a Tunísia testemunhou também outras mudanças e transformações na sua política interna e externa que ajudaram no processo da estabilidade e consolidação democrática no período pós-Revolução. Segundo Stiftung (2014:8), após a Revolução da Tunísia, foi permitido o surgimento de um pluralismo cívico e político - por exemplo, até o final de 2011 havia mais de 100 partidos políticos que tinham sido legalizados de acordo com a lei partidária. O número das associações e organizações da sociedade civil com objetivos políticos e culturais chegou até 1300 organizações, que foram fundadas sob a nova lei de organizações lançada em 24 de setembro de 2011. Estas organizações desde as suas fundações, nunca foram reprimidas por parte do novo governo.

Hoje em dia e sob a nova lei de imprensa que foi promulgada em 22 de outubro de 2011, o processo de publicação de jornais tornou-se mais fácil e justo. A liberdade de imprensa e liberdade de expressão é uma das realizações mais significativas que foram alcançadas graças à revolução da Tunísia (Stiftung,2014).

Avaliação Freedom House

A *Freedom House* é uma instituição internacional que elabora pesquisas e relatórios anuais sobre o nível da democracia em todo mundo. Os analistas externos avaliam os 210 países e 15 territórios, usando uma série de pesquisas no terreno, consultas com contatos locais, informações de artigos de notícias, organizações não-governamentais, governos, e uma variedade de outras fontes. A *Freedom House* avalia o nível de democracia através dos seguintes indicadores: liberdades civis e direitos políticos. O relatório aponta a uma designação do estatuto de liberdade e uma classificação de liberdade (Média). O valor entre 1 e 2,5 configura um país livre, o valor entre 3 e 5 configura um país parcialmente livre e o valor entre 5,5 e 7 configura um país não livre.

A *Freedom House* apresentou um relatório completo sobre a revolução da Tunísia e a transição democrática através de qual se pode entender todas as mudanças e transformações democráticas que foram feitas no país no período entre 2010 e 2015. A Tabela 8 apresenta estes dados.

Tabela 8 – A evolução das liberdades política, social e da imprensa, Tunísia (2010-2015)

Ano	Direitos Políticos	Liberdades civis	Média	O estatuto de liberdade
2010	7	5	6.0	Não livre
2011	7	5	6.0	Não livre
2012	3	4	3.5	Parcialmente livre
2013	3	4	3.5	Parcialmente livre
2014	3	3	3.0	Parcialmente livre
2015	1	3	2	Livre

Fonte: Elaboração pelo autor, com base nos dados dos relatórios da Freedom House dos anos de 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015³².

Em primeiro lugar, através desta Tabela pode-se observar que a Tunísia em 2010 e no ano de Revolução em 2011, ainda está longe de ser um país democrático. No entanto, pode-se notar uma grande mudança na situação do país. Em 2012, o valor de direitos políticos passa de 7 para 3, o valor de liberdades civis passa de 5 para 4 e no fim a média passou de 6 para 3.5 que é metade desse valor. Assim o país tornou-se um país parcialmente livre, que é considerada uma transformação notável em termos da democracia e liberdade. Em 2013, no que diz respeito aos direitos políticos, que chegou até 3.0 pode-se dizer que a Tunísia em 2013 testemunhou uma transformação extremamente importante.

Já em 2014, existe uma melhoria significativa em relação à liberdade civil e os direitos políticos como resultado de surgimento de várias organizações civis e liberalização da imprensa no país, especialmente depois de surgimento de nova constituição em 2014 em que novas leis visam a proteger a liberdade de expressão e os jornalistas que foram marginalizados na presidência de Ben Ali.

Em 2015, a Tabela indica a um avanço notável sem precedentes na história da Tunísia, sobretudo a partir de sua independência, em 1956, em relação aos direitos políticos da população. O relatório mencionou que o seu valor virou de uma forma rápida, saindo do valor 3 em 2014 para o valor 1 em 2015. As liberdades civis ficaram na mesma, com valor 3 de 2014 e 2015. O seu estatuto de liberdade, em 2015, foi classificado como livre.

³² Freedom House (2015) Freedom in the World Report .In <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/freedom-world-2015#.VjNK21XhDIU>. Acesso em 30 Maio de 2016.

Depois desse sucesso, várias organizações de direitos humanos aplaudiram a Tunísia como um dos países mais progressistas no Norte de África. Em 2015 a Tunísia recebeu o Prémio Nobel da Paz por os seus esforços na manutenção da paz e estabilidade no país³³.

Por último, de acordo com aquilo que foi referido ao longo deste capítulo, pode-se dizer que o sucesso testemunhado pela Tunísia no período pós-Revolução pode desconstruir a tese de Huntington (1991), que sugeriu que o Islamismo poderia ser um obstáculo para uma real democracia, devido às suas diferenças culturais. Para Huntington (1991), a real democracia é inadequada aos países que não são ocidentais e apenas pode ser sustentada nos países do noroeste e, talvez, na Europa Central e nas suas colónias.

Notas conclusivas

A revolução de Tunísia foi considerada como o motor das revoluções com vista à democratização em países árabes. A Tunísia tornou-se mais avançada no caminho de democracia e liberdade de expressão. A nova constituição pretende manter e proteger os direitos dos cidadãos e garantir a igualdade de género, que são consideradas entre as realizações mais tangíveis da revolução da Tunísia (Arieff & Humud, 2015).

Apesar das dificuldades socioeconómicas e os obstáculos associados à transição, a Tunísia graças à Revolução de 2011, que transitou do regime ditatorial para uma república democrática o que incentivou os outros países árabes em transição (Deane, 2013).

Como foi dito acima, a Tunísia no período pós-revolução viu algumas reformas constitucionais. Mais tarde, realizaram-se as primeiras eleições justas e livres em outubro de 2011. A Revolução tunisiana permitiu pela primeira vez o surgimento de um pluralismo cívico e político no país. A título de exemplo, as associações e organizações da sociedade civil com objetivos políticos e culturais, contribuíram para a consolidação de democracia no país (Stiftung, 2014).

³³ Elisabeth Huh (2016). Human Rights in Tunisia . In <http://uchicagogate.com/2016/03/08/human-rights-in-tunisia/>. Acesso em 14 abril de 2016.

Capítulo 5 – A Primavera Árabe na Líbia

Notas introdutórias

O presente capítulo tem como objetivo analisar o caso da Líbia na Primavera Árabe. Para este efeito, o capítulo faz um breve histórico do país à partir da sua independência em 1951 até o ano da Revolução 2011. Posteriormente são analisados os acontecimentos da Revolução da Líbia em 2011. A terceira secção do capítulo irá analisar a situação económica do país no período pós-Revolução e o papel da União Europeia e a OTAN nesta Revolução. A quinta secção deste capítulo procurará identificar e destacar alguns fatores que têm contribuído para a manutenção desta instabilidade política e social no país. Por último, avalia-se a situação democrática do país após a Revolução nos índices de democracia, utilizando o Relatório da *Freedom House* a partir de 2010 até 2015.

Breve Histórico da Líbia

A Líbia está localizada na região do norte da África (Casas & Furtado, 2011: 1). E é considerado um país rico em recursos naturais como o petróleo³⁴. Segundo Luz (2014: 35) o país conseguiu alcançar a sua independência no dia 24 dezembro de 1951 onde se tornou uma monarquia constitucional e hereditária sob a liderança do Rei Idris. No fim de década de cinquenta, sobretudo em 1951, o país testemunhou vários descobrimentos no seu território por exemplo: a riqueza do petróleo que ajudou bastante para aumentar o nível económico do país. Mas, estes ganhos se mantiveram na posse do Rei Idris, enquanto o povo líbio sofreu com a pobreza e a miséria.

“O rei Idris as-Senussi era um obediente seguidor do imperialismo britânico e americano, mesmo depois da crise do Suez no Egipto. Mais interessado em questões religiosas deixou os assuntos políticos a uma camarilha enfeudada aos interesses imperialistas”³⁵. O Coronel Muammar al-Kaddafi chegou ao poder em 1969 por um golpe militar e governou o país por quatro décadas, até 2011, quando foi derrubado pela

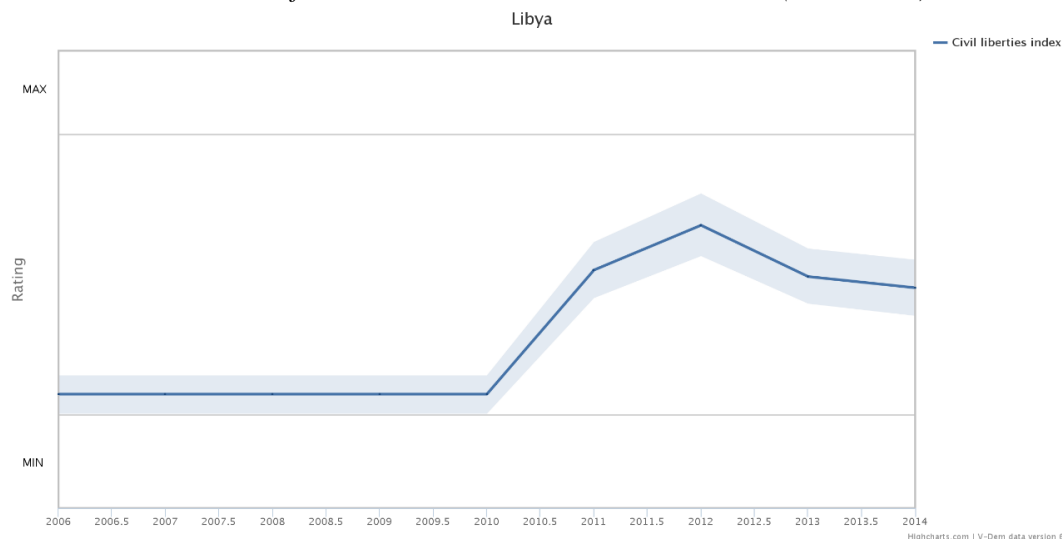
³⁴ BBC. Libya country profile. In : <http://www.bbc.com/news/world-africa-13754897>. Acesso em: 17 Março de 2016.

³⁵ Revolução e Democracia (2013). Líbia da Independência até à Primavera Árabe. In <http://revolucaoedemocracia.blogspot.pt/2013/02/a-primavera-arabe-parte-iii-libia.html>. Acesso em 29 abril de 2016

Revolução de 2011³⁶. Sob um regime autoritário, “a Líbia de al-Kaddafi não tinha instituições públicas independentes e efetivas, o Estado não tinha bases ou estruturas consolidadas, e a corrupção tomava proporções gigantescas” (Luz, 2014: 35). Existiam leis que proibiam as atividades de grupos que tivessem ideologias políticas contra al-Kaddafi. O regime de al-Kaddafi aprisionou centenas de pessoas por terem violado a sua lei e muitas delas foram condenadas à morte, para além de tortura e desaparecimentos³⁷.

Como se pode verificar no gráfico 3, até 2010, o índice de liberdades civis na Líbia registava o valor mais baixo, de acordo com a classificação do Projecto *Varieties of democracy*.

Gráfico 3 – Índice de Liberdades civis, Líbia (2006-2014)



V-dem (2016). Varieties of democracy³⁸

A Revolução da Líbia

Os acontecimentos da Líbia começaram em fevereiro de 2011 na cidade de Benghazi, contra a corrupção política e violações dos direitos humanos (Bhardwaj, 2012: 81). Em fevereiro de 2011 as manifestações contra o regime começaram na cidade Benghazi, e em consequência desses acontecimentos e revoltas o regime líbio

³⁶ BBC. Libya country profile. In: <http://www.bbc.com/news/world-africa-13754897>. Acesso em: 17 Março de 2016.

³⁷ BBC NEWS (2011). Profile: Muammar Gaddafi. In <http://www.bbc.com/news/world-africa-12488278>. Acesso em 15 abril de 2016.

³⁸ V-dem (2016). Varieties of democracy. In <https://v-dem.net/en/analysis/CountryGraph/>. Acesso em 10 maio de 2016.

começou a reprimir as manifestantes (McQuinn,2012:10). O regime líbio na época enviou as suas forças para reprimir os manifestantes e colocar fim à Revolução (Luz,2014:36).

“Em resposta, no dia 26 de fevereiro de 2011, o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), através da Resolução 1970, condenou publicamente a escalada da violência contra os civis na Líbia por parte das forças governamentais. Para além disso, essa resolução condenou também a violação cometida pelas forças do regime líbio contra jornalistas. Conforme a Resolução 1970, a UNO procurava proteger os civis na Líbia, impedindo o fornecimento de armas e materiais afins, bem como de qualquer assistência militar e o congelamento de bens dos líderes líbios”³⁹.

Em 17 de Março de 2011, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a Resolução 1973 obrigando os países membros a tomar medidas possíveis para tentar proteger os civis na Líbia. França, Reino Unido, e os Estados Unidos imediatamente impuseram uma zona de exclusão aérea contra o regime líbio, começaram os ataques militares contra as forças terrestres de al-Kaddafi, que estavam ameaçando a cidade de Benghazi. A aliança da OTAN assumiu a responsabilidade pelas operações militares na Líbia (McQuinn, 2012). O objetivo da zona de exclusão aérea era para proteger os civis líbios e as áreas civis ameaçados pelas forças do Coronel Muammar al- Kaddafi e garantir a passagem segura da ajuda humanitária para os civis⁴⁰.

De acordo com a Resolução 1973 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a tarefa da OTAN era proteger os civis na Líbia⁴¹. Nessa altura, a oposição da Líbia criou o Conselho Nacional de Transição, que teve como objetivo organizar as forças que lutam contra o regime e organizar as cidades controladas pelas suas forças (Luz,2014: 36).

Ao mesmo tempo, os Estados Unidos lançaram uma série de sanções financeiras contra o regime de coronel Muammar al-Kaddafi e congelamento de cerca de 30 bilhões de dólares de ativos da Líbia nos Estados Unidos. Em paralelo, o presidente Obama afirmava que al-Kaddafi perdera a sua legitimidade e que por este motivo deveria deixar o poder (Aftandilian,2012:15). Por outro lado, o Conselho de Segurança da ONU também lançou sanções, impôs um embargo de armas contra o regime líbio e declarou que al-Kaddafi deveria ser apresentado perante o Tribunal Penal Internacional por cometer

³⁹ Voltaire Network (2011) UN Resolution 1970 imposing sanctions on Libya. In <http://www.voltairenet.org/article168645.html> Acesso em 24 Maio de 2016.

⁴⁰ Voltaire Network (2011) UN security council resolution 1973 in favour of a no-fly zone in Libya. In <http://www.voltairenet.org/article168941.html> . Acesso em 14 Maio de 2016

⁴¹ NATO (North Atlantic Treaty Organization). 2011. ‘NATO Takes Command in Libya Air Operations.’ 31 March In. <http://www.nato.int/cps/en/natolive/news_71867.htm> . Acesso em 18 Março de 2016.

crimes de guerra (Aftandilian,2012:15). A luta militar continuou cerca de oito meses até 20 de outubro de 2011, quando o coronel al-Kaddafi foi capturado e assassinado na cidade de Sirt⁴² (McQuinn, 2012). De acordo com Pires (2013:1) o colapso do regime do coronel Muammar al-Kaddafi veio finalmente depois de quatro décadas de poder.

Em 21 de outubro de 2011, o Conselho Nacional de Transição na Líbia, declarou publicamente a morte do coronel Muammar al-Kaddafi e do seu filho. Poucos dias depois, o Conselho de Segurança das Nações Unidas declarou formalmente o fim de tarefa da OTAN na Líbia (Casas & Furtado,2011: 3).O governo provisório da Líbia pediu à OTAN para prolongar a sua missão na Líbia até o final de ano. No entanto, esse pedido não foi aceite, e o Secretário-Geral da OTAN afirmou que a aliança iria confirmar a decisão de terminar as suas operações no final do mês⁴³. O Conselho Nacional de Transição na Líbia governou o país durante dez meses após o fim da guerra. Após a realização das eleições em 7 de Julho de 2012 para o Congresso Geral Nacional, o Conselho Nacional de Transição entregou o poder ao Congresso eleito em 8 de agosto⁴⁴.

Depois disso, no dia 07 de julho de 2012 o povo líbio votou pela primeira vez desde a entrada do coronel Muammar al-Kaddafi ao poder, para formar o Congresso Nacional Geral (Luz,2014:37). Nestas eleições 200 representantes foram eleitos para o Congresso Nacional Geral, 120 representantes foram eleitos pelo sistema majoritário em que o eleitor tem apenas um voto e o candidato que obtém o máximo de votos ganha. Os 80 representantes restantes, foram eleitos com base no sistema de representação proporcional em listas partidárias fechadas em que cada eleitor vota em um partido⁴⁵.

Em relação aos partidos participantes, de acordo com o relatório final da *European Union Election Assessment Team in Libya* em 2012 quatro partidos foram considerados potências na corrida eleitoral durante as eleições de 2012. As forças da Aliança Nacional, criado em fevereiro de 2012 por um dos poucos políticos pós-revolução, Mahmoud Jibril, foi considerado o partido mais forte e ganhou essas eleições com 39 assentos. Na corrida eleitoral, contava-se ainda o partido de Al-Watan, um partido islâmico proveniente da

⁴² Sirt⁶ Cidade natal do coronel Muammar al-Kaddafi, (McQuinn,2012).

⁴³ RT (2011) UN ends NATO mission despite pleas from Libya. In <https://www.rt.com/news/nato-leave-libya-un-909/>. Acesso em 24 Maio de 2016.

⁴⁴ ONWAR.COM. National Transitional Council of Libya. In <https://www.onwar.com/actors/type42/ntclibya.htm>. Acesso em 24 Maio de 2016.

⁴⁵ Himanil Pandya (2012)Libya Elections 2012 Results: Libyans Vote for First Time in Nearly 50 Years . In <http://mic.com/articles/10574/libya-elections-2012-results-libyans-vote-for-first-time-in-nearly-50-years#.PaErBX7IG> . Acesso em 24 Março de 2016.

liderança de Abdel Hakim Belhadj. Este partido foi considerado mais radical, apesar da campanha eleitoral forte que fez, mas esse partido não obteve nenhum assento. A Frente Nacional para a Salvação da Líbia foi criada em 1981 no Sudão pela oposição da Líbia na época. O partido da Justiça e Construção foi criado em novembro de 2011 pelo Mohamed Sowan. É considerado como o braço político da Irmandade Muçulmana. Para além deles, houve também o Partido Nacional centrista sob liderança de Ali Tahouni; a União Para a Nação; o partido da Wadi Al-Haya para a Democracia e Desenvolvimento e outras entidades e partidos políticos.

Para além dos observadores nacionais estas eleições foram realizadas sob a presença da *European Union Election Assessment Team* (EU EAT). Também estiveram presentes outras missões de observadores internacionais: o Centro Carter, a União Africana (UA), e da Liga dos Estados Árabes (EU EAT, 2012). Segundo o relatório de Freedom House (2013) as eleições da Líbia em julho de 2012 foram consideradas em grande parte eleições livres e justas⁴⁶. A Tabela 9 apresenta os resultados destas eleições de cada partido com o número dos assentos que obteve.

⁴⁶ Freedom House. Freedom in the World Report (2013). In, <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/freedom-world-2013>. Acesso em 30 Maio de 2016

Tabela 9– Os Resultados das eleições do Congresso Geral Nacional em 2012.

O nome do Partido	Assentos parlamentares	Nº de votos	% Votos
As forças da Aliança Nacional	39	71,4769	48.14%
O partido da Justiça e Construção	17	15,2441	10.27%
A Frente Nacional	3	60,592	4.08%
O Partido Nacional centrista	2	59,417	4.00%
A União para a nação	2	66,772	4.50
O partido da Wadi Al-Haya para a Democracia e Desenvolvimento	2	6,947	0.47%
Assembleia de Ummah Moderado	1	21,825	1.47%
Autenticidade e Renovação	1	18,745	1.26%
Partido Nacional para o Desenvolvimento e Bem-Estar	1	17,158	1.16%
Partido de Al-Hekma (Sabedoria)	1	17,129	1.15%
Autenticidade e Progresso	1	13,679	0.92%
Partido Nacional Democrático Líbio	1	13,092	0.88%
Aliança dos Partidos Nacionais	1	12,735	0.86%
Ar-Resalah (a mensagem)	1	7,860	0.53%
Partido da Juventude Centrista	1	7,319	0.49%
Líbia Al-'Amal (Líbia-A esperança)	1	6,093	0.41%
partido Labaik Nacional	1	3,472	0.23%
Partido da Líbia para a Liberdade e Desenvolvimento	1	2,691	0.18%
Arrakeeza (Fundação)	1	1,525	0.10%
Nação e Prosperidade	1	1,400	0.09%
Partido Nacional de Wadi ash-Shati	1	1,355	0.09%
Al-Watan (Partido de Pátria)	0	51,292	3.45%

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no relatório final da The Carter Center (2012).

No entanto, apesar da queda do regime em 2011 e a realização das primeiras eleições, o povo líbio continua a sofrer com vários problemas económicos, sociais entre outros problemas de segurança. Segundo o autor Luz (2014:37) “A população sofre com cortes de água, energia elétrica e internet, além de ter problemas com ameaças e combates entre os simpatizantes de partidos opositores entre si.” “Atualmente, esses grupos estão disputando o controlo da capital”⁴⁷.

⁴⁷ RÉMY, 2014. Líbia se vê à beira do caos três anos após queda de Gaddafi In <<http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/le-monde/2014/07/29/libia-se-ve-abeira-do-caos-tres-anos-apos-queda-de-gaddafi.htm>> Acesso em 18 Março de 2016.

A situação económica do país após a Revolução

Como foi anteriormente mencionado, o sofrimento e os problemas de povo líbio não foram resolvidos com a morte do coronel Muammar al-Kaddafi. A população na Líbia ainda sofre com problemas sociais e económicos a título do exemplo falta de energia elétrica, serviços internet e a ausência de segurança devido aos combates armados entre os diferentes grupos armados (Luz, 2014:37).

Segundo o Relatório do Banco Mundial, o conflito político e armado interno afetam a produção e as exportações de petróleo, além de provocarem a queda nos preços globais de petróleo. As violações de segurança em locais de extração de petróleo perturbaram a atividade no sector de petróleo e gás natural. A produção de petróleo da Líbia caiu para uma média de 0,5 milhões de barris diários em 2014. Apesar do amplo sistema de subsídios de preços para consumidor, a inflação subiu de 7,6 por cento em 2015, principalmente nos preços de alimentos, até 14,3 por cento⁴⁸.

De facto, a Líbia ocupa uma posição de destaque no mercado internacional de energia. Antes da revolução, a sua produção foi de 1,77 milhões de barris por dia de petróleo bruto (equivalente a 2 por cento da produção global) e perto de 0,2 milhões de barris de equivalente de gás natural. Após a eclosão da Revolução em 17 de fevereiro de 2011 como resultado do conflito armado no país, a produção diária de petróleo caiu muito rapidamente para 22.000 barris por dia em Julho de 2011 (Chami et al,2012:2).

Para além da queda da produção de petróleo, o governo norte-americano congelou 32 mil milhões de dólares do regime líbio que foram depositados nos bancos dos Estados Unidos. Para além disso a UE congelou também 45 mil milhões de euros do regime líbio⁴⁹.

Após os duros acontecimentos de 2011, regiraram-se, no país, importantes melhorias. Reportamo-nos às eleições bem-sucedidas em julho de 2012, que foram exploradas há pouco. Além disso, o governo dos Estados Unidos, enviou uma missão diplomática em uma tentativa de ajudar os líbios para a transição da guerra para a paz (Chivvis,2014: 2).

⁴⁸ The World Bank, Libya (2015). In <http://www.worldbank.org/en/country/libya/overview> . Acesso em 15 abril de 2016.

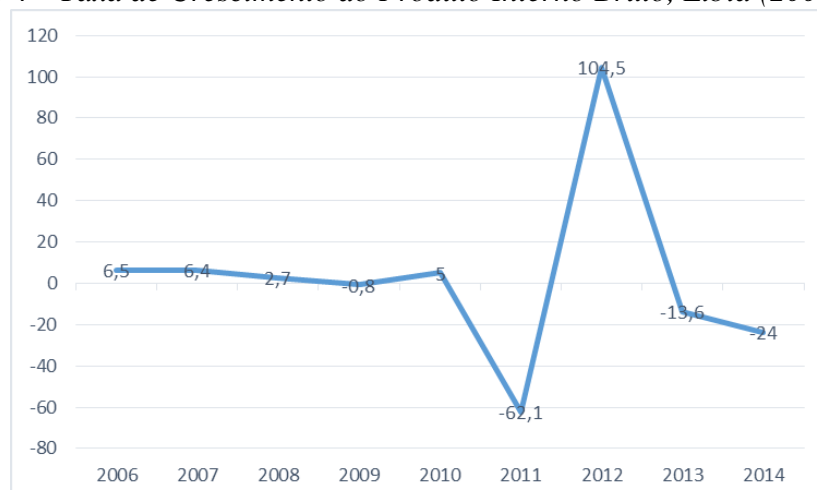
⁴⁹ Jorge Cadima (2011). Sobre a agressão à Líbia, Nº 1716 - Verão 2011 in <http://www.searanova.publ.pt/pt/1716/internacional/227/>. Acesso 17 Março de 2016

No entanto, a situação económica do país não recuperou pós-guerra, devido a insegurança e as tensões políticas. A insegurança foi um grande obstáculo para o progresso económico do país, o que assustou os trabalhadores e os investidores estrangeiros (Chivvis,2014:53). Para além disso, os conflitos afetaram as atividades económicas ao destruir as suas infraestruturas, instalações de produção, interrupções de atividade bancária e a saída dos trabalhadores estrangeiros (Chami et al, 2012:2).O controlo dos grupos armados das instalações de petróleo em 2013 levou a produção de petróleo ao colapso e trouxe um ponto baixo pós-guerra para 160.000 barris por dia em Setembro, o que custava ao governo líbio \$130 milhões por dia em receitas perdidas. Tal gerou menor interesse das empresas estrangeiras em criar mais investimentos no setor de energia da Líbia, o que criou grandes problemas para as empresas europeias, que se baseavam em importações de petróleo bruto da Líbia (Chivvis, 2014: 57,58).

Os conflitos e instabilidade na Líbia ameaçaram a situação económica do país e enfraqueceram suas situações fiscais desde 2011. Em março de 2015, a produção diária de petróleo na Líbia caiu também para 300 mil barris por dia de uma capacidade total de 1,6 milhões de barris por dia. Esta foi uma desvantagem à tesouraria que sofre com falta de dinheiro, devido a queda nos preços de petróleo, juntamente com os gastos com salários, a despesa pública e os salários para as milícias dominantes (Blanchard,2015:7), que levou os observadores económicos a alertar para um colapso orçamental no país em meados de 2016 (Blanchard, 2016:6).

O Gráfico 4 apresentado demonstra uma queda perigosa do crescimento da economia (medido através do crescimento do seu Produto Interno Bruto) durante a Revolução de 2011. Pouco tempo depois, o crescimento do PIB na Líbia teve uma melhoria em 2012, refletindo a relativa estabilidade da produção de petróleo. No entanto a taxa do PIB voltou a ver uma contração em 2013 e em 2014 até -24, que retrata a deterioração da situação económica no país.

Gráfico 4 – Taxa de Crescimento do Produto Interno Bruto, Líbia (2006- 2014)



Fonte: Elaboração pelo autor com base nos dados do Banco Mundial⁵⁰

A União Europeia e a Revolução na Líbia

Desde a queda do regime de al-Kaddafi em 2011, as políticas de União Europeia visam construir um Estado democrático e estável, baseado numa constituição moderna e instituições transparentes e bem responsáveis. A União Europeia começou trabalhar em colaboração com as autoridades líbias através do enviado especial da UE para a Líbia e as reuniões internacionais, tal como Paris, Londres, Roma, Madrid. Para discutir a política do governo e apoio internacional para a Líbia⁵¹.

Após a queda do regime, no final de agosto, a UE participou em setembro 2011 na Conferência de Paris, para apoiar a nova Líbia. Nesta conferência foi aprovado o descongelamento de ativos líbios, com o propósito de ajudar a reconstrução da Líbia. Para além disso, a União Europeia participou na realização das eleições legislativas em Julho de 2012⁵².

Em 22 de maio de 2013, a União Europeia enviou Missão de Assistência Fronteiriça a Líbia num esforço de apoiar as autoridades líbias para proteger e desenvolver a segurança das fronteiras do país⁵³.

⁵⁰ The World Bank. Libya, GDP growth (annual %). In <http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG/countries/LY?display=graph>. Acesso em 18 abril de 2016.

⁵¹ European Union External action. EU Relations with Libya. In http://eeas.europa.eu/libya/index_en.htm. Acesso em 15 abril de 2016.

⁵² Cahiers de la Méditerranée (2014) . “EU coherence and consistency over Libya”: evidence to the contrary. In <https://cdlm.revues.org/7767> . Acesso em 14 abril de 2016.

⁵³ European Union External action. EU Border Assistance Mission (EUBAM) in Libya. In http://eeas.europa.eu/csdp/missions-and-operations/eubam-libya/index_en.htm. Acesso em 15 abril de 2016.

De acordo com o sítio oficial da Eurodeputada a Doutora Ana Gomes, a Líbia depois de Muammar al-Kaddafi é um país em transição e como consequência de 42 anos de ditadura que deixaram um grande obstáculo para essa transição, o país necessita de ajuda da União Europeia. Tal como Eurodeputada declara:

“É certo: 42 anos de ditadura deixaram uma herança pesada para esta transição. É por isto mesmo que a UE tem agora de ajudar o povo líbio a superar os problemas de governação. Isso, aliás, corresponde ao interesse europeu: a Líbia está na vizinhança da Europa e por isso a sua estabilização e democratização importam à UE.”⁵⁴

Para além disso, em uma conferência internacional sobre a Líbia, Ana Gomes, declarou que o continente Europeu tem uma obrigação de ajudar o povo Líbio nesta etapa:

“A Europa tem a obrigação – e o interesse próprio – de assistir o povo líbio na capacitação para a reconciliação nacional e a governação democrática: só assim a Líbia pode tomar medidas eficazes para controlar o afluxo de migrantes irregulares e o tráfico de seres humanos que hoje encontra uma ponte de fácil acesso para a Europa.”⁵⁵

Provavelmente, hoje a Europa tem a obrigação de ajudar a Líbia nestes tempos difíceis devido a proximidade geográfica entre a Europa e a Líbia, e que a Líbia é considerada uma das rotas mais importantes que ligam a região do norte da África à Europa.

Em um debate sobre os aspetos principais das políticas externas da UE, a Eurodeputada portuguesa Ana Gomes, declarou que a União Europeia tem responsabilidades na deterioração da situação na Líbia após a queda de Muammer al-Kaddafi e que existem países membros que procuram reforçar interesses próprios:

“A Europa também tem responsabilidades na degradação a que se chegou na Líbia pós-Khadafi, até por não dar prioridade à reforma do setor de segurança. Alguns Estados-Membros recusaram atuar coordenadamente, competindo entre si para promover interesses próprios.”⁵⁶

⁵⁴ Ana gomes,(2012). A UE tem de fazer mais pela Líbia. In <http://www.anagomes.eu/pt-PT/artigos.aspx?newsid=7ded2921-7fbc-413f-b81c-288b81923839> .Acesso em 19 Março de 2016.

⁵⁵ Ana Gomes (2015) Ana Gomes em conferência sobre a Líbia, nos debates sobre os ciberataques a meios de comunicação social e sobre a Eritreia. In <http://www.anagomes.eu/pt-PT/noticias.aspx?newsid=d1e0844a-67d7-4e0a-b1fd-9055e477f3c9> .Acesso em 19 Março de 2016.

⁵⁶ Parlamento europeu (2015) Debate sobre política de segurança e defesa com Federica Mogherin. In <http://www.europarl.europa.eu/news/pt/news-room/20150109IPR06403/Debate-sobre-pol%C3%ADtica-de-seguran%C3%A7a-e-defesa-com-Federica-Mogherini> .Acesso em 20 Março de 2016.

Repercussões da Primavera Árabe na Líbia

Após a Revolução de 2011, a Líbia tem atravessado um contexto de instabilidade política e falta de segurança. Para este cenário, muito têm contribuído o surgimento de grupos armados e a proliferação de armas; a intervenção externa; a diversidade étnica e o conflito tribal; e a divisão interna e o conflito político. Esta secção analisa cada um destes fatores.

Surgimento dos grupos armados e a proliferação de armas

Após a eclosão de Revolução de 2011 devido a resposta violenta do regime contra os manifestantes, foi criado o Conselho Nacional de Transição que teve como objetivo derrubar o regime líbio. Como resultado disto, os grupos armados de milícias foram formados em toda Líbia para contestar o regime na região (Office of the Commissioner General for Refugees and Stateless Persons, 2014: 7). Os grupos armados foram formados devido aos atos repressivos das forças do regime líbio na época e o fator chave no processo de formação destes grupos armados foi para se proteger (McGuinn, 2012: 15).

De acordo com o relatório do Gabinete do Comissário Geral para os Refugiados e Apátridas, não existe um número exato de milícias na Líbia. Existiam entre 100 a 300 grupos de milícias armadas após a queda do regime al-Kaddafi. Dados sugerem que o número dos combatentes esteja próximo dos 125000 indivíduos, e que existam cerca de 1600 grupos de milícias armadas (Office of the Commissioner General for Refugees and Stateless Persons, 2014: 7).

Existem no país armas pequenas, mísseis anti-tanques, foguetes Grad e morteiros. França, Qatar, e outros países também tinham fornecido aos rebeldes armas durante a guerra. O Qatar enviou mais de 20.000 toneladas de armas para os rebeldes (Chivvis, 2014: 8). Segundo Tabib (2014: 1), a revolução da Líbia provocou a “desordem política, um vazio institucional e uma extraordinária proliferação de grupos armados não-governamentais que operam em todo o país”. A heterogeneidade dos grupos converteu-se numa guerra armada não porque os grupos defendiam objetivos políticos e ideológicos distintos, mas porque todos buscavam controlar a produção de recursos.

No leste do país surgiram algumas tensões entre as forças de segurança na região e os grupos islâmicos que têm um reduto na cidade de Benghazi e na cidade de Darna (Office of the Commissioner General for Refugees and Stateless Persons, 2014: 8).

Provavelmente, estes grupos islâmicos e os jihadistas no leste do país procuram desestabilizar o país para se estenderem na região. A existência de vários grupos e milícias no país provocaram confrontos armados para controlar a capital (Office of the Commissioner General for Refugees and Stateless Persons, 2014: 8). Entre os problemas que o governo líbio confrontou desde o início, como a dificuldade de desarmamento, o governo tentou várias vezes desarmar estas milícias. Por exemplo, o presidente do Congresso Geral Nacional (GNC) Mohamed al-Magariaf declarou que as milícias teriam 48 horas para desarmar, mas sem sucesso e nenhum destes esforços teve resultado positivo (Chivvis, 2014: 20). “Na realidade, esses grupos operam com um elevado grau de autonomia. Alguns deles têm agendas ideológicas e políticas” (Wehrey & Cole, 2013: 2). Potencialmente, estas agendas ideológicas e políticas procuram tomar o poder no país. Rémy (2014) os grupos armados têm lutado pelo poder e pelo controle da capital Trípoli⁵⁷.

A intervenção externa

Como já referimos anteriormente, a comunidade internacional interveio militarmente na Líbia em 2011 para proteger os civis do regime de al-Kaddafi que reprimiu os manifestantes pela força na época. De acordo com o autor McQuinn (2012) como resultado da escalada de violência, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a Resolução 1973, para proteger os civis e a OTAN assumiu a responsabilidade de começar as operações na Líbia. De facto, a Revolução da Líbia na Primavera Árabe foi o primeiro caso que acabou por ter uma intervenção militar na região (Luz, 2014:9).

A intervenção militar visava garantir a segurança dos civis. Contudo, rapidamente converteu-se numa “numa custosa busca por al-Kaddafi” (Casas & Furtado, 2011:1). Essa Resolução foi autorizada com dez votos a favor como Estados Unidos, França, Colômbia, Reino Unido, Herzegovina, Bósnia, Líbano, Portugal Nigéria, África do Sul e Gabão. E cinco abstiveram-se, tal como Índia, Brasil, China, Alemanha e Rússia (Luz, 2014:19-20).

Segundo Pureza (2012: 14) a Liga Árabe tinha apoiado a zona de exclusão aérea e outras organizações tal como o Conselho de Cooperação do Golfo e a Organização da

⁵⁷ RÉMY, 2014. Líbia se vê à beira do caos três anos após queda de Gaddafi . In <<http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/le-monde/2014/07/29/libia-se-ve-beira-do-caos-tres-anos-apos-queda-de-gaddafi.htm>> Acesso em 18 Março de 2016.

Conferência Islâmica. No entanto, o presidente da Liga Árabe, Amr Musa criticou os ataques aéreos “alegando que esse foge dos objetivos primários que foram definidos, que eram basicamente a proteção dos civis, e não um bombardeio a eles” (Casas & Furtado, 2011:3)

De acordo com Luz (2014) a intervenção na Líbia provocou uma grande controvérsia na comunidade internacional entre aqueles que apoiaram e aqueles condenaram essa intervenção. Por um lado os apoiantes disseram que essa intervenção iria trazer a democracia e liberdade ao povo líbio. Por outro lado, alguns consideravam que a intervenção na líbia serve interesses económicos, como por exemplo, os recursos naturais (petróleo).

Os ataques aéreos dos estados membros contra o regime de coronel Muammar al-Kaddafi duraram cerca de oito meses com a morte do coronel Muammar al-Kaddafi e de seu filho que foi anunciada em 21 outubro de 2011 pelo conselho nacional de transição na Líbia. O Conselho de Segurança das Nações Unidas declarou a tarefa de intervenção militar na Líbia acabou no dia 28 de mesmo mês (Casas & Furtado,2011). Muammar al-Kaddafi foi morto em outubro de 2011 depois de ser capturado pelos combatentes do Conselho Nacional de Transição⁵⁸.

A diversidade étnica e o conflito tribal

De facto, Líbia é um país constituído por diferentes grupos tribais e étnicos (Árabes, Amazigh, Berberes, Tubu e Tuareg) e a maior parte são árabes e os berberes que adotaram a língua árabe desde o início. O grupo de Amazigh que está concentrado na ocidental do país na cidade de Zuwara e montanhas ocidentais Nafusa. E o resto da população é tribo de Tuareg⁵⁹ e tribo de Tubu⁶⁰ são consideradas minorias étnicas que vivem no extremo sul do país (Office of the Commissioner General for Refugees and Stateless Persons, 2014: 22-24).

⁵⁸ BBC News, 31 October 2011. Muammar Gaddafi: How he died in <http://www.bbc.com/news/world-africa-15390980> .Acesso em 20 Março de 2016.

⁵⁹ São tribos fortes e importantes no sul de Líbia, vieram de Níger Argélia, Chade, Nigéria, Burquina Faso e Mali. Os tuaregues influenciam as rotas de comércio ao longo das fronteiras da Líbia, (Office of the Commissioner General for Refugees and Stateless Persons,2014)

⁶⁰ São tribos negros vivem no sul da Líbia, Chade e Níger. Os seus principais centros populacionais são na cidade de Kufra e Sabha no sul de Líbia (Office of the Commissioner General for Refugees and Stateless Persons,2014).

Após a Revolução Líbia de 2011, aconteceram algumas desordens políticas, um vazio institucional, e uma extraordinária proliferação de grupos armados não-governamentais que operam em todo o país. Esses grupos se concentram cada vez mais na pilhagem dos recursos e atingir ganhos próprios com base na tribo e grupo (Tabib,2014:1). Vários conflitos locais e tensões que existiam antes no país da revolução, voltaram a aparecer novamente depois de revolução de 2011. Alguns deles tinham-se transformado em conflitos armados (United Nations Security Council, 2012: 2).

A título do exemplo, a Tribo de Tawergha que tinha apoiado o regime do al-Kaddafi durante a revolução de 2011. Como consequência disto, a população dessa tribo que chega até 30.000 de habitantes, depois de Revolução foi expulso das suas próprias casas por milícias de Misrata. Atualmente, eles estão deslocadas em campos em cidade de Benghazi e Trípoli (Office of the Commissioner General for Refugees and Stateless Persons, 2014: 24). Provavelmente, as milícias de Misrata expulsaram essa tribo em retaliação da sua posição na Revolução em 2011, onde a tribo de Tawergha lutou pela manutenção do regime. Além disso, após a queda de regime de Muammar al- Kaddafi, a região sul em geral e a cidade de Sabha em particular, testemunhou um ressurgimento de conflitos entre as diferentes tribos e facções locais na região, numa tentativa de controlar a fronteira sul do país e as terras que contêm recursos naturais (Tabib,2014:6). Em 14 de Maio de 2012, a sequência de um confronto armado entre a tribo de Tuareg e algumas tribos árabes na região de Ghadames, foram mortas cerca de 10 pessoas e registou-se um deslocamento de cerca de 1,600 pessoas de tribo de Tuareg (United Nations Security Council,2012:3).

Em 2012, o país testemunhou uma série de combates e conflitos armados. A maior parte destes conflitos registaram-se entre os revolucionários e os redutos do regime de al-Kaddafi, como a cidade de Sirte, Tarhouni e especialmente Bani Walid (Chivvis,2014: 20-21). Para além disso, em outubro de 2012, a cidade de Bani Walid foi fortemente atacada pelas forças de revolucionários, após a morte de um refém (revolucionário) de Misrata na cidade de Bani Walid. Esta guerra acabou por destruir e pilhar todas as instituições públicas, empresas e casas em Bani Walid por milícias de Misrata e outros aliados (Lacher, 2013:12-13). Bani Walid habitada por tribo de Warfella foi considerada último bastião do antigo regime. O ataque de Misrata em Bani Walid provocou cerca de 60 mortes, a maioria deles eram crianças (Tabib,2014:4).

A 10 de junho de 2012 a luta começou entre as tribos de Zintan e tribos de Mashashiya na área das montanhas Nafusa. Mais de 70 pessoas foram mortas e cerca de 150 pessoas ficaram feridas devido a esse conflito armado. Para além deles, em Junho de 2012, um batalhão chamado *Awafia Tarhunah* que faz parte de tribo Tarhunah, invadiram o aeroporto de Trípoli no dia 4 de Junho, em protesto contra o rapto de seu comandante. Depois disso o exército líbio assumiu a responsabilidade de assegurar o perímetro exterior do aeroporto com o apoio de polícia e a segurança interna (United Nations Security Council,2012:3).

A divisão interna e o conflito político

Como resultado de conflito sangrento na Líbia entre os diferentes grupos e tribos, o país recentemente foi dividido em dois grupos e governos rivais devido a divergências ideológicas, que serão clarificadas mais adiante. Um destes governos ficou no leste do país e o outro no oeste. Cada um tem a sua legitimidade, com o seu próprio parlamento e exército. E cada governo é apoiado por grupos armados. O primeiro grupo chama-se Operação da Dignidade; e outro grupo chama-se operação Amanhecer da Líbia (Rivlin,2015).

Em 16 de maio de 2014 o General Khalifa Haftar⁶¹ lançou pela primeira vez a Operação de Dignidade em uma tentativa de combate contra os islâmicos e retomar a cidade de Benghazi que está sob controlo dos grupos islâmicos (Gartenstein-ross & Barr ,2015:7). A Operação da Dignidade tomou a cidade de Tobruk como uma sede oficial (Roberto,2015). A Operação da Dignidade consiste em uma aliança entre as tribos orientais, federalistas e os grupos militares que fazem parte do exército nacional na Líbia (Rivlin,2015:1).

Pouco tempo depois, e devido a crescente ameaça representada pelas forças do general Haftar de Hifter, o bloco islâmico e as milícias de Misrata lançaram uma campanha militar própria, chamada de Operação de Amanhecer da Líbia (Gartenstein-ross & Barr ,2015:7). As milícias islâmicas e os grupos de cidade de Misrata lançaram um ataque a 13 de julho de 2014 em Trípoli, em nome de Operação Amanhecer da Líbia

⁶¹ Khalifa Hifter: O ex-oficial no exército líbio durante a era de coronel Muammar al-Kaddafi e que separou-se e deixou as forças armadas em 1980. Hifter vivia nos Estados Unidos durante a década de 1990 e início de 2000. Durante a Revolução líbia voltou á Líbia para participar na Revolução armada contra Kaddafi em 2011. Ele criou a Operação Dignidade e continua a ser o comandante das forças de Operação de Dignidade (Gartenstein-ross & Barr 2015:p1).

contra a Operação da Dignidade. Neste ataque, as forças da Operação Amanhecer da Líbia tomaram o aeroporto da Trípoli. Como resultado disso, os conflitos armados em Trípoli e Benghazi agravaram-se em agosto de 2014, entre as forças da Operação Dignidade e Operação Amanhecer da Líbia (Roberto,2015).

Para tomar o controlo da Capital Trípoli, a operação de Amanhecer da Líbia começou uma grande operação militar na área da tribo da Warshefana querendo consolidar o seu controlo sobre a cidade. Esta operação começou no final de Agosto e prolongou-se até ao início de outubro de 2014. Esta guerra provocou uma crise humanitária grave, com pelo menos 120.000 de pessoas que ficaram desabrigadas. Os combates também resultaram em danos à propriedade e infraestrutura civil, incluindo escolas, hospitais e clínicas (United Nations Security Council, 2015:2).

Este conflito armado no país causou uma divisão interna, que por sua vez levou ao surgimento de dois governos rivais. Cada um dos grupos, vê-se como o único legítimo no país. Um deles está localizado em Trípoli, que contém as forças islâmicas e as milícias armadas da cidade de Misrata que apreendeu o aeroporto e os ministérios no capital Trípoli. O segundo governo está localizado na cidade de Tobruk, que ganhou um apoio como o único representante legítimo do povo líbio, (Roberto,2015). Para além disso, os poderes externos na região tornaram-se uma parte integrante deste conflito e cada poder externo apoia um determinado grupo. A título de exemplo, o Egito e os Emirados Árabes Unidos realizaram alguns ataques aéreos em nome do governo da Operação da Dignidade contra os grupos islâmicos. Por outro lado Turquia, Sudão e Qatar continuam a apoiar o segundo governo da operação de Amanhecer da Líbia (Rivlin,2015:2).

Avaliação da Freedom House

A *Freedom House* avaliou a situação da Líbia em relação à transição democrática antes e após a queda de al-Kaddafi. A Tabela 10 apresenta a evolução dos direitos políticos, sociais e a liberdade da imprensa na Líbia desde o ano de 2010 até 2015.

Tabela 10 – A evolução das liberdades política, civil e da imprensa, Líbia (2010-2015)

Ano	Direitos Políticos	Liberdades civis	Média	Estatuto de liberdade
2010	7	7	7.0	Não livre
2011	7	7	7.0	Não livre
2012	7	6	6.5	Não livre
2013	4	5	4.5	Parcialmente livre
2014	4	5	4.5	Parcialmente livre
2015	6	6	6	Não livre

Fonte: Elaboração pelo autor, com base nos dados dos relatórios da Freedom House dos anos de 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015⁶².

O regime líbio antes da Revolução da Primavera Árabe ao longo do tempo foi considerado um dos piores regimes do mundo, descrito como um regime não livre. Até 2011, a situação de democracia e liberdade civis e políticas não testemunhou nenhuma mudança. As mudanças mais significativas registam-se apenas em 2013, quando o país testemunhou uma série de mudanças e melhorias no índice de direitos políticos e de liberdades civis. O índice de direitos políticos caiu de 7 em 2012 para 4 em 2013; e o índice de liberdades civis também caiu de 6 em 2012 para 5.

Segundo o relatório pode-se dizer que o país surpreendeu o mundo depois de ter este resultado. Claramente as primeiras eleições, realizadas após a Revolução e Formação do Conselho Nacional no país em 2012 contribuíram para essa mudança.

Em 2014 o surgimento de dois diferentes governos, causou um grande conflito entre as partes rivais no país. A disputa levou a uma guerra civil, entre as milícias. O conflito armado que ainda está em curso tinha matado centenas de pessoas, infraestrutura foi destruída, e os deslocados residentes nas cidades e vilas afetadas.

Em 2015, como resultado da guerra civil no país e que ainda está em curso. A classificação de direitos políticos na Líbia, diminuiu de 4 em 2014 para 6 em 2015. A classificação das liberdades civis diminuiu de 5 em 2014 para 6 em 2015 e o seu estatuto de liberdade diminuiu parcialmente livres em 2014 para não livres devido à guerra civil neste ano.

⁶² Freedom House. Freedom in the World Report (2015). In. <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/freedom-world-2015#.VjNK21XhDIU>. Acesso em 30 Maio de 2016.

Notas conclusivas

O período após a morte do Muammar al-Kaddafi viu nascer uma série de conflitos armados internos entre os diferentes grupos na região. Apesar de alguns progressos, como, por exemplo, a formação o Congresso Nacional Geral e a realização das primeiras eleições no país em 2012 depois de 42 anos de ditadura militar, o país sofre com a falta de segurança, devido aos combates armados entre os grupos armados na região (Luz,2014:37).

A situação económica do país está cada vez mais complicada, devido à fraqueza do Estado Líbio, que sofre com falta de soberania como consequência das tensões entre as forças sociais no país. Para manter o crescimento económico do país a Líbia vai precisar de várias reformas económicas. Embora algumas reformas económicas tivessem começado antes da Primavera Árabe, mas estas reformas foram apenas para sustentar o poder do Muammar al-Kaddafi em vez de sustentar a eficiência económica. A maioria das políticas depois de Muammar al-Kaddafi não tem ajudado a Líbia a mover-se em direção ao crescimento sustentável a longo prazo (Chivvis, 2014:53-60).

Na verdade, entre os problemas mais sérios que o governo líbio confrontou desde o início é a dificuldade de desarmar as milícias, embora o Governo tivesse avisado todas as facções armadas de riscos de proliferação de armas no país de uma forma aleatória. Como consequência disso, os conflitos e as inimizades entre as diferentes tribos começaram a proliferar por toda a região (Chivvis, 2014:20-21).

O sistema de segurança na Líbia, está, assim, num estado de desordem. O governo pós-revolução tem tentado com pouco sucesso, estabelecer um grau de controlo. O poder e autonomia dos grupos armados revolucionários do país, juntamente com a fraqueza do exército oficial e a polícia regular (Wehrey & Cole, 2013: 2), tornam esta tarefa particularmente difícil. Para além disso, a Líbia foi o primeiro caso de intervenção militar externa na Primavera Árabe. A influência internacional na Líbia em 2011 foi uma das principais causas da guerra civil da Líbia (Bhardwaj, 2012: 83-84).

Como foi referido várias vezes no texto os grupos rivais na Líbia hoje encontram-se no controle da capital Trípoli, na predação dos meios financeiros e a pilhar os recursos naturais e usando as armas de fogo, em vez de atingir objetivos políticos futuros no país.

Assim, após a eclosão da Revolução de 2011, a Líbia viu emergir vários conflitos, caos, insegurança e divisões internas entre diferentes facções e grupos. O conflito político

interno e o surgimento de dois governos rivais têm contribuído para a manutenção da instabilidade no país o que, por sua vez, complica a governança atual na Líbia (Rivlin,2015).

Capítulo 6 – Perspetivas sobre a primavera árabe na Tunísia

Notas introdutórias

O presente capítulo tem como objetivo analisar as perspetivas dos entrevistados e obter visões realistas relativamente a situação da Primavera Árabe na Tunísia. As diferentes visões dos entrevistados permitem entender de forma abrangente o fenómeno que ocorreu pelo Médio Oriente e nos países de Norte da África no final de 2010 e início de 2011. O capítulo inicia-se com uma breve introdução no que diz respeito ao cenário político e social na Tunísia antes e depois Revolução, com um esclarecimento relativo aos aspetos que os entrevistados destacam como aqueles que mais necessitam de reformas antes de Revolução. Para além disso, as perspetivas dos entrevistados salientam os fatores que têm contribuído para a manutenção da democracia na Tunísia também enumerando os principais fatores que diferenciaram a revolução tunisiana da Líbia.

Perspetivas sobre os fatores que despoletaram a revolução

As primeiras questões colocadas aos observadores privilegiados relativamente ao caso da Tunísia reportam-se à caracterização da situação política e social daquele país antes dos acontecimentos de 2010; e acerca das arenas que mais necessitavam de modificações.

As perspetivas dos entrevistados são amplamente coincidentes na consideração de que as manifestações e movimentos populares que ocorreram pelo mundo árabe exigiram claramente direitos legítimos. E esse movimento era esperado devido ao autoritarismo e aos regimes repressivos que se faziam sentir na região.

Um dos entrevistados releva que a revolução popular era uma iniciativa lançada pelos jovens desfavorecidos nestes países, mas devido à falta de experiência política e qualquer quadro de referências pensado para um país em transição, estas revoluções foram exploradas em alguns países. Nas suas palavras,

Este movimento foi uma vontade popular que procurava melhorar as condições da vida na região. Os jovens saíram para combater a corrupção, opressão, sofrimento e falta de liberdades resultantes de regimes repressivos nos países da Primavera Árabe. Porém, devido a falta de consciência política em alguns países árabes, estas Revolução pacíficas foram exploradas pelas partes regionais. E foram transformadas em conflitos armados (Hala Boujne).

Estas revoluções foram provocadas pelos regimes militares e corruptos que predominaram a região durante dezenas anos. As revoluções foram pacíficas; no entanto, acabam por causar guerras civis em alguns países. Um entrevistado considera que:

Estes protestos e Revoluções foram um resultado de dezenas de anos de regime militar, marginalização e corrupção económica e política. Os protestos começaram espontaneamente e de forma pacífica. Entretanto, em alguns países estas manifestações foram transformadas em conflitos armados e guerras civis (Mohammed Bououd).

Um entrevistado chegou a dizer que o mundo árabe nas últimas décadas precisou enormemente desta mudança:

A região árabe nos últimos anos sofre com opressão e marginalização em todos os domínios, é por isso ela necessitava desta mudança revolucionária (Ziad El-Hani).

Para outro entrevistado, a Primavera Árabe é uma conclusão esperada, resultante das ditaduras militares no mundo árabe. Além disso o entrevistado chegou a dizer que, em diversos países, as entidades internacionais tiveram um efeito nas consequências das revoluções:

As manifestações e revoltas da Primavera Árabe foram um resultado natural devido aos regimes frágeis e as ditaduras militares que governaram o mundo árabe por décadas. Várias Revoluções populares em 2011 foram investidas pelas grandes potências do mundo em nome de democracia, apenas para servir dos interesses destas potências (Marrwa Neji).

Quando perguntámos aos entrevistados sobre o cenário político e social da Tunísia antes da Revolução de 2011, um dos entrevistados confirmou que a Tunísia sofria de imensos problemas económicas, desemprego jovem e outros problemas sociais devido a corrupção no país:

O cenário político e social no país antes de 2011 era um estado de tensão misturada com o desespero. Uma elevada taxa de desemprego entre os jovens, os graduados, em vez de ajudar na construção da sociedade, tornavam-se um fardo pesado para as suas famílias devido a taxa de desemprego. Sendo a falta de democracia e liberdade de expressão e a corrupção administrativa os principais problemas a nível político no país, antes da revolução (Ziad El-Hani).

O povo Tunisiano, para além de perseguições políticas, não tinha os direitos necessários nem as liberdades de expressão ou de imprensa como resultado do regime repressivo na Tunísia. Um dos entrevistados destaca que:

O sofrimento do povo Tunisiano daquela altura era um sofrimento silencioso. Os cidadãos não podiam falar ou manifestarem-se em voz alta, o cenário político era dedicado apenas a um único Partido político que sempre ganhava (Hala Boujne).

Outro entrevistado frisou que o pluralismo político e partidário era inexistente. A decisão política no país estava nas mãos da família do ex-presidente e que os outros partidos políticos eram arbitrariamente discriminados:

O cenário político antes de 14 de janeiro de 2011 esteve sob controlo de um único partido e a família de ex-presidente. Enquanto a oposição era perseguida e fragmentada fora do país (Mohammed Bououd).

Outro entrevistado destacou que o país não tinha liberdades, particularmente no domínio da imprensa e dos meios de comunicação (Marrwa Neji).

Os efeitos da primavera árabe na Tunísia

Como foi mencionado, na introdução deste capítulo, para além de tentar conhecer os fatores que despoletaram a Primavera Árabe, também pretendemos entender as perspetivas dos entrevistados relativamente ao impacto da Primavera árabe na alteração do cenário político e social na Tunísia.

Rejuvenescer o regime político era uma das prioridades para os revolucionários. Um dos entrevistados afirmou que:

O regime político antes da Revolução precisava de reformas e de abertura. As legislações e as leis necessitavam de adaptar-se à liberdade de expressão e aos direitos humanos na sociedade. Da mesma forma, o cenário social no país faltava de uma reforma social e económica (Mohammed Bououd).

Outro entrevistado declarou que o país na época precisava de reformas económicas juntamente com as reformas políticas:

O país precisa de pluralismo partidário, a aplicação do princípio de Igualdade perante a lei, igualdade de oportunidades, reforma judiciária, independência judicial e reformas económicas para melhorar as condições de vida (Hala Boujneh).

A Tunísia, antes da sua revolução, necessitava de reformas urgentes nas suas políticas internas, tais como garantir as liberdades necessárias para os Tunisianos igualmente e apoiar o sistema judicial. Um entrevistado refere:

Era urgente fazer reformas no cenário político do país. Conceder os direitos e as liberdades necessárias aos cidadãos, fortalecer as instituições de estado e dar apoio ao sistema judicial (Ziad El-Hani).

Um dos entrevistados destacou a necessidade de aumentar a representatividade política de várias frações existentes no país

O país necessitava tanto de reformas em relação à democracia e as liberdades necessárias. Politicamente, as partes e fações políticas marginalizadas deveriam ser integradas (Marrwa Neji).

Quando questionámos sobre a situação da Tunísia após a Revolução de 2011, um dos entrevistados destaca a ideia de que o processo de transição na Tunísia foi um processo demorado e lento. Em termos de cenário político e social o entrevistado assume que país testemunhou mudanças significativas, sobretudo em relação à situação política e às liberdades fundamentais:

A Tunísia após a Revolução passou por várias fases difíceis. Os primeiros anos foram tão pesados para o cidadão que esperava pela essa oportunidade por dezenas anos. O processo de escrita da nova Constituição demorou tanto, que fez com que o cidadão se sentisse frustrado. Depois de Revolução houve reformas em relação ao princípio da liberdade de expressão, a liberdade de imprensa e a igualdade perante lei. Hoje, graças à Revolução, o cidadão consegue manifestar-se em voz alta sem medo nenhum. No entanto, as condições económicas do cidadão Tunisiano não melhoraram muito (Hala Boujne).

Embora a Tunísia tivesse testemunhado um salto qualitativo nas suas políticas internas e direitos humanos, a situação económica dos cidadãos ficou na mesma, e segundo um entrevistado a situação económica dos cidadãos piorou pós-revolução como se nada tivesse acontecido, em consequência da escalada de conflitos nos países vizinhos:

Em termos do cenário político, o país testemunhou mudanças significativas pós-Revolução: o processo político tornou-se cada vez mais democrático e transparente, a Revolução permitiu a liberdade de escolha, expressão e imprensa. A Revolução permitiu a entrada de novos partidos políticos, por exemplo os partidos islâmicos e os partidos de esquerda. Entretanto; economicamente nada foi mudado no terreno. Pelo muito contrário as condições de vida e a situação económica da população vai de mal para o pior devido a instabilidade de segurança nos países de vizinhança (Marrwa Neji).

A Revolução da 2011 na Tunísia garantiu os direitos humanos, as liberdades e os princípios de igualdade. Um dos entrevistados destaca que:

Apesar de grande dificuldade na consolidação da Revolução, hoje é garantida a liberdade de expressão e os direitos políticos e civis para todos os tunisianos igualmente (Ziad El-Hani).

Um dos entrevistados afirma que a Tunísia no primeiro ano pós-revolução ultrapassou um contexto de conflitos políticos, o que pode desmistificar a ideia de que a transição na Tunísia foi um processo simples. O entrevistado refere que:

A Tunísia após a Revolução testemunhou uma série de conflitos políticos e luta pelo poder. O país foi dividido em dois objetivos, o primeiro foi julgamento do antigo regime e segundo foi monopólio da Revolução e disputa sobre o mecanismo de governança (Mohammed Bououd).

A manutenção da estabilidade democrática na Tunísia

O guião de entrevistas procura conhecer os fatores fundamentais que têm contribuído para a manutenção da estabilidade democrática na Tunísia. A próxima secção apresenta esses fatores.

Em geral, o fator de consciência política e social e o papel-chave das mulheres na sociedade tunisiana ajudaram bastante o país a ultrapassar os obstáculos que tinha confrontado nos primeiros anos da revolução. Um dos entrevistados começou por dizer que:

O facto do povo tunisiano ser um povo pacífico, civilizado e com consciência cultural; da existência de classe média e a disseminação da educação e o papel chave das mulheres na sociedade foram fatores fundamentais para que houvesse estabilidade no país (Ziad El-Hani).

Um entrevistado assume que a neutralidade do exército nacional na Tunísia foi motivo principal para que houvesse paz no país no ano em que a revolução se verificou e a coesão dos cidadãos para manter a democracia pós-revolução, além de ausência de armas a influência militar durante a revolução. O entrevistado destaca que:

Um dos fatores que manteve a revolução foi o grau de consciência política e cultural entre os cidadãos na Tunísia, a neutralidade do exército tunisiano e a sua lealdade para o povo. Os jovens na Tunísia no período após a queda do antigo regime prontificaram-se a continuar as manifestações na rua de forma a manter a Revolução viva e evitar o regresso dos apoiantes do antigo regime ao poder. A ausência de armas na Revolução da Tunísia ao contrário do que acabou com outros países árabes (Mohammed Bououd).

Outro entrevistado argumenta que o caso da Tunísia na Primavera árabe veio de repente e de forma inesperada, chocando o mundo. A comunidade internacional não imaginava que a Tunísia faria assim:

O que fez com que a Revolução seja bem-sucedida é que o movimento popular na Tunísia em 2010 veio de forma inesperada surpreendendo e chocando a comunidade internacional. Pois ninguém pensava que a Tunísia iria fazer essa revolução, esta característica já protegeu a Tunísia de intervenções externa nos assuntos internos (Marrwa Neji).

Um entrevistado refere a importância da herança cultural e do sistema educativo herdado da França, que foram cruciais para fortalecer culturalmente o país. Apesar desta perceção do entrevistado, é importante não negligenciar os dados que apresentamos

inicialmente sobre a percentagem de literacia no país que era relativamente baixa. O entrevistado assume que:

As relações históricas entre a Tunísia e a França tiveram um papel importante neste sucesso. A França antes da sua saída da Tunísia construiu escolas, instituições e centros culturais. Esta herança cultural e social que foi deixada na sociedade tunisiana tem contribuído positivamente para esta transformação (Hala Boujneh).

Perspetivas sobre os resultados diferentes da revolução da Tunísia e da Líbia

Um dos objectivos-chave desta dissertação é o de descobrir os fatores que explicam a diferença entre a revolução da Tunísia e da Líbia e perceber as razões do período pós-revolução ter sido tão diferente nestes dois países.

Segundo as entrevistas dos atores privilegiados, a forma pela qual a revolução da Tunísia foi realizada fez com que a situação seja diferente entre os dois países. A revolução Tunisiana foi uma revolução popular, pacífica e não recorrendo ao uso de armas de fogo o que não aconteceu na Líbia, onde a revolução acabou por se transformar num conflito armado entre as forças governamentais e as forças de rebeldes e que a carência dos recursos naturais em território tunisiano foi um fator para que não houvesse intervenções na Tunísia.

Um dos entrevistados declara que a revolução na Tunísia não se compara com a revolução de Líbia argumentando que o movimento na Tunísia veio espontaneamente ao contrário da revolução na Líbia:

A Revolução da Tunísia foi um movimento espontâneo e pacífico ao contrário da Líbia. A Revolução da Líbia foi pré-preparada. Na Líbia, no dia 17 de fevereiro de 2011, começou com um ataque armado a uma base militar líbia em Benghazi. A inexistência de recursos naturais no território faz com que a Tunísia seja protegido de ganância das Máfias internacionais (Mohammed Bououd).

Um entrevistado assume que:

A Revolução na Tunísia não foi violenta como a Líbia. Os acontecimentos violentos que ocorreram na Líbia promoveram a moderação dos tunisianos prevenindo que este cenário sangrento não se repetisse na Tunísia (Ziad El-Hani).

Um entrevistado referiu as diferentes ideologias políticas entre as figuras políticas da Líbia, alegando que na Tunísia as diferentes figuras políticas lutaram juntas pelo

sucesso da revolução, o que não aconteceu na Líbia. Além de estrutura social dos dois países:

A sociedade e um grupo de políticos tunisianos trabalharam de mãos dadas para o sucesso desta Revolução, mesmo nos momentos mais difíceis que o país viveu nos primeiros anos. Já na Líbia foram criados conflitos armados devido às divergências políticas e sociais entre as diferentes facções. A estrutura social da população Tunisiana é diferente da Líbia, a Líbia é um país composto por diferentes tribos e grupos sociais (Marrwa Neji).

Outro entrevistado chegou a dizer que a intervenção militar externa na Líbia pode explicar esta diferença entre as duas revoluções:

A Revolução da Tunísia desde o início era diferente do que a Revolução da Líbia. Na Líbia o movimento começou utilizando as armas o que não era na Tunísia. A intervenção militar na Líbia é um fator chave na diferença nas revoluções destes dois países. O facto de a Tunísia não ter tido nenhuma intervenção externa em território levou a revoltas pacíficas. O fator de tribalismo na Líbia pode diferenciar o caso líbio da Tunísia (Hala Boujne).

Notas conclusivas

De acordo com aquilo que foi referido acima se pode observar que o caso de a Tunísia na Primavera árabe assume um trajeto completamente diferente de a sua vizinha a Líbia. Segundo as diferentes perspetivas dos entrevistados a Tunísia teve uma variedade de fatores que têm contribuído no processo de transição e consolidação democrática a pós a sua revolução. A Tunísia teve sorte de ter uma certa categoria política unida durante os tempos de transição.

O facto de não ter nenhuma intervenção externa militar manteve a revolução da Tunísia do colapso. A existência uma população educada e consciente na Tunísia levou a revolução bem moderada. Para além disso, o cenário político do país mudou para melhor nos anos pós-revolução, no entanto o cenário económico ainda está na luta pela mudança. O fator de recursos naturais desempenhou um papel principal na Líbia o que não foi na experiência tunisina Tunísia devido a falta destes recursos na Tunísia.

Capítulo 7 – Perspetivas sobre a Primavera Árabe na Líbia

Notas introdutórias

Este capítulo pretende analisar as perspetivas dos entrevistados em relação a situação atual da Líbia e o potencial cenário líbio no futuro próximo. A perspetiva dos entrevistados descreve e explica a onda dos protestos populares que se verificou no Médio Oriente e nos países de Norte da África com uma breve introdução relativamente ao cenário político e social da Líbia antes e depois da Revolução de 2011. A perspetiva dos entrevistados permite confirmar os fatores que fizeram da Revolução da Líbia diferente do que outras Revoluções, tais como a Revolução da Tunísia e do Egito. Para além disso, através da análise das entrevistas e as visões dos entrevistados pretendemos, ainda, entender o efeito da OTAN e da União Europeia no que se refere a Revolução da Líbia. Os resultados dessas entrevistas apontam para alguns fatores que têm contribuído para a manutenção da instabilidade e semi-colapso do Estado. Neste trabalho os entrevistados sugerem uma série de soluções e medidas que poderiam ser tomadas para resolver o problema do país futuramente.

Perspetivas sobre os fatores que despoletaram a revolução

Tal como especificado anteriormente, as entrevistas iniciavam com questões relativas à perspetiva dos entrevistados relativamente onda revolucionária de manifestações e protestos que ocorreram no Oriente Médio e no Norte da África no final de 2010. Além disso, os entrevistados eram encorajados a refletir sobre os aspetos que necessitariam de maiores reformas.

De uma forma geral, os entrevistados concordam com a ideia de que os povos que se manifestaram nas ruas tinham exigências legítimas, nomeadamente relativas à necessidade de melhoria das condições de vida e da situação política. Várias reformas eram necessárias no mundo árabe. Um entrevistado começou por dizer que:

A onda da Primavera Árabe que teve lugar no Oriente Médio e no Norte da África é produto de longos anos de luta pela liberdade. O povo árabe após esta Primavera meteu os pés no caminho certo para obter a democracia e a sua liberdade perdida (Amir Fath Alha).

Antes da Onda de Primavera Árabe, os cidadãos em alguns países sofreram imenso com a ditadura que governou a região por décadas com a ausência de direitos necessários, democracia e a liberdade. Um dos entrevistados destacou que:

O movimento da Primavera Árabe que se verificou em vários países árabes foi um passo no caminho do progresso, no sentido de democratização no mundo árabe e satisfazer os desejos dos cidadãos que sofreram da falta da liberdade, democracia e dos serviços necessários ao longo de tempo (Mohammed Albaragothy).

Outro entrevistado argumenta que a Primavera Árabe mostrou a capacidade e a vontade do povo árabe para a mudança e que é uma grande evidência de que os povos árabes são capazes para fazer reformas:

Os movimentos da libertação e a Revolução popular que nós tínhamos visto no mundo árabe em 2011, é uma evidente prova de que o povo árabe é capaz de determinar o seu destino sejam quais forem as dificuldades e os obstáculos (Eshweiter Moammer).

Contudo, dois entrevistados afirmaram que alguns poderes externos e regionais tentaram aproveitar a instabilidade nos países da Primavera Árabe para gerar e inflamar algumas confusões nestes países. Um dos entrevistados especificava:

O cidadão árabe saiu à rua exigindo a melhoria das condições da vida da população, portanto a intenção não era para derrubar o governo como vimos na televisão. Alguns poderes externos, em 2011, aproveitaram estes protestos populares e pacíficos para inflamar a situação e criar um clima político que lhes convinha (Mohammed Al alam).

Outro entrevistado acabou por contestar a designação de ‘revolução’ considerando não se ter tratado realmente de uma revolução:

Estes protestos foram apenas exigências populares lançadas pelos povos árabes. Numa tentativa de obrigar os governos a aceitar estas exigências num esforço para se manterem a par com as transformações e as mudanças que ocorreram pelo mundo. Pena é que estes movimentos tinham sido explorados Pelos poderes externos que têm interesse nesta instabilidade (Mohammed Ali Alzobaidi).

Quando questionámos os entrevistados sobre o cenário político e social na Líbia antes da Revolução de 2011, um entrevistado destaca que as políticas extensas do antigo regime na Líbia e a sua inimizade com as grandes potências do mundo (como, por exemplo, os Estados Unidos) limitaram a possibilidade da Líbia evoluir em termos do seu sistema educativo, do seu sistema de saúde e outros serviços.

A inimizade antiga entre os Estados Unidos e a Líbia meteu o povo líbio no cano de pistola ao longo de tempo. O nosso país sofreu da falta de boa educação, liberdade de opinião e pensamento pessoal, com a falta de um sistema de saúde moderno e outros serviços. Eu não tenho dúvida nenhuma de que as políticas externas do antigo regime na Líbia com as grandes potências do mundo trouxeram resultados negativos para o povo líbio (Amir Fath Alha).

Um dos entrevistados considerou que a Líbia nos últimos anos testemunhou uma séria de mudanças positivas e que a situação económica dos cidadãos líbios antes de Revolução era razoável comparando com a situação de outros países da região. O entrevistado afirma que:

Nos últimos anos antes desta guerra o progresso apresentava séries de mudanças positivas (políticas e económicas) especialmente após o acordo político que foi assinado pela Líbia e os Estados Unidos em 2004 que marcou o fim do bloqueio económico⁶³. Para além disso, a situação social do povo líbio antes de Revolução da Primavera Árabe era muito melhor que outros países vizinhos (Mohammed Al alam).

Apesar de assumir que comparativamente a Líbia pudesse estar em melhor situação do que outros países árabes – muito devido aos recursos naturais que a Líbia tem – um entrevistado assume que a situação política e social do país na época não era ideal e precisava de alguma reforma:

O país estava muito longe de ser um país ideal em termos de liberdades, democracia e desenvolvimento em comparação com os outros países que gozam dos recursos naturais. A Líbia necessitava de mudar as suas políticas erradas que acabam por estragar a situação do país (Mohammed Albaragothy).

Um dos entrevistados, assume que era urgente fazer reformas e mudar o sistema político na Líbia. O entrevistado afirma que:

Antes da Revolução ninguém pode negar de que a Líbia tinha falta de desenvolvimento económico, liberdade e democracia (Eshweiter Moammer).

As relações externas da Líbia durante o regime do Coronel Muammar al-Kaddafi, como por exemplo os Estados Unidos e o Reino Unido pode potencialmente explicar porque é que a comunidade internacional tão rapidamente decidiu intervir na Líbia. Ao mesmo tempo, é um fator potencialmente explicativo do atraso cultural, fechamento político e económico do país. Um entrevistado assume que:

A Líbia durante os últimos 30 anos vivia um estado de guerra fria entre o antigo regime líbio e algumas potências do mundo. Essa guerra fria fez com que a Líbia seja um país isolado do mundo externo. No início da década de 90 foi imposto um bloqueio económico contra a Líbia como resultado dos conflitos políticos entre a Líbia e os estados Unidos e Reino Unido. Este bloqueio económico acabou por fazer a Líbia um país atrasado em comparação com os outros países na Região (Mohammed Ali Alzobaidi)

⁶³ Esse bloqueio foi imposto pelos Estados Unidos em 1992 contra o regime de Muammar al-Kaddafi por ter relações com os grupos terroristas e após o bombardeio do voo Pan Am 103 em Lockerbie por o regime Líbio. No entanto este bloqueio foi levantado em 2003 e 2004, quando a Líbia abandonou as armas de destruição em massa. (BBC,2004).

O efeito da primavera árabe

Esta dissertação visa não apenas conhecer os fatores que despoletaram a Primavera árabe, mas também compreender a perspetiva de atores privilegiados sobre o impacto e a capacidade da revolução da Primavera árabe na alteração do cenário político e social que lhe deram origem. Esta questão suscitou perspetivas diferentes por parte dos entrevistados. Esta secção apresenta estas diferentes perspetivas.

A alteração do regime político emerge como o primeiro impacto destacado pelos entrevistados. Tal como um entrevistado refere:

A Revolução de 2011 na Líbia reverteu-se numa introdução muito importante para mudar várias coisas para a população. Criara um regime democrático, moderno e transparente (Amir Fath Alha).

O país na altura da Revolução precisava de reformas rápidas (reformas políticas e económicas), o que leva os entrevistados a considerar que a Revolução foi uma iniciativa positiva no caminho de mudança:

A Revolução popular na Líbia foi um passo significativo para fazer alguma mudança nos políticos do país e melhorar as condições de vida da população no país. Tal como as taxas de desemprego, liberdade de expressão e os direitos políticos (Eshweiter Moammer).

Contudo, nem todos os entrevistados apresentam uma perspetiva tão otimista sobre a Primavera Árabe. Um entrevistado declarou que o país na época não precisava dessa mudança. Nos últimos anos, registavam-se, na Líbia, transformações significativas em todos os domínios e, na perspetiva deste entrevistado, o expectável sucesso das medidas políticas que estavam a ser levadas a cabo, tornavam desnecessária uma mudança tão violenta. É expectável, contudo, que as reformas que o entrevistado refere que estariam a ser implementadas por al-Kaddafi, se tenham tratado de medidas para impedir convulsões sociais, como uma estratégia para se manter no poder. O entrevistado confirma que:

O país, antes desse movimento estava a andar no caminho certo para a mudança. Devido à esta Revolução foram parados vários projetos gigantes na Líbia em 2011. Entre esses projetos foram vários projetos económicos: novas unidades residenciais para resolver os problemas relacionados à moradia; o caminho-de-ferro que liga a Líbia à Tunísia e ao Egito; uma série de hospitais públicos em várias cidades do país; um novo aeroporto internacional na Trípoli etc. Os projetos relativos ao cenário político: O país estava a preparar-se para promulgar uma nova constituição nos finais de 2011 e outras reformas políticas estavam em cima da mesa (Mohammed Ali Alzobaidi).

Um dos entrevistados sublinhou que o mecanismo da mudança da Líbia foi errado. Com efeito, para este entrevistado, a democracia não pode ser bem-sucedida através de uma violação, e que a forma violenta da Revolução na Líbia em 2011 acabou por inflamar a guerra civil na região. Tal como o entrevistado refere:

A forma da mudança que o nosso país teve foi um passo negativo que levou o país para trás. Pois a mudança política num país qualquer não pode ter sucesso através do derrame de sangue e matança. A forma pela qual a mudança foi realizada na Líbia em 2011 não era certa. Pelo contrário foi a razão principal na eclosão de guerra civil no país (Mohammed Albaragothy).

Quando perguntámos sobre a situação da Líbia após a Revolução de 2011 em termos de cenário político e social do país, notámos que a maioria das perspetivas concordam que o país está a viver numa situação grave.

Na perspetiva de um dos entrevistados, o cenário político e social do país depois de 2011 é desastroso:

Infelizmente, a situação do país hoje em dia é uma desastrosa. Depois de cinco anos da Revolução o povo líbio está a sofrer com colapso económico, crise humanitária, roubo, conflitos armados, assassinato todos os dias e falta de segurança (Eshweiter Moammer).

A Líbia depois do fenómeno de Primavera árabe e a revolução de 2011 tem ultrapassado um contexto de crise humanitária e económica além de guerra civil. Um entrevistado afirmou que:

A Líbia está hoje a viver uma catástrofe humanitária tão grave! Não hesito em dizer que esta tragédia é muito pior do que aconteceu nos dias de colonização italiana. Atualmente a Líbia vive um estado de instabilidade com existência de dois governos e guerra civil no leste e oeste do país (Mohammed Al alam).

De acordo com as perspetivas dos entrevistados, a Líbia hoje está ameaçada de um colapso económico devido à guerra na região, sobretudo tendo em conta a acentuada desvalorização da moeda. Um entrevistado assume que:

Depois cinco anos da Revolução, o país está numa encruzilhada. De acordo com os observadores internacionais a nossa economia está à beira do colapso como resultado de guerra civil e a interrupção da produção de petróleo que está sob controlo das milícias e os gangues do mercado negro. Os bancos sofrem com falta de dinheiro e o Dinar líbio (Moeda da Líbia) caiu em relação ao dólar americano. Os hospitais sofrem com falta dos medicamentos e de vacinas para as crianças. Registou-se, ainda, uma grande subida dos preços no mercado devido à ausência de liderança unida no país. (Amir Fath Alha).

Um entrevistado destaca que as relações sociais na sociedade da Líbia pós-revolução forma quebradas e a maioria das empresas que estava a trabalhar na Líbia perderam o seu trabalho como resultado de guerra, no final de 2013 e início de 2014.

O tecido social líbio após a Revolução sofreu uma fragmentação grave e as inimizades antigas entre as diferentes tribos reapareceram novamente depois dessa Revolução. Devido a última guerra no fim de 2013 e início de 2014 todas as empresas, embaixadas e trabalhadores estrangeiros foram obrigados de fugir fora do país (Mohammed Ali Alzobaidi).

Outro entrevistado, declara que no período pós-revolução houve mãos no governo provisório que operaram tendo em conta os seus próprios interesses, ignorando os pilares da revolução e os objetivos que lhe deram origem:

O governo líbio e os responsáveis neste governo, após a Revolução em vez de pensar no futuro do país começaram a olhar para os interesses próprios e implementar planos pré-preparados com base na região, filiação e identidade tribal sem olhar para as necessidades dos cidadãos que esperavam pela essa Revolução por quase 59 anos. Os conflitos internos entre os diferentes grupos, especialmente com existência de dois governos rivais (Coligação de amanhecer da Líbia no capital Trípoli e O conselho de deputados na cidade de Tubrk) acabaram por destruir a infraestrutura no país para além das elevadas perdas humanas e as catástrofes humanas por causa dessa divisão (Mohammed Albaragothy)

Perspetivas sobre os resultados diferentes das revoluções no contexto árabe

Um dos objetivos centrais desta dissertação é o de tentar compreender os fatores que explicam que no caso líbio, o período pós-revolução tenha sido consideravelmente diferente do que aconteceu em outros países (como na sua vizinha Tunísia ou no Egito). Assim, o guião das entrevistas incluía uma questão sobre a perspetiva destes atores sobre estes fatores.

De acordo com as perspetivas dos entrevistados, houve uma série de fatores que fizeram com que a situação na Líbia tenha gerado resultados diferentes daqueles identificados na Tunísia e Egito. Em primeiro lugar, notámos que o tribalismo e a fragmentação social afetam a situação do país. A Líbia é um país construído por diferentes tribos e grupos sociais (árabes e não árabes) com objetivos diferentes, o que gerou uma grande fragmentação social em consequência de falta da liderança unida no país pós-Revolução. Tal não aconteceu noutros países vizinhos. Em segundo lugar, a existência de recursos naturais na Líbia (Gás e Petróleo) gerou uma situação diferente ao contrário de os países vizinhos que são pobres em recursos naturais.

Um dos entrevistados assume que houve poderes externos que tinham interesse nas riquezas naturais da Líbia. E a falta de convivência social e a fragmentação tribal na Líbia pode seguramente explicar a diferença entre a situação na Líbia e noutros países vizinhos, além das divergências entre as diferentes tribos no que diz respeito à intervenção militar em 2011.

Por causa de existência dos recursos naturais (Petróleo) a Líbia tornou-se foco de atenção de todos os poderes externos, tal como os Estados Unidos, Catar, Turquia, França e os Emirados Árabes Unidos. A carência de unidade e coesão nacional entre a população explica de forma clara esta diferença. A estrutura tribal também é uma das causas que complicam a governança na Líbia. E não queremos esquecer que a intervenção militar no país era um fator chave neste problema. Na altura da Revolução, a maioria das tribos líbias rejeitaram essa intervenção o que deixou uma crise social no nosso país. Para além disso, a proliferação de armas entre os cidadãos também piorou a situação na Líbia. (Amir Fath Alha).

E outro entrevistado afirma que:

As riquezas naturais no território líbio fizeram com que a situação da Líbia no contexto de pós-Revolução fosse diferente do que todos os demais países, como a Tunísia e o Egito. Da mesma forma, há eu destacar a fragmentação e divisão social no país entre os opositores e os apoiantes do regime antigo desde 2011. As forças da oposição da Líbia ainda até hoje insistem na exclusão de apoiantes do ex-regime o que não acontece noutros países. O Estado não consegue controlar as diversas milícias (Mohammed Ali Alzobaidi).

Um dos entrevistados salienta o efeito da falta de consciência e experiência de participação política faz com que seja difícil aos diferentes grupos negociar, ceder e obter consenso. Faltam instituições democráticas a funcionar.

A falta da consciência na maioria dos grupos sociais, especialmente nas áreas rurais e a inexistência de experiência política e democrática no país devido aos políticos do antigo regime torna a situação da Líbia diferente, este ponto foi um dos erros do antigo regime líbio (Eshweiter Moammer).

Para além deles, outro entrevistado destacou a intervenção militar, contestando que é um dos fatores que fizeram a Primavera Árabe seja diferente na Líbia:

Como é bem conhecido que a Líbia foi o primeiro caso na Primavera Árabe da intervenção militar externa (OTAN) o que não foi visto noutros países, este fator deve ser tomado em consideração quando discutimos o caso da Líbia, pois os outros países não acabam por ter intervenção militar no território (Mohammed Albaragothy).

Um entrevistado declara que a Revolução da Líbia era armada e violenta desde o início, contrariamente a Revolução da Tunísia e do Egito e que este é uma fator chave nesta

diferença. Este entrevistado acabou por dizer que a fuga dos prisioneiros das prisões na altura de Revolução em razão de caos de segurança na época pode explicar esta diferença. O entrevistado destaca que:

Em primeiro lugar não devemos esquecer que a Revolução na Líbia era grupos armados (Revolução violenta) e proliferação de armas em excesso entre as tribos no país ao contrário do que aconteceu com a Tunísia e Egito. O peso e a influência dos apoiantes de ex-regime no país também tem grande impacto sobre a situação do país, o número das pessoas que preferem o antigo regime não é um número pequeno e não é de pouca importância. E a fuga dos criminosos das prisões durante a Revolução e que tornaram-se mais tarde líderes dos grupos armados (Mohammed Al alam).

O efeito da intervenção externa

Tal como notámos nos capítulos anteriores, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a União Europeia (UE) tiveram um importante papel na Revolução da Líbia. Esta secção, pretende analisar as perspetivas dos atores entrevistados relativamente ao efeito da intervenção destes dois atores. Começamos pela perspetiva relativa ao papel da OTAN.

Para um dos entrevistados, a política externa seguida pelo antigo regime na Líbia – particularmente em relação aos Estados Unidos, colocou uma pressão adicional sobre o país. Isto pode potencialmente ajudar a explicar a intervenção militar no caso da Líbia e não da Tunísia.

A inimizade entre o antigo regime e os Estados Unidos ao longo das décadas teve um papel no processo da intervenção militar e não para espalhar a democracia e proteger os civis como anunciaram nos meios de comunicação. E hoje depois de cinco anos da Revolução concluímos que a intervenção militar estragou a situação do nosso país (Amir Fath Alha).

Um entrevistado, considerou que a forma pela qual a intervenção militar foi realizada no caso da Líbia não resultou bem e a opção militar não teve sucesso nenhum no território. Ele sublinhou que:

Independentemente de o papel que a OTAN desempenhou na queda do regime do Muammer al-Kaddafi, a intervenção militar no caso da Líbia não foi bem-sucedida. A democracia ideal para um determinado povo não vem através de guerra, sangue e o bombardeamento. Embora a OTAN tivesse ajudado o povo líbio para derrubar o regime autoritário que governou o país por 42 anos de ditadura, mas também os ataques da OTAN durante a Revolução destruíram as infraestruturas, instituições do estado e o tecido social entre as diferentes tribos na região (Mohammed Albaragothy).

Na perspetiva de um entrevistado a intervenção militar em março de 2011 era urgente e necessária para proteger os civis das forças do regime líbio, mas essa intervenção provocou a proliferação de grupos armados no país no período pós-Revolução. A intervenção militar que foi testemunhada pela Líbia conseguiu derrubar uma ditadura. Porém, essa intervenção permitiu surgimento dos ex-prisioneiros que no passado eram jihadistas e pós-Revolução acabam de serem líderes políticos no poder.

O entrevistado destaca que:

A intervenção da OTAN sem dúvida que participou e ajudou bastante no processo de derrubar a ditadura em 2011, que governou o país por 42 anos. No entanto ela derrubou uma ditadura e trouxe dezenas de ditaduras. Como estamos a ver agora todos aqueles que estão no poder são ex-prisioneiros e ex-jihadistas (Eshweiter Moammer).

Um entrevistado destaca que, em geral, as intervenções militares são mal feitas e com más consequências. Provavelmente, porque não basta intervir militarmente e depois abandonar o país desprotegido e destruído, é importante restabelecer a segurança e assegurar a paz no país em que a intervenção militar se verificou. O entrevistado acabou por dizer que a intervenção foi motivo de clivagem dentro da sociedade da Líbia entre aqueles que a apoiavam e aqueles que a condenavam.

Se voltarmos um pouco para trás, verificamos que a maioria das intervenções militares do mundo falhou e acabou por inflamar a guerra civil. A título de exemplo, a intervenção da Arábia Saudita no Iémen, os Estados Unidos no Iraque e recentemente a intervenção Iraniana na Síria. Todas estas intervenções criaram crises. Para além disso, a intervenção militar da OTAN fez um grande fosso dentro da sociedade líbia entre os apoiantes e opositores dessa intervenção (Mohammed Ali Alzobaidi)

Neste caso um dos entrevistados divulgou que na altura de Revolução em 2011 vários países tinham interesses em destabilizar a Líbia através da promoção de apoio aos rebeldes e ex-prisioneiros. Nas palavras do entrevistado:

Os países da OTAN que intervieram militarmente com o apoio de outros países como Catar, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos, desde Fevereiro de 2011, enviaram as armas de fogo para os criminosos que fugiram das prisões. Estes prisioneiros atacaram as bases militares e mataram os militares do exército líbio como já vimos na Cidade de Benghazi em 15 de Fevereiro de 2011 onde que um militar líbio foi executado a sangue frio pelos rebeldes (Mohammed Al alam).

Em relação ao papel da União Europeia na Líbia, as perspetivas dos entrevistados diferem. A União Europeia na altura de Revolução e no período após 2011 tinha ajudado a Líbia na consolidação de democracia, sobretudo na época das eleições de 2012. Mas após a deterioração da situação no país, especialmente na guerra de 2014, a União

Europeia tem responsabilidade por não terminar a sua tarefa na Líbia e tem mesmo de repensar na sua tarefa para resolver estes conflitos o rapidamente possível. Um dos entrevistados declarou abertamente de que:

A missão da União Europeia para Líbia desempenhou o papel de mediador no processo da consolidação da democracia e realizar as primeiras eleições em 2012. No entanto, devido a circunstâncias de segurança na Líbia esta missão falhou na sua tarefa, e como consequência da guerra da 2014 e dos novos acontecimentos, os esforços da União Europeia na Líbia começaram andar para trás. A União Europeia foi responsabilizada de não ter terminado seu o trabalho, que tinha iniciado na Líbia. Hoje a União Europeia se quiser proteger a fronteira marítima com a Líbia tem muita coisa a fazer antes que seja tarde demais (Amir Fath Alha).

Segundo um dos entrevistados, recentemente a EU tinha impões uma série de sanções contra as parte que impedem o acordo político no país, o entrevistado afirmou que:

Na época de Revolução a União Europeia desempenhou um papel positivo na propagação de democracia na Líbia. Em 2012, a missão da União Europeia participou no processo eleitoral que realizou-se pela primeira vez na Líbia. No início de 2016 a União Europeia tinha imposto sanções contra os dirigentes de algumas milícias no país e algumas figuras políticas que dificultam as negociações políticas no país (Eshweiter Moammer).

Como foi referido, a União Europeia enquanto organização internacional influente na região teve um impacto positivo na Líbia, particularmente na preparação das primeiras eleições em 2012. Mas dentro da União Europeia nem todos os países tinham uma visão idêntica relativamente à intervenção militar. Um dos entrevistados argumenta que:

A posição dos países influentes na União Europeia no caso de Líbia foi dividida em dois grupos. O primeiro grupo foi Alemanha sob a liderança da Angela Merkel que teve uma posição clara contra a agressão à Líbia; e segundo grupo foi Reino Unido, França e Itália que intervieram militarmente na Líbia. Isto pode explicar que nem todos os países europeus foram envolvidos nesta guerra (Mohammed Al alam).

Para outro entrevistado não se podem registar diferenças entre a intervenção da OTAN e a UE. Para o entrevistado, a intervenção da União Europeia na Líbia fez parte da intervenção da OTAN, assumindo que:

A intervenção da União Europeia na Líbia sob a liderança da França, Reino Unido e Itália foi uma parte integrante da operação da intervenção militar (Mohammed Ali Alzobaidi).

Na perspetiva do um entrevistado, apesar do esforço que a União Europeia desempenhou na Líbia no período pós-revolução, pouco tem sido feito pela UE. Em particular, o seu comprometimento relativamente ao funcionamento das instituições democráticas (particularmente eleitorais) não se reflete no compromisso relativo às

questões de segurança. Tal leva o entrevistado a sugerir que a UE teria ainda um papel crucial a desempenhar na Líbia. O entrevistado assume que:

A União Europeia teve um papel importante não pode ser ignorado durante as primeiras eleições realizadas após a Revolução onde enviou observadores e especialistas internacionais para participar no processo eleitoral em 2012 e não devemos esquecer o apoio político e de inteligência que a União Europeia tinha dado ao governo provisório na Líbia após a Revolução. No entanto, hoje e depois desta guerra civil na Líbia a União Europeia tem que repensar novamente e fazer mais pela Líbia (Mohammed Albaragothy).

O perpetuar da instabilidade na Líbia

Importa compreender que fatores têm dificultado a transição pacífica para a democracia e que têm contribuído para a manutenção da instabilidade no país. Assim, foi solicitado aos entrevistados que elencassem os três fatores mais importantes que poderiam explicar as dificuldades da primavera Líbia. De uma forma geral, existe grande consenso entre os entrevistados quanto aos fatores que mais têm contribuído para o perpetuar da instabilidade na Líbia.

Entre os fatores comuns nas perspetivas dos entrevistados foram a estrutura tribal fragmentada do país entre as diferentes tribos e grupos sociais que operam com diferentes objetivos. O segundo fator foi a proliferação de armas nas mãos das milícias que atualmente estão no poder. O terceiro fatores em que a maioria dos entrevistados concordaram entre si foi a intervenção militar da OTAN. Para além disso, nos observámos que uns entrevistados indiquem para o fator de carência de instituições que fizessem a democracia funcionar como um fator chave nesta instabilidade.

O futuro da Líbia

Por fim, procuramos compreender qual a perspetiva dos entrevistados relativamente às medidas que poderiam ser tomadas para resolver o problema da divisão interna e a guerra civil no país. Observámos que os entrevistados tendem a mencionar o projeto de reconciliação nacional como um primeiro passo no sentido de resolver a crise do país. Assim, de acordo com a maioria dos entrevistados a questão da reconciliação nacional através da promulgação da Lei de amnistia geral. Tal implicaria fazer regressar ao país todos os deslocados fora do país, o que é considerado como uma prioridade para resolver a crise na Líbia. Este passo é considerado uma das prioridades as autoridades na

Líbia, que vai ajudar tanto para fazer pazes entre as facções rivais. Um dos entrevistados afirma que:

Aplicar a lei de amnistia geral para todos os cidadãos igualmente sob o slogan de “paz e tolerância”. Futuramente essa lei terá um impacto tão importante ao caminho democrático líbio. E este passo vai ajudar o país para construir o estado de direito e das instituições com base na cidadania (Eshweiter Moammer).

Para além disso, o processo de desarmamento e reintegração das milícias e grupos atramados ao exército nacional com apoio de ONU e UA poderia ser uma solução chave. Um dos entrevistados sugere que:

O passo que deve ser tomado para resolver este problema é encontrar uma estratégia consistente para desarmar as milícias e reintegração de todos os grupos e milícias armados e que aqui comece o papel da Missão da União Europeia e Missão de paz da Organização das Nações Unidas para a Líbia para auxiliar o governo líbio nesta tarefa (Mohammed Albaragothy).

Um entrevistado salienta a necessidade de realizar uma mobilização popular contra as milícias e ativar o sistema judicial, em uma tentativa de parar as violações de direitos humanos no país. Adicionalmente, refere ser crucial estimular o apoio popular para reconstruir a instituição militar:

A primeira estratégia que deve estar em cima da mesa é o projeto da paz e reconciliação nacional. Realizar uma mobilização popular contra as milícias que está estragando o país. Reintegração de todas as forças armadas sob controlo do estado. É importante ativar o sistema judicial e julgar todas as partes envolvidas nos crimes contra a humanidade. Fornecer os apoios necessários para o Exército nacional (Amir Fath Alha)

Para além disso é urgente apoiar todas as instituições públicas e as organizações de sociedade civil para conscientizar as pessoas dos riscos e implicações da guerra civil na região. Um entrevistado destaca que:

Ativar todas as instituições e organização da sociedade civil no sentido de sensibilizar as pessoas de risco da guerra (Eshweiter Moammer).

Outro entrevistado declarou que é necessário formar um governo de unidade e emitir uma lei de proibição de posse e porte de armas sem licença. O entrevistado declara que:

O país precisa de um acordo político urgente e formação de um único governo em colaboração com o Enviado da Nações Unidas para Líbia. Também, se queremos resolver este problema em primeiro lugar, é necessário reintegrar todas as milícias armadas e os revolucionários sob a legitimidade do estado. Aprovar a lei de proibição de posse e porte de arma de fogo também pode ser uma solução. E, por fim, impedir todos os poderes interesseiros de intervir nos assuntos internos (Mohammed Ali Alzobaidi).

Na perspectiva de um dos entrevistados entre as medidas que devem ser tomadas o mais rapidamente possível é a assinatura de um acordo político entre as partes rivais. Tal como um dos entrevistados refere:

Dissolver todas as formações armadas. Assinar um acordo político entre as partes rivais para assegurar o fim da guerra civil na região e formar um governo nacional e unido pelas todas as partes no país (Mohammed Al alam).

Notas conclusivas

Cinco anos após os primeiros movimentos da Primavera Árabe, a Líbia vive uma situação caótica, tragédia humanitária, sofrendo com um tecido social e tribal fragmentado. Houve uma série de fatores que fomentaram a instabilidade e a escalada de conflito armado entre os diferentes grupos na Líbia no período pós-revolução. Um dos fatores que mais estimulou este resultado foi o surgimento dos grupos armados e a proliferação de armas, tornando a revolução da Líbia, uma revolução violenta. Estes fatores são agravados pela existência de uma enorme diversidade étnica no país. Naturalmente, esta diversidade de tribos e de grupos sociais torna complexo o processo de unidade nacional, com cada grupo a defender opiniões e objetivos diferentes e a operar por interesses próprios com base na região e raça. O grau de conflitualidade é eminente face ao elevado grau de autonomia dos grupos armados no terreno e, sobretudo, o facto de que as lutas internas se operam não apenas face à diversidade ideológica e cultural, mas sobretudo face às tentativas dos grupos de controlar os recursos naturais e as suas infraestruturas em todo o território nacional. O palco de conflito no contexto Líbio é ainda maior quando se estabelecem grupos que se reconhecem como legítimos governantes do país.

O fator de intervenção externa é, igualmente, identificado pelos entrevistados, como complicaram a governança no país, quer pela ausência de acordo nacional relativamente a esta intervenção; quer porque esta intervenção militar foi amplamente direcionada à captura de Muammar al-Kaddafi; levando à destruição de infraestruturas básicas essenciais para o funcionamento democrático e da economia.

Capítulo 8 – Conclusões e trabalho futuro

Este trabalho de investigação pretende analisar as perspetivas de elites relativamente ao processo e consequências da Primavera Árabe nos contextos da Líbia e da Tunísia. Para este efeito, utilizamos o *most similar systems designs*, na medida em que foram selecionados dois países muito similares em termos de cenário político e social e que, entre 2010 e 2011 testemunharam a onda de manifestações populares com vista à deposição de longos regimes ditatoriais. Contudo, enquanto o caso da Tunísia é geralmente considerado como um exemplo de sucesso da experiência democrática, a Síria, o Iraque e a Líbia, por exemplo, são hoje, considerados Estados falhados, exemplos de desintegração social. Nesta dissertação focámo-nos no caso da Líbia, e tentámos compreender os fatores preponderantes que têm contribuído para a manutenção da instabilidade no país, tendo em conta particularmente o cenário de guerra civil em território líbio.

A Tunísia, após a revolução assume um projeto pacífico, tendo sido reconhecida pela *Freedom House* como um país livre, com direitos políticos e liberdades civis. Este caso de sucesso tende a contrariar o argumento de Huntington (1991) que via o islão como um obstáculo para a democracia, alegando que a democracia ideal é inconveniente nos países que não são ocidentais. O sucesso da Tunísia sugere que a democracia pode sobreviver nos países muçulmanos, sejam quais forem os obstáculos e as dificuldades.

Para cumprir este objetivo de comparar os dois casos e de isolar os fatores que potencialmente explicam a variação no resultado das manifestações da Primavera Árabe, foram realizadas entrevistas com observadores privilegiados destes processos em ambos os contextos em estudo. Recuperamos, na Tabela 11, a comparação apresentada entre os dois casos em análise nesta dissertação. Esta Tabela apresenta as variáveis que tornam o caso da Líbia e da Tunísia casos similares, apesar do processo de revolução ter gerado cenários políticos distintos. Para além disso, destacam-se os fatores que comumente eram considerados como variáveis potencialmente explicativas destas diferenças, nomeadamente a intervenção externa. Esta Tabela acrescenta, contudo, as variáveis que os entrevistados destacaram como outros fatores que tornam o cenário político da Líbia distinto da Tunísia. Tratam-se dos fatores relacionados com a heterogeneidade cultural e social no país, a proliferação de armas e os esforços para controlar os recursos naturais do país. Como veremos adiante, estas variáveis estão interrelacionadas.

Tabela 11 – Primavera Árabe na Líbia e na Tunísia

Variáveis	Tunísia	Líbia
Variáveis socio-económicas		
PIB à data da revolução	3% (2009)	5% (2010)
Taxa de desemprego	21,9% (2009)	18,5% (2010)
Língua oficial	Árabe	Árabe
Religião	Islamismo	Islamismo
Taxa de literacia ⁶⁴	77.6% (2008)	88.9% (2009)
Heterogeneidade tribal/ cultural	Integração política e cultural	Heterogeneidade tribal
Variáveis políticas		
Regime ditatorial de longa duração	23 Anos	42 Anos
Accountability ⁶⁵	-1.34 (2010)	-1.911 (2010)
Rule of law ⁶⁶	0.11 (2010)	-0.97 (2010)
Corrupção ⁶⁷	4,2(2009)	2,2(2010)
Revoltas populares	17 Dezembro de 2010	17 Fevereiro de 2011
Deposição do regime	14 Janeiro de 2011	20 Outubro de 2011
Intervenção externa		
Intervenção económica	Apoio económico de várias entidades internacionais	
Intervenção militar	Não teve intervenção militar	O país foi o primeiro caso de intervenção militar
Outros fatores relevantes		
Proliferação de armas	Inexistente	Proliferação de armas
Recursos naturais		Petróleo
Cenário pós-revolução		
	Transição democrática	Clivagem política e uma guerra civil

Os resultados são consistentes com a literatura existente sobre o sucesso ou falhanço da transição para a democracia. Um dos fatores que parece explicar as diferenças encontradas é a falta de experiência e de consciência política na Líbia, conforme Diskin (2005) postulara. Os países com falta de experiência democrática tendem a ser mais propensos ao falhanço democrático de que os países que gozam de uma experiência democrática histórica. Ambos os casos são, contudo, marcados por longos períodos de regime ditatorial – embora este período tenha sido significativamente maior no caso da Líbia.

⁶⁴ Dados do Banco Mundial

⁶⁵ Dados da Transparency International . O índice da Accountability pode variar entre -2.5 e 2.5, os valores mais altos correspondem a melhor governança

⁶⁶ Dados da Transparency International . O índice da Rule of law pode variar entre -2.5 e 2.5, os valores mais altos correspondem a melhor governança.

⁶⁷ Dados da Transparency International, disponíveis em <http://www.transparency.org/country/#LBY> , acesso em 9 de junho de 2016. O índice de percepção da corrupção pode variar entre 0 (indica uma percepção de elevada corrupção) e 10 (que indica níveis baixos de corrupção). Níveis de percepção de corrupção abaixo de 5 indicam a existência de sérios problemas de corrupção.

A diversidade étnica e as cisões sociais entre as diferentes tribos e grupos na sociedade da Líbia (associado à falta de capital social) pode explicar o colapso de transição no país no período pós-revolução. Segundo Diskin (2005) os países que sofrem com problema de diversidade étnica e a divisão social, são mais propensas ao colapso democrático do que outros países que são mais estáveis socialmente. Entretanto, estes grupos não só se dividem por questões ideológicas, mas sobretudo porque todos eles querem controlar os recursos do país. Tal como referido pelos entrevistados, os diferentes grupos armados no país após a revolução concentraram-se na predação dos recursos e na procura de controlo dos campos de petróleo da Líbia, como uma estratégia para ter acesso a uma posição financeira mais privilegiada. Esta divisão social, ideológica e a predação de recursos naturais e infraestruturas de produção de petróleo não se verificou no caso da Tunísia. Adicionalmente, há que considerar o efeito que estas estratégias dos grupos armados têm sobre a produção de petróleo e, consequentemente, sobre a produção de riqueza do país, deixando a Líbia numa situação de maior vulnerabilidade. À semelhança da maioria dos países do Norte de África, a Tunísia tem também os seus recursos naturais, como o petróleo. Contudo, a sua capacidade de extração e a riqueza que advém deste recurso natural é significativamente inferior à capacidade da Líbia, algo que é destacado por todos os entrevistados, quer da Tunísia, quer da Líbia.

A magnitude do efeito da diversidade étnica e cultural é aumentada pela proliferação de armas no contexto pós-revolução da Líbia. Os sucessivos governos provisórios na Líbia após a revolução têm revelado incapacidade de controlar estes grupos e de recolher as armas ou dissolver as milícias no país. Consequentemente, o conflito armado no país tomou proporções fortes e mais perigosas em toda a região. Na Tunísia o cenário era substancialmente diferente. A sua revolução começou de forma pacífica sem recurso a armas e sem que se tenham registado conflitos armados no território. Pelo contrário, o país tinha começado a reconstruir o seu regime político permitindo criar uma república democrática com base na igualdade e na cidadania.

A intervenção militar externa é uma variável incontornável na explicação da diferença entre os casos analisados. No contexto dos movimentos populares no âmbito da Primavera Árabe, a Líbia tornou-se no primeiro caso que acabou por ter uma intervenção militar externa. A literatura existente tende a sugerir que os países que testemunham níveis graves de intervenção externa são mais propensos ao falhanço e colapso democrático do que aqueles com baixo envolvimento externo (Diskin, 2005). Este efeito

foi também destacado pelos entrevistados. Com efeito, destacam não apenas o facto de não se ter tratado de uma intervenção militar que tenha recolhido apoio unânime na sociedade líbia, mas também o facto de que a intervenção militar se ter orientado sobretudo para a captura de al-Kaddafi. Tal gerou dois efeitos. Por um lado, o esforço de captura do al-Kaddafi implicou a destruição de infraestruturas importantes para o funcionamento do país. Por outro lado, a deposição do anterior regime implicaria um apoio continuado no contexto pós-deposição do regime, pois o país encontrava-se fragmentado, e sem elites e estruturas capazes de assegurar a transição democrática. O resultado foi um vazio no poder e um vazio institucional, que acabou por ser motivo de lutas entre grupos que visavam deter poder político e financeiro

Identificadas as variáveis que potencialmente explicam a diversidade existente em termos de cenário político e social no contexto pós revolução, tentou-se, nesta dissertação compreender de que forma as elites entrevistadas entendem ser possível encaminhar o país para uma democracia. Embora se trate de um difícil exercício, os entrevistados sugerem que a prioridade para Líbia deve passar pela criação de um projeto de reconciliação nacional para as facções rivais e as tribos fragmentadas. Além disso, deveriam ser empreendidos esforços adicionais para reintegrar as milícias armadas no exército nacional, fornecendo amplo apoio à instituição militar. É, ainda, destacada a necessidade de formar um governo de unidade nacional com colaboração de todas as partes, tribos e facções políticas na Líbia. Por fim, considera-se que deveria ser possível promulgar uma lei de amnistia geral, que ajudaria uma reconciliação nacional.

Estes resultados afiguram-se como uma primeira tentativa de compreender as perspetivas de observadores privilegiados relativamente ao fenómeno da Primavera Árabe na Líbia e na Tunísia. Naturalmente, os dados obtidos sofrem das limitações próprias que decorrem da forma como as entrevistas decorreram. Com efeito, as questões foram enviadas por *email* e as interações entre o investigador e o entrevistado foram limitadas por este aspeto. A riqueza de algumas das explicações poderia ser aprofundada, caso estas entrevistas tivessem decorrido de forma presencial. De igual modo, esta dissertação beneficiaria da obtenção das perspetivas de políticos. Tal seria particularmente saliente no contexto da Líbia, com um estudo aprofundado das perspetivas dos líderes de grupos tribais e líderes dos grupos políticos sobre o cenário atual da Líbia e potenciais pontos de contacto entre estas elites. Assim investigação futura

poderia deter-se na análise da questão da clivagem política e da luta pelo poder uma vez que o país está dividido em dois governos rivais.

De igual modo, dado que a compreensão do fenómeno da Primavera Árabe passa pela informação do que os meios de comunicação social escolhe salientar nas suas peças noticiosas, esta poderia converter-se numa relevante área de investigação futura. Tal como foi possível verificar nesta dissertação, existem vários fatores que potencialmente explicam o (in) sucesso da transição para a democracia nos contextos que experimentaram revoluções populares. Assim, investigação futura poderia deter-se na análise da saliência destes diferentes aspetos, nas notícias de jornais europeus. Esta análise poderia, porventura, esclarecer melhor a importância que diferentes países europeus atribuem ao contexto atual da Líbia.

Referências Bibliográficas

- Rustow, D. (1970). "Transitions to Democracy: toward a dynamic model", *Comparative Politics*, 2(3): 337-363.
- Aftandilian, G. (2012). *United States Foreign Policy Towards the Arab Spring*, Middle East Center For Peace, Development, and Culture, Lowell: University of Massachusetts
- Aissa, E. (2012). *The Arab Spring: Causes, Consequences, and Implications*, Department of National Security and Strategy.
- Ajami, F. (2012). "The Arab Spring at One: A year of living dangerously", *Foreign Affairs*, 91(2): 56-65.
- Ankar, C. (2008). "On the Applicability of the Most Similar Systems Design and the Most Different Systems Design in Comparative Research", *International Journal of Social Research Methodology*, 11 (5): 389-401.
- Arieff, A.; Humud, C. (2015). *Political transition in Tunisia*, Congressional Research Service,
- Ayadi, R; Colombo, S ;Paciello, M, C ; Tocci, N. (2011). *The Tunisian Revolution An Opportunity for Democratic Transition*. MEDPRO Commentary : University of Pittsburgh
- Bastos, P. (2014). "A crise Síria :o papel da União Europeia ". Dissertação de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa.
- Bertelsmann Stiftung, BTI. (2014). *Tunisia Country Report*. Gütersloh: Bertelsmann Stiftung.
- Bhardwaj, M. (2012). *Development of Conflict in Arab Spring Libya and Syria: From Revolution to Civil War*. The Washington University International Review, Volume I.
- Bijos, L.; Almeida, P. (2013). *A análise da Primavera Árabe :um estudo de caso sobre a revolução jovem no Egito*. Revista CEJ, Brasília, 17(59).
- Blanchard, C.M . (2015). "Libya :Transition and U.S .Policy", *Current Politics and Economics of Africa*, 7(1): 1-20.
- Blanchard, C. M.(2016). "Libya :Transition and U.S .Policy", *Current Politics and Economics of Africa*, 7(1):1-22.
- Boutaleb, M.N. (2012). "The Political Aspects of the Tribal Phenomenon in Arab Societies: A Sociological Approach to the Tunisian and Libyan Revolutions". Arab Center for Research and Policy Studies. Research paper.

- Bühlmann, M., Merkel, W; Wessels, B.(2007).“The Quality of Democracy:Democracy Barometer for Established Democracies”,*National Centre of Competence in Research (NCCR) Challenges to Democracy in the 21st Century* . (10).
- Luz, C. (2014).“Propagação da democracia na primavera árabe: a influência dos fatores internacionais na difusão da democratização na Tunísia, no Egito e na Líbia”. Dissertação de demestrado ,Universidade Federal de Santa Catarina.
- Campbell, D. F. (2008).“The basic concept for the democracy ranking of the quality of democracy”. *Vienna: Democracy Ranking, 10*, 21.
- Carothers. T. (2006)., “The Rule-of-Law Revival,” in Thomas Carothers (Ed.) Promoting the Rule of Law: In Search of Knowledge. Washington: Carnegie Foundation for International Peace
- Casas, P.; Furtado, H. (2011).“A intervenção militar e seus desdobramentos na Líbia”. *PUC Minas Gerais: 1-5*
- Office of the Commissioner General for Refugees and Stateless Persons, (2014). *Report Libya: Militias, Tribes and Islamists*. Disponível em http://www.landinfo.no/asset/3025/1/3025_1.pdf Acesso em 6 fevereiro de 2016.
- Chami, R., Al-Darwish, A.; Cevik, S., Charap, J., George, S., Gracia, B., Gray, S.; Pattanayak, S. (2012).*Libya beyond the Revolution: Challenges and Opportunities*, Washington, DC:International Monetary Fund, Middle East and Central Asia Department: 1-20.
- Christopher S. Chivvis, J.M. (2014). *Libya After Qaddafi: Lessons and Implications for the Future*. RAND Corporation: 1-98.
- Deane,S. (2013).Transforming Tunisia The role of Civil society in Tunisia’s Transition. *London, DR ink: 2-28*.
- Diamond, L.J.; Morlino, L. (2004).“The Quality of Democracy An Overview”. *Journal of Democracy*, 15(4):20-31.
- Diamond, L.J.; Morlino, L. (2005). *Assessing the quality of democracy*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Diskin, A., Diskin, H.; Hazan, R. Y. (2005).“Why Democracies Collapse: The Reasons for Democratic Failure and Success.”*International Political Science Review/ 26*(3): 291-309.
- European Union Election Assessment Team in Libya (2012).“Final Report: General National Congress Election”. Disponível em

- http://www.eueom.eu/files/pressreleases/english/eueat-libya-2012-final-report_en.pdf . Acesso em 17 Março de 2016: 4-18.
- Gartenstein-ross, D.; Barr, N. (2015).*Dignity and Dawn :Libya ' s Escalating Civil War*. International Centre for Counter-Terrorism, ICCT: 1-56.
- Hinnebusch, R.(2012).*Authoritarian Upgrading and the Arab Uprising :Syria in Comparative Perspective*,University of St Andrew: 1-12.
- Hollander, E.J.; Byun, C.C. (2015).“Explaining the Intensity of the Arab Spring”. *Digest of Middle East Studies*, 24(1):26–46.
- Hollis, R. (2012).“No friend of democratization :Europe’ s role in the genesis of the Arab Spring”. *International Affairs* -88,(1):81–94 .
- Huntington, S.P. (1991).“Democracy's Third Wave”, *Journal of Democracy*, 2 (.2): 12-34.
- Isaac, K. (2012).“Europe and the Arab Revolutions. From a Weak to a Proactive Response to a Changing Neighborhood ”, *Kolleg- Forschergruppe (KFG) “The Transformative Power of Europe”*, Berlin: Freie Universität Berl (39): 1-23.
- Oufella, J. M.;da Silva Ely, P. C. (2013).“A Primavera Árabe sob o Enfoque do Direito Internacional dos Direitos Humanos”. *Ponto de Vista Jurídico*,2 (2):105-129.
- Kenney,D.(2000).“Reflections on Horizontal Accountability: Democratic Legitimacy, Majority Parties and Democratic Stability in Latin America”. *Kellogg Institute for International Studies, University of Notre Dame*.
- Lacher,W. (2013).“Fault Lines of the Revolution. Political Actors, Camps and Conflicts in New Libya”,*Stiftung Wissenschaft und Politik German Institute for International and Security Affairs*:5-35.
- Lutterbeck, D. (2013).*Tunisia after Ben Ali: retooling the tools of oppression?*, Norwegian Peacebuilding Resource Centre – NOREF: 1-3
- Machado, F. (2014).“Reflexo do Verão Quente de 1975 Nos Processos de Transição Democrática de Portugal e Espanha”.Dissertação de mestrado,Universidade Católica Portuguesa.
- McQuinn, B. (2012).“After the Fall: Libya’s Evolving Armed Groups”,*Small Arms Survey, Graduate Institute of International and Development Studies, Geneva* (12):2-67.
- Monclaire, S. (2001).“Democracia, transição e consolidação:Precisões sobre conceitos bestilizados”. *Revista de Sociologia e Política*,(17): 61-74.

- Morlino, L. (2009). "Qualities of democracy: How to analyze them." *Centre for the Study of Public Policy, University of Aberdeen*.
- Mullin, C.; Shahshahani, A. (2012). "The legacy of US intervention and the Tunisian revolution: promises and challenges one year on", *A Journal for and About Social Movements*, 4 (1):67–101.
- Nepstad, S.E. (2013). "Mutiny and nonviolence in the Arab Spring: Exploring military defections and loyalty in Egypt, Bahrain, and Syria". *Journal of Peace Research* 50(3): 337–349.
- Pinto, A.C., Magalhães, P.C.; de Sousa, L. (2011). "Is the good polity attainable? – measuring the quality of democracy". *European political science*, 11(4):1-9.
- Pinto, C. (2015). "Uma Avaliação da Resposta de União Europeia á Primavera Árabe". *Centro de Estudos sociais Laboratório Associado Universidade de Coimbra* :1–16.
- Pires, B. (2013). "Consequências Da Queda Do Regime De Muammar Kadhafi." *Observatório Político* (31):1-7.
- Powers, R. (1992). The transition to democracy in Paraguay: Problems and prospects. *Helen Kellogg Institute for International Studies, University of Notre Dame*, Working paper 171.
- Przeworski, A. (2004). "Democracy and Economic Development" *Department of Politics New York University*:2-27.
- Pureza, M. (2012). "As ambiguidades da responsabilidade de proteger :o caso da Líbia." *Associação Brasileira de Relações Internacionais*, 7 (1) :3–19.
- Rivlin, P. (2015). *The Libyan Crisis and its Regional Implications*, The Moshe Dayan Center for Middle Eastern and African Studies, 5 (4) : 1-8.
- Ramos, O. (2013). "A Primavera Árabe No Egito E Na Síria: Repercussões No Conflito Israelo-Palestiniano". Dissertação de demestrado, Universidade técnica de Lisboa.
- Richards, D. (1996). "Elite Interviewing : Approaches and Pitfalls." *politics* 16(3) : 199-204.
- Redissi, H. ;Chekir, H. (2015). *Analysis of Tunisia ' s presidential election :the " behind the scenes " political struggle*. Arab reform initiative: 1–9.
- Roberto, M. (2015). "A Guerra pela Líbia na era pós-Kadafi :os confrontos internos de um país fragmentado", *Conjuntura Africana*,
- Schiller, T. (2011). *Tunisia –A Revolution and ITS Consequences*. KAS International Reports : 6-19

- Mainwaring, S. (1989).“Transitions to Democracy and Democratic Consolidation: Theoretical and Comparative Issues,” *Helen Kellogg Institute for International Studies, University of Notre Dame, Helen Working paper 130*.
- Tabib, R. (2014). *Stealing the Revolution: violence and predation in Libya*. Norwegian Peacebuilding Resource Centre – NOREF: 1-8.
- Tansey, O. (2007).“Process tracing and elite interviewing: a case for non-probability sampling.” *PS: Political Science & Politics*, 40(04): 1-23.
- The Carter Center. (2012).General National Congress Elections in Libya_Final Report July 7, 2012:2-101.
- The national Democratic institutes. (2011).Final Report on the tunisian national Constituent Assembly elections:6-26.
- United Nations Security Council. (2012). *Report of the Secretary-General on the United Nations support Mission in Libya*, 30 August 2012. Disponível em <http://unsmil.unmissions.org/Portals/unsmil/Documents/SGReport30August2012.pdf> Acesso em 21 Março de 2016.
- United Nations Security Council. (2015). *Report of the Secretary-General of the United Nations Support Mission in Libya*, 26 February 2015.
- Valenzuela, S. (1990).“Democratic consolidation in post-transitional settings: notion, process, and facilitating conditions”,*Helen Kellogg Institute for International Studies, University of Notre Dame, Working paper 150*.
- Vieira, V. (2013).“O papel de Comunicação Digital na Primavera Árabe:Apropriação e Mobilização Social”. *V Congresso da Compolítica, realizado em Curitiba/PR* :9–18.
- Wahba, K, (2011).“The Egyptian revolution 2011: the fall of the virtual wall-the revolution systems thinking archetype”.*In Washington,DC: sn The 29th International Conference of the System Dynamics Society*. 1.30.
- Wehrey, F.; Cole, P.(2013).*Building Libya’ s Security Sector*. The Carnegie Endowment for International Peace: 1-8.

Anexos

Anexo 1- Guião de entrevistas da Líbia

Módulos	Objetivos específicos	Questões específicas
Introdução	Conhecer as perspetivas dos entrevistados sobre o fenómeno de Primavera árabe e o cenário político e social na Líbia antes de primavera árabe.	Como sabe, a Primavera Árabe foi uma onda revolucionária de manifestações e protestos que ocorreram no Oriente Médio e no Norte da África no final de 2010. De uma forma geral, qual é a sua perspetiva sobre estas manifestações? Como você pode caracterizar o cenário político e social na Líbia antes da Revolução de 2011? O que era mais urgente alterar?
Importância da revolução para o país	Conhecer a importância da revolução de 2011 para os aspetos de necessitavam de reformas na Líbia.	No seu entender, até que ponto a revolução de 2011 foi importante para alterar estas questões que você mencionou há pouco?
A situação no país pós a revolução	Conhecer o cenário político e social no país depois desta mudança.	Como caracteriza o cenário político e social na Líbia após a Revolução de 2011?
A diferença entre o caso Líbia e outros casos	Conhecer os fatores que explicam a diferença entre a revolução da Líbia e os outros países (como na sua vizinha Tunísia ou no Egito).	No caso líbio, o período pós-revolução foi consideravelmente diferente do que aconteceu em outros países (como na sua vizinha Tunísia ou no Egito). Na sua opinião, que fatores que podem explicar esta diferença?
O efeito de intervenção militar	Conhecer o impacto de intervenção de OTAN em 2011	No seu entender, qual o efeito da intervenção da OTAN?
O efeito de intervenção de UE	Conhecer o impacto de intervenção de EU no caso de Líbia	No seu entender, qual o efeito da intervenção da União Europeia?
O perpetuar da instabilidade na Líbia	Conhecer os fatores por trás de instabilidade e insegurança no país após a revolução de Primavera árabe	Como poderá ver abaixo nós sugerimos uma série de fatores que têm contribuído para a manutenção da instabilidade no país. Na sua opinião, quais são os três fatores mais importantes que podem explicar as dificuldades da primavera Líbia 1. Polarização entre apoiantes da

		<p>coligação Aurora Líbia e os apoiantes do governo (o conselho de deputados)</p> <p>2.Intervenção militar da OTAN3.Falta de instituições que fizessem a democracia funcionar</p> <p>4.Estrutura tribal fragmentada do país</p> <p>5.Proliferação de armas</p> <p>6. A situação económica do país</p>
Visões futuras	Conhecer a perspetiva dos entrevistados sobre as soluções e medidas relativas ao fim de conflito no país.	Na sua opinião, que medidas poderiam ser tomadas para resolver o problema da divisão interna e a guerra civil no país?

Anexo 2- Guião de entrevistas de Tunísia

Módulos	Objetivos específicos	Questões específicas
Introdução	Conhecer a perspetiva do entrevistado sobre o fenómeno de Primavera árabe	- Como sabe, a Primavera Árabe foi uma onda revolucionária de manifestações e protestos que ocorreram no Oriente Médio e no Norte da África no final de 2010. De uma forma geral, qual é a sua perspetiva sobre estas manifestações?
A situação na Tunísia antes de revolução	Conhecer a perspetiva do entrevistado o cenário político e social nos dias do antigo regime	- Como você pode caracterizar o cenário político e social na Tunísia antes da Revolução de 2011?
A importância de revolução para o país	Conhecer os aspetos que necessitavam de reformas no país antes dessa mudança	- No seu entender, o que era mais urgente alterar?
A situação no país pós a revolução	Conhecer o cenário político e social no país depois desta mudança.	-Como caracteriza o cenário político e social na Tunísia após a Revolução de 2011?
A manutenção da estabilidade democrática na Tunísia	Conhecer os fatores fundamentais para que houvesse estabilidade democrática na Tunísia pós-revolução.	-No seu entender, quais são os fatores que têm contribuído para a manutenção da estabilidade democrática na Tunísia?
A diferença entre a situação de Tunísia e da Líbia	Conhecer a perspetiva do entrevistado sobre os fatores que podem explicar a diferença entre os dois casos	-No caso da Tunísia, o período pós-revolução foi consideravelmente diferente do que aconteceu em outros países (como na Líbia). Na sua opinião, que fatores que podem explicar esta diferença?